

# State Grid Brazil Holding S.A.

**Demonstrações financeiras  
individuais e consolidadas em  
31 de dezembro de 2021 e  
relatório dos auditores  
independentes sobre a revisão  
de demonstrações financeiras  
individuais e consolidadas**

# Conteúdo

<b>Relatório da Administração</b>	<b>3</b>
<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas</b>	<b>12</b>
<b>Balancos patrimoniais</b>	<b>16</b>
<b>Demonstrações de resultados</b>	<b>18</b>
<b>Demonstrações de resultados abrangentes</b>	<b>19</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>20</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa</b>	<b>21</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras</b>	<b>22</b>



## Relatório da Administração

**Prezados Acionistas,**

A **State Grid Brazil Holding S.A. (“SGBH ou Companhia”)** apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras consolidadas, com os Relatórios dos Auditores Independentes referente ao exercício de 2021:

### **1) A companhia**

A State Grid Brazil Holding é uma empresa brasileira, que atua no setor de transmissão de energia elétrica desde 2010, já tendo investido mais de R\$ 30 bilhões no país. Utiliza tecnologia de ponta, e está sempre comprometida com altos padrões de segurança e respeito ao meio ambiente.

A Companhia é subsidiária da Top View Grid Investment Limited com 0,0001% de participação e da International Grid Holdings Limited (IGHL) com 99,9999% de participação. Estas empresas são subsidiárias da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China que foi criada como uma empresa estatal em 2002, com o objetivo de construir e operar redes elétricas, para fornecer uma energia mais segura, mais limpa, mais econômica e sustentável. Além do Brasil, a SGCC também possui filiais no Chile, Portugal, Itália, Grécia, Omã, Filipinas, Hong Kong e Austrália, além de outras operações nos EUA, Venezuela, Índia e Rússia e alguns países da África. Ao todo, são mais de 1,5 milhão de funcionários em todo o mundo.

### **2) Negócios no Brasil**

Desde sua chegada no Brasil, a **SGBH** adquiriu participação de 100% em 19 concessionárias do serviço público de transmissão de energia, 100% em 1 empresa de prestação de serviços e gerenciamento de atividades de engenharia e 51% de participação com controle conjunto em 5 companhias conforme abaixo:



Controladas Participação de 100%			Controladas em conjunto Participação de 51%
ETEE	RPTE	MRTE	Matrinchã
ETIM	SPTE	LTMC	Guaraciaba
ITE	Iracema	ACTE	LNT
PSTE	Catxerê	XRTE	Paranaíba
SMTE	Araraquara	CNTE	Belo Monte
PCTE	Itatim	PRTE	
STE	SGSE		

### Razão social

Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A. (“ETEE”)  
Expansion Transmissão Itumbiara Marimondo S.A. (“ETIM”)  
Itumbiara Transmissora de Energia S.A. (“ITE”)  
Porto Primavera Transmissora de Energia S.A. (“PSTE”)  
Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A. (“SMTE”)  
Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A. (“PCTE”)  
Ribeirão Preto Transmissora de Energia S.A. (“RPTE”)  
Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A. (“SPTE”)  
Iracema de Transmissora de Energia S.A. (“Iracema”)  
Catxerê Transmissora de Energia S.A. (“Catxere”)  
Araraquara Transmissora de Energia S.A. (“Araraquara”)  
Linhas de Transmissão do Itatim S.A. (“Itatim”)  
Marechal Rondon Transmissora de Energia S.A. (“MRTE”)  
Atlântico Concessionária de Transmissão de Energia do Brasil S.A. (“ACTE”)  
Linhas de Transmissão Montes Claros S.A. (“LTMC”)  
Xingu Rio Transmissora de Energia S.A. (“XRTE”)  
Canarana Transmissora de Energia S.A. (“CNTE”)  
Paranaíba Ribeirãozinho Transmissora de Energia (“PRTE”)  
State Grid Serviços de Engenharia S.A. (“SGSE”)  
Silvânia Transmissora de Energia S.A. (“STE”)  
Matrinchã Transmissora de Energia S.A. (“Matrinchã”)  
Guaraciaba Transmissora de Energia S.A. (“Guaraciaba”)  
Luziânia Niquelândia Transmissora S.A. (“LNT”)  
Paranaíba Transmissora de Energia S.A. (“Paranaíba”)  
Belo Monte Transmissora de Energia S.A. (“Belo Monte”)



	<u>2021</u>	<u>2020</u>
<b>Total de extensão de linhas em km em investimentos com 100% de participação</b>	<b>10.163</b>	<b>10.007</b>
Extensão das Linhas em operação:	10.007	10.007
Extensão das Linhas em construção:	156	-

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Subestações próprias:	21	20
Subestações acessadas:	43	43

## Parcerias

Além de seus investimentos diretos, a **SGBH** alcançou importantes conquistas com parceiros no Brasil:

- Em 2011, em parceria com Furnas Centrais Elétricas S.A (“Furnas”) venceu o Leilão 06/2011 e constituiu a Luziânia Niquelândia Transmissora S.A. (“Luziânia”), possuindo participação societária de 51%. Este lote está composto pela Subestação Niquelândia e Subestação Luziânia. Houve autorização para iniciar a operação da Subestação Luziânia em 09 de junho de 2014 e SE Niquelândia, teve sua entrada em operação no dia 12 de agosto de 2015.

- Em 2012, em parceria com a Copel Geração e Transmissão S.A. (“Copel”), venceu 2 lotes do Leilão 002/2012 e constitui a Matrinchã Transmissora de Energia S.A. (“Matrinchã”) e Guaraciaba Transmissora de Energia S.A. (“Guaraciaba”), possuindo 51% de participação societária em cada uma dessas empresas. A Matrinchã assinou o Contrato de Concessão nº012/2012 em 10/05/2012 e todos os trechos já estão em operação, sendo o último em 29/07/2016. A Guaraciaba, por sua vez, assinou o Contrato de Concessão nº013/2012 em 10 de maio de 2012 e durante o exercício de 2017 todas as Linhas de Transmissão entraram em operação, tendo sido a última em 09/12/2016.

Ainda em 2012, venceu o lote G do Leilão 007/2012 em parceria com Furnas e Copel, e constituiu a Paranaíba Transmissora de Energia S.A. (“Paranaíba”), também possuindo 51% de participação societária. A Paranaíba concluiu, entre maio e novembro de 2016, a construção de todos os três trechos de linhas de transmissão objetos do Contrato de Concessão 007/2013. Em janeiro de 2017 houve a conclusão da implantação da totalidade do projeto.



- Em 2014, em parceria com Furnas e Eletronorte, venceu o leilão 011/2013, e constituiu a Belo Monte Transmissora de Energia S.A. (“Belo Monte”). O período de construção do empreendimento estava estipulado, conforme contrato de concessão, para entrar em operação comercial em fevereiro de 2018, porém o Projeto entrou em operação comercial em dezembro de 2017, com uma antecipação de dois meses em relação ao estabelecido no contrato de concessão.

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
<b>Total de extensão de linhas em km em investimentos com 51% de participação</b>	<b>4.651</b>	<b>4.651</b>
Extensão das Linhas em operação:	4.651	4.651

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Subestações próprias:	7	7
Subestações acessadas:	10	10

### 3) A State Grid Brazil e a pandemia da Covid-19

Em um momento tão importante e sensível como o que atravessamos com a pandemia, as empresas têm tido cada vez mais papel relevante na manutenção da saúde de seus empregados e no esclarecimento de dúvidas sobre a Covid-19, com uma atuação fundamental das áreas de comunicação corporativa. Para tratar deste tema, a SGBH instituiu um comitê permanente de monitoramento, com a participação de executivos da alta direção, e assumiu a função de semanalmente informar os colaboradores e seus familiares sobre a pandemia. A empresa trouxe médicos e especialistas – como a Dra. Margareth Dalcolmo, da Fiocruz – para tirar dúvidas sobre a doença e falar sobre a importância da vacinação, incentivando todos a se imunizarem. Criou um “vacinômetro” e peças de comunicação, em diversos formatos, para ajudar a esclarecer os funcionários. Além disso, acompanha diariamente os casos de contágio e a evolução dos vacinados na empresa. Em dezembro de 2021, a companhia atingiu 100% de vacinados com as duas doses ou dose única da vacina.

Desde março de 2020, quando a pandemia se agravou, a manutenção e a operação tem sido garantida pelos seus colaboradores observando, no entanto, um rígido protocolo sanitário de, a fim de preservar a saúde e a segurança dos colaboradores. Direcionamento das equipes corporativas para o trabalho remoto, monitoramento da pandemia e estabelecimento de protocolos específicos para as atividades de campo e testagem em massa foram algumas das medidas implementadas.



Mais de R\$ 11 milhões foram investidos em ações relacionadas à pandemia – cerca de R\$ 5 milhões em doações externas, com a linha de Investimentos Sociais de Empresas (ISE) do BNDES, e mais de R\$ 6 milhões investidos internamente em adequações e material de segurança para atender ao nosso escritório e bases operacionais.

A empresa se empenhou ainda para não reduzir a carga horária de seus empregados e também manteve os postos de trabalho durante a pandemia.

Ao contrário de diminuir seu quadro, contratou mais de 150 colaboradores em 2020. Hoje, são aproximadamente 800 funcionários, um crescimento de cerca de 10% em relação ao final de 2019. Em 2021, foram mais de 100 contratações. Ainda existem cerca de 60 vagas em aberto.

#### 4) Exercício de 2021

	2021	2020
Ativos totais – R\$	30.106.380.208	29.018.889.097
Receita líquida – R\$	3.219.655.518	2.919.242.538

O exercício de 2021 foi marcado pelo aumento da taxa do dólar (USD 5,5805 por real em 31 de dezembro de 2021 contra USD 5,1967 por real em 31 de dezembro de 2020), o que impactou diretamente no resultado financeiro e lucro líquido de algumas Concessionárias do Grupo. As concessionárias ITE, SMTE, SPTE, RPTE e PCTE) possuíam endividamento em dólar devido os empréstimos intercompany entre SGID, o que vinha impactando nas demonstrações financeiras locais dessas empresas e também exigindo reescalonamento regular da dívida com a SGID. Em setembro de 2021, nas SPEs, foi feita uma análise e se chegou a conclusão de que seria melhor a implementação da assunção destas dívidas em dólar para concentrar os empréstimos da SGID apenas na SGBH e com posterior capitalização das SPEs.

A assunção da Dívida trará benefícios claros para as empresas tais como: melhoria nos resultados das empresas, melhorias no índice de endividamento, possibilidade de pagamento de maiores dividendos e alavancagem futura através de uma dívida local para melhorar a estrutura de capital das SPEs.

A Administração faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção visto que estes empréstimos estão contratados junto a SGID, assim, os ganhos e perdas em função da variação das taxas cambiais ficam consolidados no Grupo.



## 5) Governança corporativa

A cada ano a Companhia busca ser mais inclusiva, e vem aperfeiçoando seu sistema de gestão, buscando as melhores práticas de governança corporativa, atuando com ética e respeito para com seus acionistas e demais partes interessadas.

Iniciativas como a Semana da Saúde e do Bem Estar foram levadas para todas as regionais da empresa além de sua sede no Rio de Janeiro. A promoção de eventos para a criação de um bom ambiente de trabalho. O Programa de Liderança, contando com a participação de todos os seus executivos, diretores e gerentes também vem sendo incentivado e aprimorado.

A Companhia constituiu uma Divisão de Compliance e passou a implementar seu Programa de Compliance nas empresas do grupo SGBH. Desde o início de 2021, em respeito à legislação local e internacional relacionada ao compliance corporativo, a Companhia aprovou seu Código de Ética e Conduta Empresarial, implementou e continua implementando Políticas, Regras e Procedimentos de Conformidade, está promovendo a realização contínua de campanhas de comunicação e treinamentos, viabilizou o lançamento do Canal de Denúncias (externo e independente) e está conduzindo investigações internas. Além disso, o Programa de Compliance conta com apoio inequívoco da alta administração através da participação em treinamentos e comunicações internas.

Além disso a Companhia deu continuidade em sua gestão de riscos corporativos realizando o monitoramento dos riscos e reavaliando a sua matriz de forma a mantê-la atualizada e refletindo os seus riscos corporativos. Em 2021 também iniciou suas atividades centralizadas de controles internos e mapeamento de processos corporativos e realizou sua primeira auditoria interna com equipe própria local.

Nosso objetivo é o de buscar cada vez mais transparência nas informações e o alinhamento de todas as equipes de forma a garantir total sintonia com os propósitos do Grupo.

## 6) Responsabilidade ambiental e social

A Companhia vem operando em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho. Na fase de operação de seu empreendimento, são desenvolvidos Programas Ambientais visando mitigar e compensar os impactos ao meio ambiente. A State Grid também participa de ações sociais junto a Sociedade.





Destacamos alguns dos projetos culturais e sociais nos quais a State Grid participou:

**Orquestra Maré do Amanhã:** A State Grid Brazil é mantenedora da Orquestra Maré do Amanhã desde 2012. O projeto prevê o ensino de música clássica para crianças e adolescentes entre 4 e 19 anos, residentes da comunidade da Maré no Estado do Rio de Janeiro, em escolas públicas. O projeto iniciou em 2011 com 30 alunos e atualmente trabalha com mais de 3.500 jovens. Busca oferecer uma oportunidade real de melhoria de vida para os moradores da Maré, área considerada de alto risco. Crianças são preparadas e equipadas para a arte da música, evitando que sejam regimentadas pelo tráfico de drogas. Para ser selecionado e participar do projeto, é essencial que as crianças e adolescentes estejam matriculados na escola, comprovem frequência e desempenho escolar. As aulas de música ocorrem no turno inverso à escola. A orquestra tem se tornado cada vez mais profissional, recebendo cada vez mais reconhecimento, tocando em outros países, somando diversas participações especiais em programas de TV e novelas brasileiras. Em 2017, a orquestra se apresentou para o Papa Francisco no Vaticano e tocou em um dos eventos de maior público do país, o Réveillon em Copacabana, que contabilizou um público de 2,4 milhões de pessoas. Em 2018, foi inaugurada a nova sede da Orquestra Maré do Amanhã - localizada fora da área de risco. Agora o projeto dispõe de um espaço próprio, com salas de aula, espaço de convivência e um teatro. Em 2019 se apresentou em um dos maiores festivais de música do mundo, o Rock in Rio. Em 2020, com a pandemia as aulas e ensaios foram mantidos de forma virtual. A orquestra também fez campanha para doações de recursos financeiros para a compra de itens básicos para moradores do Complexo de Favelas da Maré (RJ), como forma de ajudar os mais necessitados. 2021 foi o ano da retomada à vida seguindo as orientações do “novo normal”. Como a pandemia ainda era uma realidade, as doações de cestas básicas foram mantidas para a comunidade e o projeto iniciou o ano com muitas reuniões virtuais para planejar novos formatos de aula e vários ajustes na estrutura, a fim de viabilizar o ensino híbrido. Como o objetivo de levar música e alegria às pessoas não poderia ser realizado ocupando os espaços tradicionais, o diretor, Carlos Eduardo Prazeres, criou a Caravana da Esperança. E assim, em cima de um trio elétrico, os músicos passavam pelas ruas do Rio de Janeiro, levando música e amor a todos que se mantinham em isolamento. A iniciativa foi muito bem acolhida pela população e rendeu mídia pelo mundo todo. Em maio, as escolas voltaram a receber alunos e a musicalização nos EDIs e escolas primárias foram retomadas. Em setembro, estrearam a peça para comemorar os 200 anos da Independência. E assim, tornaram-se a primeira orquestra a lançar tal homenagem no Brasil. Em outubro, abriram o teatro do projeto ao público e também fizeram parte das comemorações de dois ícones cariocas e do Brasil: o Cristo Redentor e o bondinho do Pão de Açúcar. Em novembro, receberam pelo segundo ano consecutivo o prêmio de melhor Orquestra do Brasil e o prêmio de melhor escola de musicalização infantil. Para finalizar o ano, a Orquestra fez uma viagem ao Pará onde tocaram para comunidades quilombolas.



**O Jardim da Vida:** O Jardim da Vida é uma exposição multimídia que conta com a exibição de vídeos, cenografia que remete às regiões ribeirinhas do entorno da cidade de Altamira, som surround da floresta amazônica e um minidocumentário com depoimentos e histórias de moradores da Amazônia, em formato imersivo 360º que pode ser assistido a partir de dispositivos óticos de realidade virtual. O objetivo da obra é aproximar as pessoas umas das outras, dar expressão às questões mais profundas dos seres humanos, unir arte e cultura, entreter o público participante de forma imersiva e interativa, oferecer ao público um trabalho que objetiva a valorização humana e o encurtamento das diferenças, ampliando a capacidade a empatia, tudo através da experiência imersiva na arte digital. A exposição foi realizada nos meses de novembro e dezembro de 2021.

**Exposição China – Tradição e Modernidade:** A exposição apresentará pela primeira vez no Brasil e na América Latina um acervo diversificado, dinâmico e, principalmente, contextualizado de arte contemporânea chinesa. O projeto terá início em Brasília (mar/2022) e seguirá para outras cidades como as do Rio de Janeiro (MAM - jun) e São Paulo (a ser confirmada a data).

**Craque do Amanhã:** O projeto “Craque do Amanhã”, criado em 2012, tem como objetivo oferecer um programa esportivo que ofereça atividades físicas e psicológicas, promover desenvolvimento físico, psicológico e social por meio do esporte e melhorar a qualidade de vida de cerca de 400 crianças e adolescentes carentes e em vulnerabilidade social, entre 8 e 17 anos, em São Gonçalo, Rio de Janeiro. Utiliza o esporte como principal ferramenta impulsionadora da construção de valores em prol da promoção social, focando na construção de valores, cidadania, ética e no fortalecimento da identidade cultural, local e de gênero.

Com a pandemia, as atividades tiveram que ser suspensas no início de 2020, sendo retomadas em outubro com todos os protocolos e cuidados necessários para a segurança dos jovens e dos profissionais que atuam no projeto. Um dos objetivos do projeto também é promover a mobilização comunitária e ação social, buscando a integração e o fortalecimento da comunidade, seus integrantes, líderes, jovens e familiares. Sensibilizado pela crise atual, o projeto articulou a entrega de cestas básicas para moradores de comunidades locais e distribuição de alimentos, cobertores e roupas para famílias em situação de rua. Em 2021, mesmo com os diversos problemas causados pela pandemia do COVID-19, os números do Craque do Amanhã são muito positivos e o resultado desse trabalho possui indicadores significativos diante da realidade de extrema violência da localidade do projeto. Articulando esporte e práticas pedagógicas e psicossociais, ao longo de 12 meses, e graças ao trabalho desenvolvido junto com parceiros e financiadores, foi possível conquistar resultados incríveis.



## 7) Agradecimentos

Registramos nossos agradecimentos aos membros da Diretoria e Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da sociedade. Nossos especiais reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional. Também queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos prestadores de serviços, usuários, entidades financeiras, seguradoras, demais agentes do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente, colaboraram para o êxito das atividades da State Grid e para o cumprimento da nossa missão.

Rio de Janeiro, 11 de março de 2022.

**A Administração**



KPMG Auditores Independentes Ltda.  
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro  
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil  
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil  
Telefone +55 (21) 2207-9400  
kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

**Aos Acionistas e Diretores da  
State Grid Brazil Holding S.A.**  
Rio de Janeiro - RJ

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da State Grid Brazil Holding S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da State Grid Brazil Holding S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Principal assunto de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

## Mensuração do ativo contratual e da receita de contrato com clientes

Veja as Notas 5.4 e 12 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>Conforme os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica, a Companhia é responsável pela construção da infraestrutura de transmissão para transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição.</p> <p>De acordo com o CPC 47 - Receita de contrato com cliente, a Companhia reconhece: (i) um ativo de contrato a medida em que são concluídas as obrigações de desempenho relacionadas a construção da infraestrutura, (ii) receita de operação e manutenção para o cumprimento das obrigações de performance de operar e manter o ativo previstas no contrato de concessão e (iii) receita de remuneração sobre o ativo de contrato reconhecido, a partir da entrada em operação, utilizando a taxa de desconto definida no início do projeto.</p> <p>A estimativa do valor do ativo contrato, da receita de operação e manutenção e da receita de remuneração envolveu, em seu reconhecimento inicial, o uso de premissas tais como: taxa de inflação de longo prazo, margem de operação e manutenção (O&amp;M), margem de construção, e a taxa de financiamento. Espera-se que as premissas utilizadas para mensuração e reconhecimento inicial permaneçam inalteradas para as mensurações prospectivas em datas-subsequentes.</p> <p>Devido à especificidade e relevância dos ativos de contrato, da receita de operação e manutenção e da receita de remuneração reconhecidas em conjunto das demonstrações financeiras, além de possuírem risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis, consideramos a atualização dessas rubricas como assunto significativo para a nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>(i) Entendimento do desenho e implementação dos processos relevantes;</li><li>(ii) A leitura dos contratos de concessão para identificação das obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis aplicáveis ao preço dos contratos;</li><li>(iii) Verificação, com apoio de especialistas em finanças corporativas: (a) se a metodologia de avaliação foi elaborada de forma consistente com as práticas normalmente utilizadas para determinar os fluxos de caixa e a taxa de financiamento; e (b) se as premissas (taxa de inflação de longo prazo, margem de operação e manutenção (O&amp;M) , e a taxa de financiamento) estão fundamentadas em dados históricos e/ou mercado e com os orçamentos aprovado pela Companhia, permanecendo inalteradas em relação as premissas utilizadas no exercício anterior;</li><li>(iv) Verificação se as bases de receita utilizadas para mensuração do ativo de contrato, da receita de operação e manutenção e da receita de remuneração sobre o ativo de contrato são consistentes com os valores autorizados pelas resoluções homologatórias nº 2.725/2020 e nº 2.895/2021, e com os respectivos AVCs (avisos de créditos);</li><li>(v) Verificação se os cálculos matemáticos para determinar os valores das estimativas estão adequados;</li><li>(vi) A avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.</li></ul>

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que a estimativa do ativo de contrato, da receita de operação e manutenção e da receita de remuneração e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

#### Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

#### Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

#### Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:


- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 11 de março de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.  
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Marcelo Nogueira de Andrade  
Contador CRC RJ-086312/O-6

# State Grid Brazil Holding S.A.

## Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em Reais)

		31/12/2021		31/12/2020	
	Nota	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
<b>Ativo</b>					
<b>Ativo circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	7	104.714.711	1.589.947.576	38.645.043	1.084.267.944
Títulos e valores mobiliários	8	-	-	100.016.657	100.016.657
Concessionárias e permissionárias	9	-	332.964.638	-	311.303.282
Contas a receber - partes relacionadas	22.1	3.330.317	957.006	3.819.173	1.116.290
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	10	107.010.391	237.856.999	84.748.880	144.673.492
Outros impostos a recuperar	10	208.604	8.799.550	208.604	13.779.415
Ativo de Contrato	12	-	2.677.237.016	-	2.569.746.401
Empréstimos a receber - partes relacionadas	11	91.481.313	91.481.313	1.109.282.829	88.179.202
Adiantamentos a fornecedores		188.313	10.630.353	345.548	18.780.030
Estoques		-	71.671.865	-	56.292.661
Dividendos a receber	22.4	93.631.064	91.166.194	276.272.767	119.167.588
Outros ativos circulantes		16.697	31.679.830	77.272	21.356.149
		400.581.410	5.144.392.340	1.613.416.773	4.528.679.111
<b>Ativo não circulante</b>					
Títulos e valores mobiliários	8	-	175.328.834	-	158.173.412
Ativo de Contrato	12	-	19.314.463.651	-	19.053.686.181
Empréstimos a receber - partes relacionadas	11	647.597.815	647.597.815	709.652.698	709.652.698
Outros ativos não circulantes		2.880.794	83.765.020	1.969.621	59.669.820
Investimentos	13	16.537.298.201	3.838.850.749	14.820.652.012	3.623.594.634
Propriedade para investimento	14	77.579.772	77.579.772	79.559.870	79.559.870
Imobilizado	15	298.873.438	321.127.271	266.561.123	290.483.943
Intangível	16	688.660	503.274.756	683.898	515.389.428
		17.564.918.680	24.961.987.868	15.879.079.222	24.490.209.986
<b>Total do ativo</b>		<b>17.965.500.090</b>	<b>30.106.380.208</b>	<b>17.492.495.995</b>	<b>29.018.889.097</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



# State Grid Brazil Holding S.A.

## Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em Reais)

		31/12/2021		31/12/2020	
	Nota	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
<b>Passivo</b>					
<b>Passivo circulante</b>					
Fornecedores - terceiros	17	1.857.898	246.492.969	423.906	295.466.738
Fornecedores - partes relacionadas	22.2	2.159.713	16.645	1.896.986	16.645
Empréstimos e financiamentos – terceiros	18	-	359.299.381	-	448.655.386
Empréstimos - partes relacionadas	18	6.001.886	6.001.886	5.256.399	290.824.794
Imposto de renda e contribuição social a pagar	19	1.980.403	110.985.383	1.980.403	126.379.487
Outros impostos a pagar	19	13.393.296	45.009.524	19.607.584	56.844.160
Taxas regulamentares	20	-	47.925.587	-	61.782.286
Dividendos a pagar	22.4	10.978.455	10.978.455	3.527.266	3.527.266
Outros passivos circulantes	21	224.343	45.708.306	195.100	38.323.800
		36.595.994	872.418.136	32.887.644	1.321.820.562
<b>Passivo não circulante</b>					
Empréstimos e financiamentos - terceiros	18	-	6.988.602.526	-	5.658.793.010
Empréstimos - partes relacionadas	18	5.739.781.685	5.739.781.685	4.488.742.425	5.060.199.355
Impostos diferidos	23	152.351.021	4.383.112.353	150.838.492	4.009.113.868
Provisão para contingências	24	1.634.932	25.044.735	1.168.996	46.675.682
Outros passivos não circulantes	25	-	62.284.315	2.615.493	106.043.675
		5.893.767.638	17.198.825.614	4.643.365.406	14.880.825.590
<b>Patrimônio líquido</b>					
Capital social	26.a	9.787.203.751	9.787.203.751	9.787.203.751	9.787.203.751
Reserva legal	26.b	210.890.756	210.890.756	149.455.766	149.455.766
Reserva de lucros	26.c	1.857.283.865	1.857.283.865	2.027.948.393	2.027.948.393
Reserva especial de lucros a realizar	26.d	-	-	757.478.446	757.478.446
Reserva de incentivos fiscais	26.e	179.758.086	179.758.086	94.156.589	94.156.589
		12.035.136.458	12.035.136.458	12.816.242.945	12.816.242.945
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>17.965.500.090</b>	<b>30.106.380.208</b>	<b>17.492.495.995</b>	<b>29.018.889.097</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# State Grid Brazil Holding S.A.

## Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em Reais)

		31/12/2021		31/12/2020	
	Nota	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Receita operacional líquida	27	8.418.664	3.219.655.518	7.519.132	2.919.242.538
Custo da operação	28	<u>(5.721.927)</u>	<u>(282.081.165)</u>	<u>(7.871.257)</u>	<u>(277.971.459)</u>
<b>Lucro bruto</b>		<b>2.696.737</b>	<b>2.937.574.353</b>	<b>(352.125)</b>	<b>2.641.271.079</b>
Despesas gerais e administrativas	29	(23.601.933)	(95.755.711)	(62.018.254)	(177.927.145)
Outras despesas/receitas operacionais líquidas	30	<u>(405.005)</u>	<u>58.491.178</u>	<u>(500.300)</u>	<u>(737.183)</u>
<b>Lucro/(prejuízo) antes do resultado financeiro</b>		<b><u>(21.310.201)</u></b>	<b><u>2.900.309.820</u></b>	<b><u>(62.870.679)</u></b>	<b><u>2.462.606.751</u></b>
<b>Resultado financeiro</b>	31	<b><u>(465.596.010)</u></b>	<b><u>(1.419.793.833)</u></b>	<b><u>(1.116.480.280)</u></b>	<b><u>(1.961.532.521)</u></b>
Receita financeira		938.839.308	999.168.833	1.079.848.463	1.045.628.525
Despesa financeira		<u>(1.404.435.318)</u>	<u>(2.418.962.666)</u>	<u>(2.196.328.743)</u>	<u>(3.007.161.046)</u>
Equivalência patrimonial	13.2	<u>1.717.118.545</u>	<u>290.742.437</u>	<u>1.491.102.882</u>	<u>290.717.695</u>
<b>Resultado antes dos impostos</b>		<b><u>1.230.212.334</u></b>	<b><u>1.771.258.424</u></b>	<b><u>311.751.923</u></b>	<b><u>791.791.925</u></b>
IRPJ e CSLL Correntes	32	-	(189.690.910)	-	(275.014.782)
IRPJ e CSLL Diferidos	32	<u>(1.512.528)</u>	<u>(352.867.708)</u>	<u>(1.517.359)</u>	<u>(206.542.579)</u>
<b>Lucro líquido do período</b>		<b><u>1.228.699.806</u></b>	<b><u>1.228.699.806</u></b>	<b><u>310.234.564</u></b>	<b><u>310.234.564</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# State Grid Brazil Holding S.A.

## Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

*(Em Reais)*

	<u>31/12/2021</u>		<u>31/12/2020</u>	
	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>
Lucro líquido do período	<u>1.228.699.806</u>	<u>1.228.699.806</u>	<u>310.234.564</u>	<u>310.234.564</u>
<b>Total dos resultados abrangentes</b>	<b><u>1.228.699.806</u></b>	<b><u>1.228.699.806</u></b>	<b><u>310.234.564</u></b>	<b><u>310.234.564</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# State Grid Brazil Holding S.A.

## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em Reais)

	Reserva de lucros						Total
	Capital Social	Reserva Legal	Reserva especial de lucros a realizar	Reserva de Retenção de Lucros	Reserva de incentivos fiscais	Lucros acumulados	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019 (reapresentado)</b>	<b>9.787.203.751</b>	<b>133.944.038</b>	<b>757.478.446</b>	<b>2.678.396.287</b>	-	-	<b>13.357.022.522</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	310.234.564	<b>310.234.564</b>
Constituição da reserva legal (Nota explicativa 26)	-	15.511.728	-	-	-	(15.511.728)	-
Destinação de lucros acumulados à reserva de lucros(Nota explicativa 26)	-	-	-	291.775.608	-	(291.775.608)	-
Dividendos propostos (Nota explicativa 26)	-	-	-	-	-	(2.947.228)	<b>(2.947.228)</b>
Provisão de incentivos fiscais SUDAM(Nota explicativa 26)	-	-	-	-	94.156.589	-	<b>94.156.589</b>
Distribuição de dividendos adicionais (Nota explicativa 26)	-	-	-	(185.087.912)	-	-	<b>(185.087.912)</b>
Distribuição de dividendos intermediários (Nota explicativa 26)	-	-	-	(757.135.590)	-	-	<b>(757.135.590)</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>9.787.203.751</b>	<b>149.455.766</b>	<b>757.478.446</b>	<b>2.027.948.393</b>	<b>94.156.589</b>	-	<b>12.816.242.945</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	1.228.699.806	<b>1.228.699.806</b>
Constituição da reserva legal(Nota explicativa 26)	-	61.434.990	-	-	-	(61.434.990)	-
Provisão de incentivos fiscais SUDAM(Nota explicativa 26)	-	-	-	(18.537.236)	87.956.601	(69.419.365)	-
Dividendos propostos (Nota explicativa 26)	-	-	-	-	-	(10.978.455)	<b>(10.978.455)</b>
Destinação de lucros acumulados à reserva de lucros(Nota explicativa 26)	-	-	-	1.086.866.996	-	(1.086.866.996)	-
Reversão de reserva reflexa de investidas(Nota explicativa 26)	-	-	-	-	(4.708.725)	-	<b>(4.708.725)</b>
Constituição de reserva reflexa de investidas(Nota explicativa 26)	-	-	-	-	2.352.621	-	<b>2.352.621</b>
Reversão de realização de reserva criada devido adoção do CPC 47(Nota explicativa 26)	-	-	(757.478.446)	757.478.446	-	-	-
Distribuição de dividendos intermediários (Nota explicativa 26)	-	-	-	(1.996.472.734)	-	-	(1.996.472.734)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>9.787.203.751</b>	<b>210.890.756</b>	-	<b>1.857.283.865</b>	<b>179.758.086</b>	-	<b>12.035.136.458</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# State Grid Brazil Holding S.A.

## Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em Reais)

		31/12/2021		31/12/2020	
	Nota	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
<b>Lucro antes dos impostos</b>		<b>1.230.212.334</b>	<b>1.771.258.424</b>	<b>311.751.923</b>	<b>791.791.928</b>
Itens de resultado que não afetam o caixa					
Equivalência patrimonial	13	(1.717.118.545)	(290.742.437)	(1.491.102.882)	(290.717.695)
Juros e variações monetárias dos empréstimos a pagar	18	514.338.468	1.528.030.780	1.146.971.368	1.945.729.100
Juros e variações monetárias dos empréstimos a receber	11	(87.413.625)	(71.098.437)	(117.041.775)	(76.543.845)
Depreciação e amortização	14, 15 e 16	5.094.392	10.430.108	7.503.199	12.401.468
Provisão para perda de crédito esperada	9	-	(2.340.240)	-	2.520.892
Provisão para contingências	24	465.936	(21.630.947)	466.757	2.453.226
Provisões compensação ambiental		-	4.397.452	-	6.772.135
Custo de transação de financiamento	18	-	(26.714.797)	-	898.275
Outras provisões		-	-	70.096	835.983
(Aumento) redução nos ativos					
Concessionárias e permissionárias	6	-	(19.321.117)	-	(6.188.873)
Contas a receber – partes relacionadas		488.856	6.376.298	52.679.181	40.903.646
Ativo de contrato	12	-	(368.268.085)	-	(269.498.299)
Estoques		-	(15.379.203)	-	(22.625.493)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		(4.000.592)	(47.709.207)	-	(57.615.486)
Outros impostos a recuperar		-	4.979.846	(7.679.567)	(1.183.686)
Adiantamentos a fornecedores		157.234	8.149.677	120.406	10.303.286
Juros recebidos	11	204.024.726	73.437.679	68.503.976	38.672.208
Despesas antecipadas		-	(3.444.934)	-	8.381.777
Outros ativos		(850.599)	(30.973.959)	34.041.385	(32.672.074)
Aumento (redução) nos passivos					
Fornecedores diversos e partes relacionadas		1.696.719	(55.190.770)	(36.181.783)	(332.850.191)
Impostos e contribuições sociais		(3.288.915)	259.617.185	24.560.216	361.401.284
Imposto de renda e Contribuição social pagos		-	(228.349.145)	-	(217.635.847)
Outros impostos pagos		(2.925.372)	(259.613.752)	(25.411.262)	(331.638.695)
Taxas regulamentares		-	(13.856.700)	-	12.376.102
Compensação ambiental		-	(12.547.956)	-	29.482.357
Outros passivos		(2.586.247)	(28.224.360)	(5.771)	(1.839.593)
Juros pagos	18	(129.504.491)	(519.824.067)	(157.036.230)	(397.634.003)
<b>Fluxo de caixa aplicado nas atividades operacionais</b>		<b>8.790.279</b>	<b>1.651.447.336</b>	<b>(187.790.763)</b>	<b>1.226.279.887</b>
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Aquisição de imobilizado e intangível	15 e 16	(35.431.371)	(39.896.098)	(161.914.988)	(165.165.307)
Dividendos recebidos	22.4	597.494.824	101.132.612	315.078.563	46.259.376
Juros sobre capital próprio recebidos	22.4	257.687.596	-	159.761.566	-
Empréstimos concedidos		-	-	(200.000.000)	-
Empréstimos recebidos	11	963.245.298	56.413.530	484.347.233	91.179.001
Títulos e valores mobiliários		100.016.658	82.861.233	(100.016.657)	(152.783.021)
Aumento de capital em controlada		(36.300.000)	-	900	-
<b>Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento</b>		<b>1.846.713.005</b>	<b>200.511.277</b>	<b>497.256.617</b>	<b>(180.509.951)</b>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Empréstimos captados	18	210.566.384	1.310.566.384	64.275.830	65.383.565
Empréstimos pagos	18	-	(656.845.366)	-	(296.893.694)
Dividendos pagos	22.4	(2.000.000.000)	(2.000.000.000)	(957.135.590)	(957.135.590)
<b>Fluxo de caixa gerado pelas atividades de financiamento</b>		<b>(1.789.433.616)</b>	<b>(1.346.278.982)</b>	<b>(892.859.760)</b>	<b>(1.188.645.719)</b>
<b>Aumento (redução) líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>66.069.668</b>	<b>505.679.632</b>	<b>(583.393.906)</b>	<b>(142.875.784)</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</b>		<b>38.645.043</b>	<b>1.084.267.944</b>	<b>622.038.949</b>	<b>1.227.143.728</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício</b>		<b>104.714.711</b>	<b>1.589.947.576</b>	<b>38.645.043</b>	<b>1.084.267.944</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **Notas explicativas às demonstrações financeiras**

*(Em Reais)*

### **1 Informações gerais**

A State Grid Brazil Holding S.A. (“SGBH” ou “Companhia”), com sede à Av. Presidente Vargas, nº 955, Sala 1.601, Centro, Rio de Janeiro, Brasil é uma Companhia privada de capital fechado e foi constituída em 28 de abril de 2010, tendo como objetivo principal a participação societária em outras empresas. As controladas e controladas em conjunto nas quais a SGBH investe estão apresentadas nas Notas Explicativas nºs 3 e 4.

A Companhia é subsidiária da Top View Grid Investment Limited com 0,00001% de participação e da International Grid Holdings Limited (IGHL) com 99,9999% de participação. Estas empresas são subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

#### **1.1 Coronavírus (COVID-19)**

##### **(i) Contexto geral**

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou o surto de Coronavírus (COVID-19) como uma pandemia. A imensa maioria dos governos, nos cinco continentes, passou a adotar medidas restritivas para conter a disseminação do vírus, as quais têm potencial para afetar significativamente a economia global, tendo em vista a interrupção ou desaceleração da cadeia de suprimentos e o aumento da incerteza econômica, considerando o aumento dos preços dos ativos, das taxas de câmbio e a queda das taxas de juros de longo prazo. As principais economias do Mundo e os principais blocos econômicos vêm estudando pacotes de estímulos econômicos expressivos para superar a potencial recessão econômica que tais medidas de mitigação da propagação da COVID-19 possam provocar.

No Brasil, os Poderes Executivo e Legislativo da União publicaram diversos atos normativos para prevenir e conter a pandemia, assim como mitigar os respectivos impactos na economia, com destaque para o Decreto Legislativo nº 6, publicado em 6 de março de 2020, que declara o estado de calamidade pública. Os governos estaduais e municipais também publicaram diversos atos normativos buscando restringir a livre circulação de pessoas de atividades comerciais e de serviços, além de viabilizar investimentos comerciais e de serviços, bem como investimentos emergenciais na área da saúde.

##### *Impacto nas demonstrações financeiras*

A Companhia vem analisando cuidadosamente as novas diretrizes da política governamental em resposta à pandemia, revendo seu planejamento estratégico e sensibilizando suas premissas para possíveis cenários de:

- (i) Déficits na Receita Anual Permitida (RAP), que podem vir de diferentes fontes, como déficits na conta CDE para pagar subsídios e inadimplência dos usuários do sistema, capacidade reduzida dos consumidores de pagar contas de energia e desemprego, que podem afetar o pagamento da tarifa de transmissão, que deverá ser compensado no próximo ciclo da RAP através da Parcela de Ajuste (PA).
- (ii) Impactos no fluxo de caixa que vem sendo medidos mediante simulações.

Os impactos nos anos de 2020 e 2021 foram acompanhados mensalmente, e, foram considerados irrelevantes, tanto na Receita Anual Permitida, conforme mencionado no item (i) acima, quanto nos custos da empresa que impactaram o Fluxo de Caixa.

No que se refere ao impacto na RAP decorrente de dificuldades relacionadas à COVID-19, este é contabilizado na conta contábil de Antecipação. Esta conta registra a diferença entre os valores arrecadados dos usuários e as receitas mensais de todas as transmissoras. Quando o valor das cobranças não é suficiente para remunerar as transmissoras ocorre o desconto. Apesar de algumas perdas serem registradas na conta ao longo de 2020, o impacto geral nas demonstrações financeiras consolidadas não foi material. O valor médio do desconto de antecipação praticado em 2020 foi de 1,9% da RAP. No exercício de 2021, essa conta não registrou perdas relacionadas aos impactos do COVID-19.

No que tange às despesas, se verificou que os gastos incorridos necessários ao combate à COVID-19 (Equipamentos de proteção individual, máscaras, materiais para primeiros socorros, gastos com alimentação e transporte para os funcionários que precisaram comparecer aos escritórios, exame/s médicos, apoio psicológico etc) foram integralmente contabilizados em centros de custos específicos designados para o controle dos gastos com a Covid, facilitando a apuração de seus valores, que representaram um percentual médio total das despesas de 0,6% em 2020 e 1,3% em 2021, nos montantes de R\$ 2.546.872 (dois milhões quinhentos e quarenta e seis mil, oitocentos e setenta e dois reais) e R\$ 4.773.924 (quatro milhões setecentos e setenta e três mil, novecentos e vinte e quatro reais), respectivamente, nas demonstrações financeiras consolidadas.

## **2 Base de preparação e apresentação**

### **Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas (“demonstrações financeiras”) foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

A Companhia e suas controladas também se utilizam das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas com as alterações relevantes ocorridas no exercício, e consideram as informações que no entendimento da administração proporcionam uma visão abrangente individual e consolidada da posição patrimonial e financeira da companhia e do desempenho de suas operações.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 11 de março de 2022

## **2.1 *Uso de estimativas e julgamentos***

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos contratuais da concessão pelo método de ajuste a valor presente, estimativa decorrente do ativo diferido sobre prejuízos fiscais, análise do risco de crédito para determinação da provisão para perda de crédito esperada, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências, compensação ambiental e impostos diferidos. A Companhia e suas controladas revisam suas estimativas pelo menos anualmente.

## **2.2 *Conversão de saldos em moeda estrangeira***

A moeda funcional da Companhia e suas controladas é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

## **2.3 *Classificação circulante versus não circulante***

A Companhia e suas controladas apresentam ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal; e, quando for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se representar caixa ou equivalentes de caixa.

Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal e, quando for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses. Os demais ativos e passivos são classificados no não circulante.

## **3 *Bases de consolidação***

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da SGBH e das controladas, as quais estão apresentadas a seguir:

<b>Razão social</b>	<b>% de participação 31/12/2021</b>	<b>Data de aquisição / constituição</b>
Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A. (“ETEE”)	100	15/12/2010
Expansion Transmissão Itumbiara Marimondo S.A. (“ETIM”)	100	15/12/2010
Itumbiara Transmissora de Energia S.A. (“ITE”)	100	15/12/2010
Ribeirão Preto Transmissora de Energia S.A. (“RPTE”)	100	15/12/2010
Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A. (“PCTE”)	100	15/12/2010
Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A. (“SMTE”)	100	15/12/2010
Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A. (“SPTE”)	100	15/12/2010
Araraquara Transmissora de Energia S.A. (“Araraquara”)	100	14/12/2012
Catxerê Transmissora de Energia S.A. (“Catxerê”)	100	14/12/2012
Porto Primavera Transmissora de Energia S.A. (“PPTE”)	100	14/12/2012



<b>Razão social</b>	<b>% de participação 31/12/2021</b>	<b>Data de aquisição / constituição</b>
Linhas de Transmissão do Itatim S.A. ("Itatim")	100	14/12/2012
Iracema de Transmissora de Energia S.A. ("Iracema")	100	14/12/2012
Marechal Rondon Transmissora de Energia S.A. ("MRTE")	100	18/11/2013
Atlântico Concessionária de Transmissão de Energia do Brasil S.A. ("ACTE")	100	01/07/2015
Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A. ("LTMC")	100	01/07/2015
Xingu Rio Transmissora de Energia S.A. ("XRTE")	100	07/08/2015
Canarana Transmissora de Energia S.A. ("CNTE")	100	27/04/2016
Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A. ("PRTE")	100	27/04/2016
State Grid Serviços de Engenharia S.A. ("SGSE")	100	03/12/2018
Silvânia Transmissora de Energia S.A. ("STE")	100	24/03/2021

Os períodos de apuração e apresentação de demonstrações financeiras das controladas incluídas na consolidação são coincidentes com os da controladora, e as práticas e políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas empresas. Todos os saldos e transações entre as empresas foram eliminados na consolidação.

As controladas têm por objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão de energia e têm a atividade regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

O período de concessão, as características operacionais e a RAP são definidos pelo contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia de cada concessionária. Apresentamos a seguir os dados sobre os contratos de concessão das concessionárias:

<b>Companhia</b>	<b>Contrato de concessão</b>	<b>Encerramento da concessão</b>	<b>RAP histórica - R\$</b>	<b>Atualização anual RAP</b>	<b>RAP ciclo 2021/2022 - R\$ (i)</b>	<b>RAP ciclo 2020/2021 - R\$ (ii)</b>
ETEE	096/2000	Dezembro de 2030	52.000.000	IGP-M	165.593.732	119.904.754
ETIM	086/2002	Dezembro de 2032	26.250.000	IGP-M	66.541.003	48.458.583
ITE (iii)	001/2005	Março de 2035	98.747.358	IGP-M	268.674.010	270.598.944
RPTE	003/2007	Abril de 2037	18.499.800	IPCA	42.414.815	39.252.600
PCTE	002/2007	Abril de 2037	23.430.000	IPCA	47.207.188	43.676.150
SMTE	003/2006	Abril de 2036	66.900.000	IPCA	161.474.727	149.242.343
SPTE	007/2007	Junho de 2037	17.000.000	IPCA	51.140.774	47.327.999
Araraquara	014/2009	Fevereiro de 2039	15.463.152	IPCA	27.287.503	25.253.098
Catxerê	011/2009	Fevereiro de 2039	35.447.808	IPCA	69.114.306	63.955.427
PPTE (iv)	009/2005	Março de 2035	43.711.286	IGP-M	133.944.854	137.756.927
Itatim	007/2009	Abril de 2039	48.550.000	IPCA	78.819.061	72.886.333
Iracema	002/2008	Março de 2038	13.756.800	IPCA	29.593.671	27.351.978
MRTE	010/2014	Janeiro de 2044	11.599.380	IPCA	19.337.440	16.561.160
ACTE	016/2010	Dezembro de 2040	6.420.440	IPCA	16.542.094	12.778.523
LTMC	003/2010	Julho de 2040	20.916.000	IPCA	48.946.633	41.915.281
XRTE	007/2015	Outubro de 2045	988.030.985	IPCA	1.411.911.255	1.255.776.241
CNTE	016/2016	Agosto de 2046	58.212.631	IPCA	74.360.615	68.816.697
PRTE	010/2016	Agosto de 2046	334.568.197	IPCA	428.575.599	396.623.363
STE (v)	010/2021	Mai de 2051	30.186.000	IPCA	-	-

- (i) A RAP atualizada para o período de 1º de julho de 2021 a 30 de junho de 2022 foi aprovada em 13 de julho de 2021 de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.895/2021 - ANEEL.
- (ii) A RAP atualizada para o período de 1º de julho de 2020 a 30 de junho de 2021 foi aprovada em 14 de julho de 2020 de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.725/2020 - ANEEL.

- (iii) O contrato de concessão da ITE 001/2005-ANEEL, na sexta cláusula, décima segunda subcláusula, informa que a partir do 16º (décimo sexto) ano de operação comercial, a Receita Anual Permitida da Transmissora será reduzida.
- (iv) O contrato de concessão da PPTE 009/2005-ANEEL, na sexta cláusula, décima segunda subcláusula, informa que a partir do 16º (décimo sexto) ano de operação comercial, a Receita Anual Permitida da Transmissora será reduzida.
- (v) A STE foi adquirida através do leilão ANEEL 001/2020 firmado conforme contrato de concessão assinado em 14 de maio de 2021 e não possui RAP para os ciclos 2021/2022 e 2020/2021 pois encontra-se em fase pré-operacional. A Administração prevê a entrada em operação para novembro de 2023.

#### **4 Controladas em conjunto**

As controladas em conjunto são as entidades nas quais a SGBH não exerce o controle individualmente, o controle operacional e financeiro é compartilhado com os demais acionistas destas. Assim, mesmo com participação de 51%, a SGBH não consolida as controladas em conjunto. Esses investimentos são registrados por meio do método de equivalência patrimonial e são reconhecidos inicialmente pelo custo.

As controladas em conjunto nas quais a SGBH possui participação são sociedades de propósitos específicos (SPEs) que têm como principal atividade a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão de energia, da mesma forma que as controladas da SGBH.

<b>Razão social</b>	<b>% participação 31/12/2021</b>
Luiziânia Niquelândia Transmissora S.A. (“Luiziânia”) (i)	<b>51</b>
Guaraciaba Transmissora de Energia S.A. (“Guaraciaba”) (ii)	<b>51</b>
Matrinchã Transmissora de Energia S.A. (“Matrinchã”) (iii)	<b>51</b>
Paranaíba Transmissora de Energia S.A. (“Paranaíba”) (iv)	<b>51</b>
Belo Monte Transmissora de Energia S.A. (“Belo Monte”) (v)	<b>51</b>

- (i) Em 29 de setembro de 2011, a Luiziânia foi constituída a partir do Consórcio Luiziânia-Niquelândia, que foi o vencedor do Lote H do Leilão de Transmissão nº 06/2011, realizado pela Aneel em 16 de dezembro de 2011, em conjunto com a Furnas Centrais Elétricas S.A., com participação de 49%.

O Lote H está composto pela Subestação Niquelândia e Subestação Luiziânia. Houve autorização para iniciar a operação da Subestação Luiziânia em 9 de junho de 2014, tendo os equipamentos sido, efetivamente, energizados em 19 de julho de 2014, após o fim do período restritivo estabelecido pelo ONS, em função da Copa do Mundo de Futebol. Já a SE Niquelândia teve sua entrada em operação no dia 12 de agosto de 2015.

- (ii) A Guaraciaba foi constituída em 14 de março de 2012, a partir do Consórcio Guaraciaba, que foi o vencedor do Lote B do Leilão de Transmissão nº 02/2012, realizado pela Aneel em 9 de março de 2012, em conjunto com a Copel Geração e Transmissão S.A., que tem participação de 49%.

A Companhia assinou o Contrato de Concessão nº 013/2012 em 10 de maio de 2012, o qual dispõe que o início da operação comercial ocorreria em 32 (trinta e dois) meses contados da data da assinatura, sendo então 10 de janeiro de 2015. Porém, devido a assuntos operacionais, o cronograma não foi alcançado na data prevista. Durante o exercício de 2016, todas as linhas de transmissão entraram em operação, tendo sido a última em 9 de dezembro de 2016.

- (iii) A Matrinchã foi constituída em 14 de março de 2012, a partir do Consórcio Matrinchã, que foi o vencedor do Lote A do Leilão de Transmissão nº 02/2012, realizado pela Aneel em 9 de março de 2012, em conjunto com a Copel Geração e Transmissão S.A., que tem participação de 49%.

A Companhia assinou o Contrato de Concessão nº 012/2012 em 10 de maio de 2012, o qual dispõe que o início da operação comercial ocorreria em 32 (trinta e dois) meses contados da data da assinatura, sendo então 10 de janeiro de 2015. Porém, devido a assuntos operacionais, o cronograma não foi alcançado na data prevista. Todos os trechos da Companhia já estão em operação, tendo sido os Lotes A2 e A3 os últimos a entrar em operação em 29 de julho de 2016.

- (iv) Em 21 de dezembro de 2012, a Paranaíba foi constituída, a partir do Consórcio Paranaíba, vencedor do lote G do Leilão de Transmissão nº 07/2012, realizado pela Aneel em 19 de dezembro de 2012, em conjunto com a Furnas Centrais Elétricas S.A., que tem participação de 24,5%, e Copel Geração e Transmissão S.A., que tem participação de 24,5%.

A Companhia concluiu com êxito, no mês de maio de 2016, a implantação da linha de transmissão Luziânia - Pirapora 2. No mês de julho de 2016, foi concluída a implantação da linha de transmissão Rio das Éguas - Luziânia. O trecho Barreiras II - Rio das Éguas teve sua implantação concluída em janeiro de 2017, representando a conclusão da implantação da totalidade do projeto.

- (v) Em 20 de março de 2014, a Belo Monte foi constituída a partir do Consórcio IE Belo Monte, vencedor do lote AB do Leilão de Transmissão nº 011/2013, realizado pela Aneel em 7 de fevereiro de 2014, em conjunto com a Furnas Centrais Elétricas S.A. ("Furnas"), que tem participação de 24,5%, e Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. ("Eletronorte"), que tem participação de 24,5%. O consórcio saiu vencedor com deságio de 38% sobre a RAP máxima para o Lote AB, com uma RAP anual estabelecida no contrato de concessão de de R\$ 434 milhões.

O prazo de concessão da linha de transmissão é de 30 anos, contado a partir da assinatura do contrato, em 16 de junho de 2014. A BMTE entrou em operação comercial em dezembro de 2017, com uma antecipação de dois meses em relação ao estabelecido no contrato de concessão.

## **5 Resumo das práticas contábeis**

### **5.1 Caixa e equivalentes de caixa**

Caixas equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Companhia e suas controladas consideram equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, qualifica-se como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação.

### **5.2 Concessionárias e permissionárias**

Destinam-se à contabilização de créditos referentes ao suprimento de energia elétrica faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência e de créditos provenientes da aplicação do acréscimo moratório, e engloba os valores a receber referentes ao serviço de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber é registrado conforme determinações do ONS por meio dos avisos de créditos (AVCs) mensais e faturas avulsas.

Provisão para perda de crédito esperada (PCE) é avaliada pela Administração e constituída em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização dos recebíveis.

Conforme descrito na regra de Gestão de Recursos da empresa o reconhecimento do contas a receber considerados incobráveis deve ser registrado em provisão para perda de crédito esperada (PCE). Para a constituição desta provisão deve ser feita uma análise criteriosa, considerando os seguintes parâmetros:

- Análise individual do saldo de cada cliente, de forma a obter um julgamento adequado dos créditos considerados difíceis de receber;
- Experiência da gestão quanto às perdas reais com clientes, ou seja, considerar o histórico de perdas, tomando como parâmetro pelo menos os últimos dois anos;
- Existência de garantia;

- Análise de contas em aberto e vencidas de clientes que renegociaram suas dívidas; e
- Análise de devedores em falência.

Os parâmetros acima devem ser considerados para clientes com dívidas relevantes. Nos demais casos, a provisão para perda de crédito esperada deve incluir o valor total dos créditos classificados para clientes com faturas vencidas há mais de 360 dias

### **5.3 Estoques**

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

### **5.4 Ativo de concessão**

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação de infraestrutura) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura durante o prazo de concessão.

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão.

O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 / IFRS 15- Receita de Contrato com Clientes. Caso o concessionário realize mais de um serviço regido por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de *performance* com base nos valores relativos aos serviços prestados, caso os valores sejam identificáveis separadamente.

O ativo de concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura, receita de remuneração dos ativos da concessão e serviços de operação e manutenção.

#### ***Ativo de contrato***

O direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente à passagem do tempo enquadram as transmissoras no CPC 47. Com isso, as contraprestações são classificadas como um “ativo contratual”.

O ativo contratual origina-se na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios desse ativo são os fluxos de caixa futuros.

O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

A estimativa do valor do ativo contrato, da receita de construção da infraestrutura, da receita de operação e manutenção e da receita de remuneração envolve o uso de premissas tais como: taxa de inflação de longo prazo, margem de operação e manutenção (O&M), margem de construção, e a taxa de financiamento.

Os fluxos de caixa são definidos a partir da RAP, que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão, e eventuais investimentos não amortizáveis (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante a fase de obra, tem o direito à contraprestação vinculada à *performance* de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente à passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e dos custos das obras relacionadas à formação desse ativo feito através dos gastos incorridos.

Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos de concessão são registrados na rubrica “Implementação da infraestrutura” como um ativo contratual, por terem direito à contraprestação ainda condicionados à satisfação de outra obrigação de desempenho.

As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), registrados na conta “Impostos diferidos” no passivo não circulante.

## **5.5 Investimentos em controladas e controladas em conjunto**

O investimento da Companhia em suas controladas é avaliado com base no método da equivalência patrimonial, conforme CPC 18 (R2)/ IAS 28 - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto, para fins de demonstrações financeiras da controladora e consolidadas.

Com base no método da equivalência patrimonial, os investimentos nas controladas são contabilizados no balanço patrimonial da controladora ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na coligada. O ágio relacionado com a controlada é incluído no valor contábil do investimento, não sendo amortizado. Em função de o ágio fundamentado em rentabilidade futura (*goodwill*) integrar o valor contábil do investimento na controlada (não é reconhecido separadamente), ele não é testado separadamente em relação ao seu valor recuperável. Para fins de demonstrações financeiras consolidadas, o ágio é reclassificado para o ativo intangível.

A participação societária nas controladas é apresentada na demonstração do resultado da controladora como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido atribuível aos acionistas da controlada. Quando necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com as adotadas pela Companhia.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial para fins de demonstrações financeiras da controladora, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento em suas controladas. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos em controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado da controladora.

## **5.6 Imobilizado**

Os itens que compõem o ativo imobilizado são relacionados à área Administrativa e referentes a ativos não vinculados ao contrato de concessão (os quais têm seu resultado registrado na nota de outras receitas e despesas operacionais nas Controladas) e apresentados ao custo de aquisição ou de construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, reconhece-se essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventuais ganhos ou perdas resultantes da baixa do ativo (calculado como a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

## **5.7 Intangível**

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados, no mínimo, ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

Os ativos intangíveis estão representados substancialmente por: *softwares*, *servidões* e por *ágios* gerados em função da expectativa de lucratividade e receitas incrementais esperadas no futuro, vinculados a combinações de negócios da Companhia.

### **5.8 Provisão para redução ao valor recuperável (*impairment*)**

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros e financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável, e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

### **5.9 Propriedade para investimento**

Propriedades para investimento são inicialmente mensuradas ao custo, incluindo custos da transação. O valor contábil inclui o custo de reposição existente à época em que o custo for incorrido, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos; excluindo os custos do serviço diário da propriedade para investimento. Após o reconhecimento inicial, propriedades para investimento são apresentadas ao valor de custo, que reflete as condições de mercado na data do balanço.

Propriedades para investimento são baixadas quando vendidas ou quando a propriedade para investimento deixa de ser permanentemente utilizada e não se espera nenhum benefício econômico futuro da sua venda. A diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo é reconhecida na demonstração do resultado no período da baixa.

Transferências são feitas para a conta de propriedade para investimento, ou, desta conta, apenas quando houver uma mudança no seu uso. Se a propriedade ocupada por proprietário se tornar uma propriedade para investimento, a SGBH contabiliza a referida propriedade de acordo com a política descrita no item de imobilizado até a data da mudança no seu uso.

## **5.10 Impostos**

### ***Impostos incidente sobre a receita da transmissão de energia elétrica***

As receitas da Transmissão de Energia Elétrica estão sujeitas ao PIS - Programa de Integração Social, com alíquotas de 1,65% e 0,65%, e à COFINS - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social, com alíquota de 7,6% e 3%. Esses impostos são apresentados na Demonstração de Resultado (DRE) como redutor da Receita Bruta da Atividade.

### ***Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) - Impostos correntes***

Para as controladas CNTE, ETEE, IRTE, ITE, PPTE, PRTE, SMTE e XRTE a tributação ocorre pela sistemática do Lucro Real que considera o Lucro Contábil ajustado segundo as regras tributárias dispostas pela legislação. Sobre o lucro tributável incide o IRPJ de 15%, acrescido do adicional de 10% para a parcela que exceder R\$ 240.000 (duzentos e quarenta mil reais) no ano e a CSLL à alíquota de 9%.

Para as controladas ETIM, MRTE, Araraquara, RPTE, PCTE, LTMC, SPTE, LTI, Catxerê, ACTE, SGSE e STE, a tributação do IRPJ e da CSLL ocorre pela sistemática do Lucro Presumido.

Dessa forma, a base de cálculo do IRPJ e da CSLL, para empresas controladas que tributam pelo regime de Lucro Presumido, é determinada mediante à aplicação da alíquota de presunção sobre a Receita Bruta, sendo 8% para IRPJ e 12% para CSLL, acrescida das demais receitas. Após a formação da base de cálculo, é aplicado a alíquota do IRPJ de 15%, acrescido do adicional de 10% para a parcela que exceder R\$ 60.000 (sessenta mil reais) no trimestre e a CSLL à alíquota de 9%.

A única exceção ocorre na empresa SGSE que possui as alíquotas de presunção de 32% para IRPJ e 32% para CSLL

### ***Impostos diferidos***

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias.

## **5.11 Provisões para contingências**

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas que se originam de obrigações presentes resultantes de eventos passados que irão gerar desembolso de caixa futuro. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

## **5.12 Ajuste a valor presente de ativos e passivos**

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente.



O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita e, em certos casos, implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado.

### **5.13 Outros ativos e passivos**

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

### **5.14 Assistências governamentais**

O incentivo fiscal da Sudam consiste na redução de 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis devidos, calculados sobre o lucro da exploração.

### **5.15 Apuração do resultado**

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

### **5.16 Receita operacional**

As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos:

- (a) **Receita de construção** - Serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescentando-se as alíquotas de PIS e Cofins ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas.

Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente à receita de construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento.

- (b) **Remuneração do ativo contratual de concessão** - Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa.
- (c) **Receita de operação e manutenção** - Serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que têm início após o término da fase de construção e que visa à não interrupção da disponibilidade dessas instalações.
- (d) **Receita de aluguel** - A receita de aluguel é registrada em conformidade com o regime contábil de competência e de acordo com a perspectiva de realização.

## 5.17 Instrumentos financeiros

### a. *Ativos financeiros*

Classificação e mensuração - Conforme CPC 48 os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) e ao valor justo por meio do resultado (“VJR”). A norma também elimina as categorias existentes no CPC 38 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. Os instrumentos financeiros são apresentados da seguinte forma:

- **Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado** - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.
- **Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”)** - Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR :é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.
- **Custo amortizado** - Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

- (i) **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment)** - O CPC 48 utiliza o modelo prospectivo de “perdas de crédito esperadas”. O modelo de perdas esperadas se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia não identificou perdas (“impairment”) relevantes a serem reconhecidas nos exercícios apresentados.
- (ii) **Baixa de ativos financeiros** - A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

**b. Passivos financeiros**

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

**5.18 Fluxo de caixa**

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

**5.19 Transações com partes relacionadas**

As transações com partes relacionadas foram, como regra geral, praticadas em condições e prazos semelhantes ao de mercado. Certas transações, por possuírem características e condições únicas e/ou específicas, portanto não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

**6 Novas normas e interpretações ainda não efetivas**

As novas normas que não entraram em vigor, não tiveram adoção antecipada e não impactaram o Grupo

- (a) **Contratos onerosos** - Custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/ IAS 37)- As alterações especificam quais os custos que uma entidade inclui ao determinar o custo de cumprimento de um contrato com o objetivo de avaliar se o contrato é oneroso. As alterações aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. Na data da aplicação inicial, o efeito cumulativo da aplicação das alterações é reconhecido como um ajuste do saldo de abertura em lucros acumulados ou outros componentes do patrimônio líquido, conforme apropriado. A Companhia concluiu que não possui contratos onerosos em 31 de dezembro de 2021.

- (b) **Reforma de taxas de juros de referência** – Fase 2 (alterações ao CPC 48/ IFRS 9, CPC 38/IAS 39, CPC 40/IFRS 7, CPC 11/IFRS 4 e CPC 06/ IFRS 16): As alterações tratam de questões que podem afetar as demonstrações financeiras como resultado da reforma da taxa de juros de referência, incluindo os efeitos de mudanças nos fluxos de caixa contratuais ou relações de hedge decorrentes da substituição da taxa de juros de referência por uma taxa de referência alternativa. As alterações fornecem expediente prático para certos requisitos do CPC 48/ IFRS 9, CPC 38/ IAS 39, CPC 40/IFRS 7, CPC 11/IFRS 4 e CPC 06/IFRS 16 relacionados a: mudanças na base de determinação dos fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros, passivos financeiros e passivos de arrendamento; e contabilidade de hedge.
- (c) **Outras normas:** Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia:
- Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06/ IFRS 16).
  - Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/ IAS 16).
  - Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15/ IFRS 3).
  - Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1).
  - CPC 32/IAS 12 Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação.

Não há outros CPCs que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do grupo.

## 7 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2021</u>		<u>31/12/2020</u>	
	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>
Caixa	6.990	22.854	6.748	22.612
Bancos (i)	375.593	126.984.191	444.727	74.052.841
Aplicações financeiras (i)	<u>104.332.128</u>	<u>1.462.940.531</u>	<u>38.193.568</u>	<u>1.010.192.491</u>
	<b><u>104.714.711</u></b>	<b><u>1.589.947.576</u></b>	<b><u>38.645.043</u></b>	<b><u>1.084.267.944</u></b>

A Companhia e suas controladas estruturaram as suas aplicações financeiras por meio da participação em CDBs e fundos de investimento que buscam alcançar seu objetivo por meio da aplicação de seus recursos preponderantemente em cotas de fundos de investimento e/ou fundos de investimento em cotas de fundos de investimento da classe referenciado. Tanto os CDBs como os fundos podem ter suas cotas resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão sem nenhum deságio em um montante conhecido de caixa, e oferecem uma remuneração média de 104,11% do CDI.

- (i) O incremento nos saldos consolidados refere-se ao resultado líquido positivo entre (a) os recebimentos, influenciados pelo crescimento da RAP das entidades controladas por conta do impacto provocado pelo aumento da inflação, além do desembolso de Debentures e algumas outras receitas e (b) os desembolsos financeiros realizados pela Companhia e suas controladas ao longo do exercício, principalmente referentes ao pagamentos de juros e amortização de empréstimos com BNDES, pagamento de Debêntures e pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio.

O aumento na controladora se deve ao resultado líquido positivo entre os recebimentos e pagamentos realizados pela SGBH. Entre os recebimentos mais relevantes evidenciamos os dividendos e Juros sobre capital próprio recebidos da controlada XRTE referente ao principal e juros das debentures e recebimento referente ao principal e juros do empréstimo com Furnas e Eletronorte. Dentre os pagamentos, ressaltamos os dividendos pagos para SGID e aporte de capital na controlada Silvania Transmissora de Energia (STE).

## 8 Títulos e valores mobiliários

<b>Conta reserva</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
LTMC	1.802.712	1.057.699
MRTE	6.237.059	699.069
PPTE	2.107.159	4.062.684
XRTE	139.102.092	126.866.480
CNTE	4.657.807	4.612.041
PRTE	21.422.005	20.875.439
SGBH	-	100.016.657
	<b><u>175.328.834</u></b>	<b><u>258.190.069</u></b>
Circulante	-	100.016.657
Não circulante	175.328.834	158.173.412

### **LTMC**

Os saldos apresentados como não circulante são para atender as exigências referente as garantias reais do Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples da Linhas de Transmissão Montes Claros S.A.

Durante todo o prazo do contrato, a Companhia deve manter em favor dos Debenturistas uma conta reserva, com recursos vinculados, no valor correspondente a três vezes o valor da última prestação mensal de amortização vencida do serviço da dívida e mais 50% da última prestação mensal de juros e demais acessórios decorrentes da dívida. .

### **MRTE**

Saldos apresentados como não circulante para atender as exigências referente as garantias reais que suportam a Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures da MRTE.

Durante todo o prazo do contrato, caso a MRTE possua Índice de Cobertura da Dívida de, no mínimo, 1,2 (um inteiro e dois décimos), a mesma deve manter em favor dos debenturistas uma conta reserva, com recursos vinculados, contendo até 14 de dezembro de 2021 (exclusive), o valor equivalente a 100% dos Juros Remuneratórios devidos na data de pagamento imediatamente subsequente e a partir desta data o valor equivalente a 100% da amortização da parcela do Valor Nominal Atualizado devida na data de amortização imediatamente subsequente e mais 100% dos Juros Remuneratórios devidos na data de pagamento imediatamente subsequente. No caso do Índice de Cobertura da Dívida esteja abaixo de 1,2 (um inteiro e dois décimos), a Companhia deverá depositar na Conta de Complementação do ICSD o valor necessário para que o índice atinja o valor mínimo de 1,2. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo da conta reserva atendia a referida obrigação de manter uma vez o valor do pagamento dos Juros Remuneratórios decorrentes da dívida, conforme previsto.

### **PPTE**

Os saldos apresentados como não circulante são para atender as exigências referente as garantias reais do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.,

Durante todo o prazo do contrato, a Companhia deve manter em favor dos Debenturistas uma Conta Vinculada das Debêntures. Esta conta deverá ser preenchida mensalmente pelo Banco Depositário com o valor correspondente a 1/6 (um sexto) do valor projetado para pagamento da próxima parcela vincenda de principal, acrescido dos juros remuneratórios das debêntures, conforme apuração feita pela Agente Fiduciário no primeiro dia útil do sexto mês anterior à cada data de pagamento.

Todos os recursos depositados na Conta Vinculada das Debêntures serão utilizados, semestralmente, para amortização do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures e/ou para o pagamento dos Juros Remuneratórios.

A partir do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, caso, em qualquer período de apuração, os Índices Financeiros (ICSD mínimo de 1,20 e a métrica “Dívida Financeira Líquida/EBITDA” inferior a 3,50) não estejam de acordo com os valores previstos na Escritura de Emissão, a Companhia deverá depositar o valor a ser indicado pelo Agente Fiduciário na Conta Vinculada das Debêntures para que tal valor seja adicionado à geração de caixa e os Índices atinjam os valores mínimos exigidos

#### **XRTE**

Saldos apresentados como não circulante para atender as exigências referente as garantias reais do contrato de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) .

Durante todo o prazo do contrato, caso a XRTE possua Índice de Cobertura da Dívida de, no mínimo, 1,3 (um inteiro e três décimos), a mesma deve manter em favor do BNDES uma conta reserva, com recursos vinculados, no valor correspondente a três vezes o valor da última prestação mensal de amortização vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios decorrentes da dívida. Na hipótese de o Índice de Cobertura da dívida ser inferior a 1,3 (um inteiro e três décimos), a XRTE deve preencher a conta reserva com valor correspondente a seis vezes o valor da última prestação mensal de amortização vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios decorrentes da dívida. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo da conta reserva atendia a referida obrigação de manter três vezes o valor do pagamento de principal, juros e demais acessórios decorrentes da dívida, conforme previsto no contrato de financiamento com o BNDES.

#### **CNTE**

Saldos apresentados como não circulante para atender as exigências referente as garantias reais do contrato de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)

Durante todo o prazo do contrato, caso a CNTE possua Índice de Cobertura da Dívida de, no mínimo, 1,2 (um inteiro e dois décimos), a mesma deve manter em favor do BNDES uma conta reserva, com recursos vinculados, no valor correspondente a três vezes o valor da última prestação mensal de amortização vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios decorrentes da dívida. Na hipótese de o Índice de Cobertura da dívida ser inferior a 1,2 (um inteiro e dois décimos), a PRTE deve preencher a conta reserva com valor correspondente a seis vezes o valor da última prestação mensal de amortização vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios decorrentes da dívida. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo da conta reserva atendia a referida obrigação de manter três vezes o valor do pagamento de principal, juros e demais acessórios decorrentes da dívida, conforme previsto no contrato de financiamento com o BNDES.

#### **PRTE**

Saldos apresentados como não circulante para atender as exigências referente as garantias reais do contrato de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)

Durante todo o prazo do contrato, caso a PRTE possua Índice de Cobertura da Dívida de, no mínimo, 1,2 (um inteiro e dois décimos), a mesma deve manter em favor do BNDES uma conta reserva, com recursos vinculados, no valor correspondente a três vezes o valor da última prestação mensal de amortização vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios decorrentes da dívida. Na hipótese de o Índice de Cobertura da dívida ser inferior a 1,2 (um inteiro e dois décimos), a PRTE deve preencher a conta reserva com valor correspondente a três vezes o valor da última prestação mensal de amortização vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios decorrentes da dívida. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo da conta reserva atendia a referida obrigação de manter três vezes o valor do pagamento de principal, juros e demais acessórios decorrentes da dívida, conforme previsto no contrato de financiamento com o BNDES.

#### **SGBH**

Saldos apresentados como circulante devido a um investimento em CDB no Banco BTG Pactual S.A. de 120 dias a uma taxa de 111,50% do CDI. Os recursos foram aplicados em 29/12/2020 e com vencimento em 28/04/2021. Este CDB foi resgatado na data de vencimento .

## 9 Concessionárias e permissionárias

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
A vencer	311.676.934	297.121.745
Vencidas até 30 dias	7.418.539	443.347
Vencidas até 60 dias	765.978	393.252
Vencidas até 90 dias	594.212	286.821
Vencidas há mais de 90 dias	14.932.871	17.822.253
Total (i)	335.388.534	316.067.418
Provisão para perda de crédito esperada (PCE) (ii)	(2.423.896)	(4.764.136)
	<b>332.964.638</b>	<b>311.303.282</b>

(i) Variação neste grupo ocorreu devido ao aumento na receita permitida das Controladas comparado ao exercício de 2020 conforme planilha do ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico) e de valores a receber incidentes da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica (TUST)

(ii) A redução refere-se substancialmente á valores recebidos referentes aos Contratos de Prestação de Serviços de Operação e Manutenção (CPSOM) das empresas Guaraciaba e Matrinchã em 2021 na controlada ITE.

Em função do giro das contas a receber em curtíssimo prazo, a Administração não constitui ajuste a valor presente para o referido saldo. A Companhia constitui a provisão para perda de crédito esperada através de uma análise, sendo considerado o histórico de inadimplência, negociações em andamento e existência de garantias reais. A PCE é suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. Segue abaixo movimentação:

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Saldo em 1º de janeiro	(4.764.136)	(2.816.175)
Provisão	(223.430)	(3.398.834)
Reversão	2.563.670	1.450.873
Saldo em 31 de dezembro e 1º de janeiro	<b>(2.423.896)</b>	<b>(4.764.136)</b>

## 10 Impostos a recuperar

### Imposto de renda e contribuição social a recuperar

	<b>31/12/2021</b>		<b>31/12/2020</b>	
	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>
IRPJ saldo negativo (i)	106.241.108	200.322.391	74.169.777	98.359.035
CSLL saldo negativo (i)	767.739	35.281.459	767.739	14.093.107
IRPJ antecipado	-	136.829	-	-
CSLL antecipado	-	49.258	-	-
IR a recuperar (ii)	1.544	1.409.580	9.811.364	26.700.004
CSLL a recuperar (iii)	-	657.482	-	5.521.346
	<b>107.010.391</b>	<b>237.856.999</b>	<b>84.748.880</b>	<b>144.673.492</b>

## Outros impostos a recuperar

	31/12/2021		31/12/2020	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
PIS	118.587	614.868	118.587	515.606
COFINS	87.311	2.366.873	87.311	1.866.079
CSLL retido	-	29.525	-	406.854
IR aplicações financeiras (iv)	-	12.273	-	5.639.631
INSS (v)	-	5.335.038	-	3.998.356
Outros (vi)	2.706	440.973	2.706	1.352.889
	<b>208.604</b>	<b>8.799.550</b>	<b>208.604</b>	<b>13.779.415</b>

- (i) Na controladora a variação é referente ao saldo negativo de IRPJ do ano corrente. No consolidado, a variação refere-se substancialmente na mudança de base de cálculo referente IFRIC12 e IFRS15 gerando pagamentos a maior de antecipação e consequentemente saldos negativos nas empresas de lucro real.
- (ii) A variação na controladora refere-se substancialmente no IR s/ juros sobre capital proprio de 2020 compensado apenas em 2021, equanto o IR s/ Juros sobre capital proprio de 2021 foi compensado dentro da mesma competência. No consolidado é substancialmente a variação da controladora com a variação da PRTE devido a utilização de créditos fiscais durante o ano de 2021.
- (iii) Variação refere-se substancialmente a controlada PRTE devido a utilização de créditos fiscais em 2021.
- (iv) Variação refere-se substancialmente a compensação de impostos provisionados em 2020 através de PER/DCOMP
- (v) Variação refere-se substancialmente em INSS retido de clientes devido ao aumento no faturamento de CPSOM comparado a dezembro/2020 nas controladas SMTE e IRTE.
- (vi) Variação refere-se substancialmente na compensação de IR retido de clientes de 2019 apenas em 2021 na controlada XRTE.

## 11 Empréstimos a receber (controladora e consolidado)

### a. Total do empréstimo a receber

Descrição	Início	Vencimento	Garantidor	Encargos	31/12/2021		31/12/2020	
					Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Eletronorte (i)	dez/15	jan/27	Eletrobrás	10% a.a.	369.537.850	369.537.850	398.914.100	398.914.100
Furnas (ii)	dez/15	jan/27	Eletrobrás	10% a.a.	369.541.278	369.541.278	398.917.800	398.917.800
XRTE (iii)	jul/18	dez/21	N/A	108% CDI	-	-	1.021.103.627	-
					<b>739.079.128</b>	<b>739.079.128</b>	<b>1.818.935.527</b>	<b>797.831.900</b>
Circulante					91.481.313	91.481.313	1.109.282.829	88.179.202
Não circulante					647.597.815	647.597.815	709.652.698	709.652.698

### b. Movimentação dos empréstimos a receber da controladora

Empresas	Saldo inicial Bruto 31/12/2020	Juros e encargos no período	Liquidação juros	Liquidação principal	Saldo final Bruto 31/12/2021
Eletronorte (i)	398.914.100	35.549.053	(36.718.669)	(28.206.634)	369.537.850
Furnas (ii)	398.917.800	35.549.384	(36.719.010)	(28.206.896)	369.541.278
XRTE (iii)	1.021.103.627	16.315.188	(130.587.047)	(906.831.768)	-
	<b>1.818.935.527</b>	<b>87.413.625</b>	<b>(204.024.726)</b>	<b>(963.245.298)</b>	<b>739.079.128</b>



<b>Empresas</b>	<b>Saldo inicial Bruto 31/12/2019</b>	<b>Juros e encargos no período</b>	<b>Liquidação juros</b>	<b>Novas captações</b>	<b>Liquidação principal</b>	<b>Saldo final Bruto 31/12/2020</b>
Eletronorte (i)	425.567.658	38.271.745	(19.336.014)	-	(45.589.289)	398.914.100
Furnas (ii)	425.571.606	38.272.100	(19.336.194)	-	(45.589.712)	398.917.800
XRTE (iii)	-	5.278.578	(5.278.578)	200.000.000	(200.000.000)	-
XRTE (iii)	1.203.605.697	35.219.352	(24.553.190)	-	(193.168.232)	1.021.103.627
	<b><u>2.054.744.961</u></b>	<b><u>117.041.775</u></b>	<b><u>(68.503.976)</u></b>	<b><u>200.000.000</u></b>	<b><u>(484.347.233)</u></b>	<b><u>1.818.935.527</u></b>

**c. Movimentação dos empréstimos a receber do consolidado**

<b>Empresas</b>	<b>Saldo inicial Bruto 31/12/2020</b>	<b>Juros e encargos no período</b>	<b>Liquidação juros</b>	<b>Novas captações</b>	<b>Liquidação principal</b>	<b>Saldo final Bruto 31/12/2021</b>
Eletronorte (i)	398.914.100	35.549.053	(36.718.669)	-	(28.206.634)	369.537.850
Furnas (ii)	398.917.800	35.549.384	(36.719.010)	-	(28.206.896)	369.541.278
	<b><u>797.831.900</u></b>	<b><u>71.098.437</u></b>	<b><u>(73.437.679)</u></b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>(56.413.530)</u></b>	<b><u>739.079.128</u></b>

<b>Empresas</b>	<b>Saldo inicial Bruto 31/12/2019</b>	<b>Juros e encargos no período</b>	<b>Liquidação juros</b>	<b>Novas captações</b>	<b>Liquidação principal</b>	<b>Saldo final Bruto 31/12/2020</b>
Eletronorte (i)	425.567.658	38.271.745	(19.336.014)	-	(45.589.289)	398.914.100
Furnas (ii)	425.571.606	38.272.100	(19.336.194)	-	(45.589.712)	398.917.800
	<b><u>851.139.264</u></b>	<b><u>76.543.845</u></b>	<b><u>(38.672.208)</u></b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>(91.179.001)</u></b>	<b><u>797.831.900</u></b>

**(i) Eletronorte**

O Contrato tem por objeto a concessão de recursos para a Eletronorte no período de implantação/construção do empreendimento referente a controladas em conjunto Belo Monte. A Companhia efetuou empréstimos no valor de R\$ 158.872.000 (cento e cinquenta e oito milhões oitocentos e setenta e dois mil reais) em 2016 e R\$ 135.828.000 (cento e trinta e cinco milhões , oitocentos e vinte e oito mil reais) em 2015.

Os juros dos referidos empréstimos serão calculados *pro rata tempore*, aplicáveis sobre cada uma das parcelas liberadas. Os juros serão capitalizados *pro rata tempore*, durante o período de carência, calculados da data de cada liberação. O principal da dívida deverá ser pago em 20 prestações constantes, semestrais e sucessivas. Em 2020 foi recebido de principal o valor de R\$ 45.589.289 (quarenta e cinco milhões, quinhentos e oitenta e nove mil e duzentos e oitenta e nove reais) e juros o valor de R\$ 19.336.014 (dezenove milhões, trezentos e trinta e seis mil e quatorze reais).

Em 2021 foi recebido de principal o valor de R\$ 28.206.634 (vinte e oito milhões, duzentos e seis mil e seiscentos e trinta e quatro reais) e juros o valor de R\$ 36.718.669 (trinta e seis milhões, setecentos e dezoito mil, seiscentos e sessenta e nove reais)

**(ii) Furnas**

O Contrato tem por objeto a concessão de recursos para a Furnas no período de implantação/construção do empreendimento referente a controladas em conjunto Belo Monte. A Companhia efetuou empréstimos no valor de R\$ 158.872.000 (cento e cinquenta e oito milhões oitocentos e setenta e dois mil reais) em 2016 e R\$ 135.828.000 (cento e trinta e cinco milhões , oitocentos e vinte e oito mil reais) em 2015.

Os juros dos referidos empréstimos serão calculados *pro rata tempore*, aplicáveis sobre cada uma das parcelas liberadas. Os juros serão capitalizados *pro rata tempore*, durante o período de carência, calculados da data de cada liberação. O principal da dívida deverá ser pago em 20 prestações constantes, semestrais e sucessivas. Em 2020 foi recebido de principal o valor de R\$ 45.589.712 (quarenta e cinco milhões, quinhentos e oitenta e nove mil e setecentos e doze reais) e juros o valor de R\$ 19.336.194 (dezenove milhões, trezentos e trinta e seis mil e cento e noventa e quatro reais).

Em 2021 foi recebido de principal o valor de R\$ 28.206.896 (vinte e oito milhões, duzentos e seis mil e oitocentos e noventa e seis reais) e juros o valor de R\$ 36.719.010 (trinta e seis milhões, setecentos e dezenove mil e dez reais)

(iii)

#### XRTE

Em 13 de julho de 2018, em assembleia geral extraordinária, a controlada Xingu Rio Transmissora de Energia S.A. (“XRTE”) deliberou as condições de sua terceira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única e com colocação privada, sendo a State Grid Brazil Holding S.A. (“SGBH”) a destinatária das debêntures (debenturista). Tendo como principais características: prazo de vigência contado a partir da data de emissão até 30 de abril de 2020; taxa de juros igual a 108% do CDI e remuneração a ser paga integralmente na data do vencimento, por ocasião do resgate antecipado por ocorrência do vencimento antecipado ou por outros motivos previstos na Escritura de Emissão. Foram emitidas 440.000 (quatrocentas e quarenta mil) debêntures, no valor de R\$ 440.000.000 (quatrocentos e quarenta milhões de reais), com valor nominal unitário de R\$ 1.000 (mil reais). Sua subscrição e integralização ocorreu no dia 16 de julho de 2018.

Em 31 de julho de 2018, foram deliberadas as condições de sua quarta emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em 3 (três) séries e com colocação privada, sendo a State Grid Brazil Holding S.A. (“SGBH”) a destinatária das debêntures (debenturista). Tendo como principais características: prazo de vigência contado a partir da data de emissão até 30 de abril de 2020; taxa de juros igual a 108% do CDI e remuneração a ser paga integralmente na data do vencimento, por ocasião do resgate antecipado por ocorrência do vencimento antecipado ou por outros motivos previstos na Escritura de Emissão. Foram emitidas 790.000 (setecentos e noventa mil) debêntures, no valor de R\$ 790.000.000,00 (setecentos e noventa milhões de reais); com valor nominal unitário de R\$ 1.000 (mil reais). Sua subscrição e integralização ocorreu em 2 de agosto de 2018 no valor de R\$ 360.000.000 (trezentos e sessenta milhões de reais), 27 de agosto de 2018 no valor de R\$ 300.000.000 (trezentos milhões de reais) e 3 de setembro de 2018 no valor de R\$ 130.000.000 (cento e trinta milhões de reais). As destinações dos recursos tiveram como finalidade investimentos, contratação de serviços e liquidação/amortização de dívidas relacionadas à implantação das instalações de transmissão descritas no Contrato de Concessão nº 07/2015 - Aneel. Essas operações foram aprovadas pela Aneel através do Despacho nº 1465, datado de 3 de julho de 2018.

Em janeiro de 2019, a XRTE pagou parcialmente seu empréstimo, amortizando R\$ 130 milhões da dívida total.

Em 20 de dezembro de 2019, foram deliberadas as condições de sua sexta emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única e com colocação privada, sendo a State Grid Brazil Holding S.A. (“SGBH”) a Companhia destinatária das debêntures (debenturista). As principais características são: prazo de vigência contado a partir da data de emissão até 26 de dezembro de 2020; taxa de juros igual a 108% do CDI e remuneração a ser paga integralmente na data do vencimento, por ocasião do resgate antecipado por ocorrência do vencimento antecipado ou por outros motivos previstos na Escritura de Emissão. Foram emitidas 200.000 (duzentos mil) debêntures, no valor de R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais); com valor nominal unitário de R\$ 1.000 (mil reais). Sua subscrição e integralização ocorreu no dia 03 de janeiro de 2020.

Em 30 de abril de 2020, foi realizada a assembleia geral extraordinária, tendo deliberado a alteração de termo e condição das debêntures objeto das 3ª e 4ª emissões de debênture simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, entre a XRTE, na qualidade de emissora das debêntures e a SGBH, na qualidade de debenturista. Os acionistas resolveram, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, inclusive tendo aval do debenturista, a alteração da data de vencimento, de modo que as debêntures passarão a ter prazo de vencimento final em 31 de dezembro de 2021.

Em 14 de outubro de 2020, o BNDES aprovou a utilização de recursos da Receita Anual Permitida (“RAP”) extraordinária, provenientes da antecipação da operação comercial do projeto, para quitação de empréstimo de curto prazo obtido com o acionista State Grid Brazil Holding S.A. até o valor de R\$423.000.000 (quatrocentos e vinte e três milhões).

Em 5 de novembro de 2020, a XRTE pagou parcialmente a terceira emissão de debênture simples, amortizando R\$ 193.168.232 (cento e noventa e três milhões, cento e sessenta e oito mil e duzentos e trinta e dois reais) da dívida total e quitou integralmente as debêntures emitidas em 2020 no valor de R\$ 200.000.000 (duzentos milhões de reais) e juros no valor de R\$ 29.831.767,74 (vinte e nove milhões, oitocentos e trinta e um mil, setecentos e sessenta e sete reais e setenta e quatro centavos), conforme aprovado pelo BNDES.

No dia 15 de julho de 2021, a Companhia quitou integralmente o empréstimo das Debêntures com a SGBH no valor de R\$ 906.831.768 (novecentos e seis milhões, oitocentos e trinta e um mil, setecentos e sessenta e oito reais) de principal e R\$ 130.587.047 (cento e trinta milhões, quinhentos e oitenta e sete mil e quarenta e sete reais) de juros

## 12 Ativo de contrato

	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Circulante	2.677.237.016	2.569.746.401
Não circulante	<u>19.314.463.651</u>	<u>19.053.686.181</u>
	<u>21.991.700.667</u>	<u>21.623.432.582</u>

A movimentação dos saldos referentes aos ativos contratuais da Companhia em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2021 está assim apresentada:

<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>21.353.934.279</b>
Receita de construção (i)	35.591.160
Receita de O&M	532.266.144
Receita de remuneração	2.737.300.123
Recebimentos	(3.039.919.690)
Imobilizado em curso	<u>4.260.566</u>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b><u>21.623.432.582</u></b>
Circulante	2.569.746.401
Não circulante	19.053.686.181
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>21.623.432.582</b>
Receita de construção (i)	18.301.833
Receita de O&M (ii)	555.889.233
Receita de remuneração (iii)	2.767.743.481
Recebimentos (iv)	(2.971.598.391)
Imobilizado em curso (v)	<u>(2.068.071)</u>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b><u>21.991.700.667</u></b>
Circulante	2.677.237.016
Não circulante	19.314.463.651

- (i) Variação refere-se substancialmente no encerramento dos projetos de reforço do autotransformador na subestação Nova Primavera (PPTE), New Bay na subestação Paracatu4 (SMTE) e subestação Pirapora II (SPTE) e na controlada Silvânia (STE) que foi constituída em 2021 e encontra-se em construção.
- (ii) Variação refere-se a receita de O&M atualizada pela inflação adotada no modelo de adoção.
- (iii) Variação devido a impactos do ajuste de ciclo e inflação.

- (iv) O cálculo da linha de recebimentos é feito através da subtração da RAP homologada no ciclo mais o ajuste calculado da diferença entre a RAP do modelo da adoção contra a RAP homologada. Tendo em vista a adoção da premissa do reconhecimento de todas as RAPs do ciclo dentro do ano de homologação da RAP, tal ajuste aumentou em comparação ao período anterior, reduzindo a linha de recebimentos e, por consequência, aumentando o saldo do ativo.
- (v) Variação refere-se substancialmente a adiantamentos do projeto de reforço para execução do seccionamento da linha de transmissão de 500Kv da subestação Milagres II na controlada IRTE e adiantamentos pré operacionais nas controladas XRTE e STE

O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Transmissão de Energia Elétrica, celebrado entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e as controladas da Companhia (Operadoras), regulamenta a exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica pelas Companhias, em que:

- O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar.
- O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e disponibilidade da rede.
- Ao final da concessão, os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao Poder Concedente mediante pagamento de uma indenização.
- O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos pela RAP, parcela garantida pelo Poder Concedente para remunerar o operador.
- A infraestrutura construída da atividade de transmissão é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à remuneração anual permitida (RAP) durante o prazo da concessão. Os valores da RAP garantida são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico (ONS), conforme contrato, e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa. Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, com recebimento previsto para um período de 30 anos cujos critérios de pagamento ainda serão definidos pelo Poder Concedente.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não foram identificados indicativos internos ou externos que pudessem gerar dúvidas que o ativo de contrato possa estar registrado por valor acima ao de sua recuperação.

## 13 Investimentos (controladora e consolidado)

### 13.1 Informações financeiras sobre as investidas

	31/12/2021				
	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Receita líquida	Resultado do exercício
<b>Controladas</b>					
<b>ETEE</b>	551.692.404	137.639.600	414.052.804	159.842.226	103.299.329
<b>ETIM</b>	237.407.632	21.977.934	215.429.698	65.499.933	59.376.611
<b>ITE</b>	876.090.900	261.214.674	614.876.226	189.717.620	112.017.245

**31/12/2021**

	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Receita líquida	Resultado do exercício
<b>Controladas</b>					
RPTE	277.046.042	21.134.248	255.911.795	23.223.515	5.922.281
PCTE	252.564.559	19.394.815	233.169.744	23.942.395	836.079
SMTE	690.219.463	183.278.735	506.940.727	103.594.552	57.818.922
SPTE	318.364.735	25.669.043	292.695.693	36.385.657	19.801.510
PPTE	547.843.425	255.499.982	292.343.443	112.063.948	46.714.801
Itatim	544.514.202	61.418.501	483.095.701	67.607.334	42.117.378
Iracema	305.448.634	27.608.687	277.839.947	36.857.013	13.212.579
Catxerê	628.330.883	54.225.066	574.105.816	68.033.889	45.065.612
Araraquara	264.713.341	22.332.000	242.381.341	24.921.107	44.886.251
MRTE	180.476.980	30.429.005	150.047.974	21.879.883	12.160.278
XRTE	13.340.211.414	8.967.116.497	4.373.094.917	1.615.049.711	387.963.577
ACTE	122.969.505	7.830.570	115.138.933	17.025.466	11.939.650
LTMC	429.109.443	111.649.068	317.460.375	51.582.655	22.719.929
CNTE	683.926.823	303.244.785	380.682.038	87.148.854	55.266.543
PRTE	4.200.290.508	1.657.657.613	2.542.632.895	506.356.091	384.581.755
SGSE	2.555.713	502.456	2.053.257	-	309.686
STE	39.437.242	2.774.628	36.662.614	5.647.647	366.092
<b>Controladas em conjunto</b>					
Luziânia	103.405.739	25.201.351	78.204.388	18.019.111	12.270.812
Matrinchã	3.024.647.759	1.096.332.791	1.928.314.968	241.811.076	94.996.227
Guaraciaba	1.491.240.556	607.884.946	883.355.610	129.040.440	51.132.555
Paranaíba	1.746.162.286	976.055.226	770.107.060	198.048.025	85.462.539
Belo Monte	8.511.900.997	4.644.726.243	3.867.174.754	896.974.497	326.221.076

**31/12/2020**

	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Receita líquida	Resultado do exercício
<b>Controladas</b>					
ETEE	638.787.384	260.088.460	378.698.924	116.251.269	66.800.210
ETIM	232.788.827	28.376.315	204.412.512	44.474.017	53.825.591
ITE	1.003.359.390	400.420.872	602.938.518	153.173.047	63.258.140
RPTE	293.484.782	164.496.365	128.988.417	22.078.887	(29.946.014)
PCTE	272.424.512	253.418.856	19.005.656	22.573.109	(54.035.954)
SMTE	677.464.527	474.201.545	203.262.982	102.906.996	(31.815.581)
SPTE	337.505.036	125.619.194	211.885.842	39.106.061	(6.610.542)
PPTE	548.067.348	254.204.851	293.862.497	94.270.890	40.776.160
Itatim	553.301.254	62.253.984	491.047.270	65.445.500	32.922.377
Iracema	286.116.925	21.489.557	264.627.368	29.276.539	8.479.980
Catxerê	620.078.448	54.814.127	565.264.321	66.666.429	52.260.188
Araraquara	260.109.485	53.965.438	206.144.047	22.571.497	8.831.943
MRTE	171.159.574	30.268.925	140.890.649	19.995.552	11.849.429
XRTE	12.555.230.203	8.461.878.386	4.093.351.817	1.507.651.496	623.093.834
ACTE	111.751.281	8.468.598	103.282.683	13.283.144	8.454.191
LTMC	425.176.541	106.343.284	318.833.257	44.454.931	19.785.372
CNTE	642.883.714	304.813.976	338.069.738	82.175.410	44.791.729
PRTE	3.951.612.814	1.698.699.962	2.252.912.852	469.040.087	286.594.599
SGSE	2.100.522	354.011	1.746.511	2.528.415	1.069.535

**31/12/2020**

	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Receita líquida	Resultado do exercício
<b>Controladas em conjunto</b>					
Luziânia	105.331.923	28.483.796	76.848.127	16.846.166	12.791.571
Matrinchã	2.926.392.302	1.045.328.113	1.881.064.189	398.209.438	112.259.716
Guaraciaba	1.447.464.809	589.543.838	857.920.971	114.570.979	43.609.860
Paranaíba	1.687.114.541	982.319.124	704.795.417	205.400.578	105.503.594
Belo Monte	8.161.715.931	4.547.753.235	3.613.962.696	833.618.934	294.278.017

## 13.2 Movimentação dos investimentos

<b>Movimentação</b>						
	Saldo em 31/12/2020	Equivalência patrimonial	Aportes de capital	Dividendos e JCP	Reserva Sudam	Saldo em 31/12/2021
<b>Controladas</b>	<b>11.197.057.378</b>	<b>1.426.376.108</b>	<b>692.684.384</b>	<b>(617.670.418)</b>	-	<b>12.698.447.452</b>
ETEE	634.753.577	103.299.329	-	(67.945.450)	-	670.107.456
ETIM	282.744.984	59.376.611	-	(48.359.425)	-	293.762.170
ITE	602.938.518	112.017.245	-	(100.079.537)	-	614.876.226
RPTE	128.988.417	5.922.281	121.001.097	-	-	255.911.795
PCTE	19.005.656	836.079	213.328.009	-	-	233.169.744
SMTE	203.262.982	57.818.922	245.858.823	-	-	506.940.727
SPTe	211.885.842	19.801.510	76.196.455	(15.188.114)	-	292.695.693
PPTE	337.306.887	46.714.801	-	(48.233.855)	-	335.787.833
Itatim	491.047.270	42.117.378	-	(50.068.947)	-	483.095.701
Iracema	264.627.368	13.212.579	-	-	-	277.839.947
Catxerê	565.264.321	45.065.612	-	(36.224.117)	-	574.105.816
Araraquara	206.144.047	44.886.251	-	(8.648.957)	-	242.381.341
MRTE	140.890.649	12.160.278	-	(3.002.953)	-	150.047.974
XRTE	4.093.351.818	387.963.577	-	(108.220.478)	-	4.373.094.917
ACTE	103.282.683	11.939.650	-	(83.400)	-	115.138.933
LTMC	318.833.257	22.719.929	-	(24.092.811)	-	317.460.375
CNTE	338.069.738	55.266.543	-	(12.654.243)	-	380.682.038
PRTE	2.252.912.852	384.581.755	-	(94.861.712)	-	2.542.632.895
SGSE	1.746.512	309.686	-	(2.941)	-	2.053.257
STE	-	366.092	36.300.000	(3.478)	-	36.662.614
<b>Controladas em conjunto</b>	<b>3.623.594.634</b>	<b>290.742.437</b>	-	<b>(73.131.218)</b>	<b>(2.355.104)</b>	<b>3.838.850.749</b>
Luziânia	39.193.107	6.258.114	-	(5.566.191)	-	39.885.030
Matrinchã	951.207.700	48.448.076	-	(11.506.418)	(4.708.725)	983.440.633
Guaraciaba	430.627.188	26.077.603	-	(6.193.431)	-	450.511.360
Paranaíba	359.445.664	43.585.895	-	(10.351.650)	74.693	392.754.602
Belo Monte	1.843.120.975	166.372.749	-	(39.513.528)	2.278.928	1.972.259.124
	<b>14.820.652.012</b>	<b>1.717.118.545</b>	<b>692.684.384</b>	<b>(690.801.636)</b>	<b>(2.355.104)</b>	<b>16.537.298.201</b>

<b>Movimentação</b>						
	Saldo em 31/12/2019	Equivalência patrimonial	Aportes de capital	Dividendos e JCP	Reserva Sudam	Saldo em 31/12/2020
<b>Controladas</b>	<b>10.385.595.646</b>	<b>1.200.385.187</b>	<b>(900)</b>	<b>(479.356.236)</b>	<b>90.433.681</b>	<b>11.197.057.378</b>
ETEE	602.758.016	66.800.210	-	(34.804.649)	-	634.753.577
ETIM	245.925.732	53.825.591	-	(17.006.339)	-	282.744.984
ITE	558.469.511	63.258.140	-	(18.789.133)	-	602.938.518
RPTE	158.934.431	(29.946.014)	-	-	-	128.988.417
PCTE	73.042.510	(54.035.954)	(900)	-	-	19.005.656
SMTE	235.078.563	(31.815.581)	-	-	-	203.262.982
SPTe	233.496.384	(6.610.542)	-	(15.000.000)	-	211.885.842
PPTE	335.303.089	40.776.160	-	(38.772.362)	-	337.306.887
Itatim	498.250.817	32.922.377	-	(40.125.924)	-	491.047.270
Iracema	256.147.388	8.479.980	-	-	-	264.627.368
Catxerê	548.204.586	52.260.188	-	(35.200.453)	-	565.264.321
Araraquara	201.249.801	8.831.943	-	(3.937.697)	-	206.144.047
MRTE	129.249.843	11.849.429	-	(208.623)	-	140.890.649

	<b>Movimentação</b>					
	<b>Saldo em 31/12/2019</b>	<b>Equivalência patrimonial</b>	<b>Aportes de capital</b>	<b>Dividendos e JCP</b>	<b>Reserva Sudam</b>	<b>Saldo em 31/12/2020</b>
XRTE	3.658.590.348	623.093.834	-	(225.979.943)	37.647.579	4.093.351.818
ACTE	94.828.492	8.454.191	-	-	-	103.282.683
LTMC	299.235.846	19.785.372	-	(187.961)	-	318.833.257
CNTE	288.253.002	44.791.729	-	(8.620.423)	13.645.430	338.069.738
PRTE	1.967.893.160	286.594.599	-	(40.715.579)	39.140.672	2.252.912.852
SGSE	684.127	1.069.535	-	(7.150)	-	1.746.512
<b>Controladas em conjunto</b>	<b>3.401.769.514</b>	<b>290.717.695</b>	<b>-</b>	<b>(72.615.483)</b>	<b>3.722.908</b>	<b>3.623.594.634</b>
Luziânia	37.788.785	6.523.701	-	(5.119.379)	-	39.193.107
Matrinchã	906.659.938	52.247.918	-	(12.408.881)	4.708.725	951.207.700
Guaraciaba	409.233.379	28.057.454	-	(6.663.645)	-	430.627.188
Paranaíba	318.417.984	53.806.833	-	(12.779.153)	-	359.445.664
Belo Monte	1.729.669.428	150.081.789	-	(35.644.425)	(985.817)	1.843.120.975
	<b><u>13.787.365.160</u></b>	<b><u>1.491.102.882</u></b>	<b><u>(900)</u></b>	<b><u>(551.971.719)</u></b>	<b><u>94.156.589</u></b>	<b><u>14.820.652.012</u></b>

### 13.3 Ágio sobre aquisição de investimentos

Na aquisição das controladas ETIM, ETEE e PPTE, os ativos e passivos das controladas foram considerados como avaliados a valor de mercado, conforme determina o CPC 15 (R1) – IFRS 03 (IASB) em processos de combinação de negócios (*business combinations*). Desta forma, a diferença entre o preço pago pela aquisição da investida e o patrimônio líquido da investida avaliado a valor justo na data do balanço foi inteiramente alocada como investimento para fins das demonstrações financeiras da controladora. Para fins de demonstrações financeiras consolidadas, o valor do ágio foi reclassificado para o ativo intangível. . Adicionalmente, conforme determinação do CPC01, o ágio alocado foi testado via análise de recuperabilidade frente à exigência de que o teste seja realizado anualmente.

	<b>Movimentação do Goodwill</b>		
	<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>Teste de impairment</b>	<b>Saldo em 31/12/2021</b>
<b>Controladas</b>			
ETEE	256.054.653	-	256.054.653
ETIM	78.332.472	-	78.332.472
PPTE	43.444.390	-	43.444.390
	<b><u>377.831.515</u></b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>377.831.515</u></b>

## 14 Propriedade para investimento (controladora e consolidado)

	<b>31/12/2020</b>	<b>Adições/ (baixas)</b>	<b>Depreciação</b>	<b>31/12/2021</b>
Custo	95.888.806	-	-	95.888.806
(-) Depreciação	<u>(16.328.936)</u>	<u>-</u>	<u>(1.980.098)</u>	<u>(18.309.034)</u>
	<b><u>79.559.870</u></b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>(1.980.098)</u></b>	<b><u>77.579.772</u></b>
		<b>Adições/ (baixas)</b>	<b>Depreciação</b>	<b>31/12/2020</b>
Custo	100.043.609	(4.154.803)	-	95.888.806
(-) Depreciação	<u>(15.080.153)</u>	<u>1.439.789</u>	<u>(2.688.572)</u>	<u>(16.328.936)</u>
	<b><u>84.963.456</u></b>	<b><u>(2.715.014)</u></b>	<b><u>(2.688.572)</u></b>	<b><u>79.559.870</u></b>

A Administração mantém parte do imóvel de 18.251,76 m<sup>2</sup>, localizado na Avenida Presidente Vargas, nº 955 - Rio de Janeiro/RJ, classificada como propriedade para investimento, visto que cerca de 43% da área do imóvel estão destinadas para aluguel, e 57% de uso próprio em 31 de dezembro de 2021.

Os montantes de propriedades para investimento estão mantidos a custo histórico, deduzidos de depreciação e redução a valor recuperável, quando aplicável. O imóvel vem sendo depreciado à taxa de 2% ao ano, tendo como base laudo de avaliação de vida útil.

Para atendimento ao CPC 28 - Propriedade para investimento, a Administração efetuou a avaliação ao valor justo do imóvel em conformidade com o CPC 46 - Valor Justo. Seguem os principais aspectos do imóvel:

- Em 2020, por meio de análise interna, a Companhia identificou um novo valor médio do m<sup>2</sup> para a região central do município do Rio de Janeiro, no valor de R\$ 11.063/m<sup>2</sup>. Considerando o percentual de alocação de 43%, o valor justo do imóvel em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 87.021.504, montante superior ao custo de aquisição líquido da depreciação.
- Em 2021, por meio de análise interna, a Companhia identificou um novo valor médio do m<sup>2</sup> para a região central do município do Rio de Janeiro, no valor de R\$ 10.868/m<sup>2</sup>. Considerando o percentual de alocação de 43%, o valor justo do imóvel em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 85.488.711. Assim como identificado em 2020, o valor justo do imóvel continua superior ao custo de aquisição líquido da depreciação.
- De acordo com a hierarquia de inputs, o imóvel foi classificado como nível 3, visto que teve comparação com outros imóveis similares no mercado.

## 15 Imobilizado (controladora e consolidado)

As variações do imobilizado da controladora, estão demonstrados conforme segue:

	31/12/2020	Transf.	Adições/ baixas	Depreciação	31/12/2021
Prédios e instalações (i)	286.468.794	-	34.668.508	-	321.137.302
Máquinas e equipamentos	3.641.420	-	305.649	-	3.947.069
Móveis e utensílios	2.688.262	-	467.610	-	3.155.872
Outros	80.320	-	(27.240)	-	53.080
<b>Custo</b>	<b>292.878.796</b>	-	<b>35.414.527</b>	-	<b>328.293.323</b>
(-) Máq. equipamentos	(2.824.346)	-	-	(368.045)	(3.192.391)
(-) Móveis e utensílios	(1.847.991)	-	-	(264.523)	(2.112.514)
(-) Prédios e instalações	(21.645.336)	-	(203.793)	(2.265.851)	(24.114.980)
<b>(-) Depreciação</b>	<b>(26.317.673)</b>	-	<b>(203.793)</b>	<b>(2.898.419)</b>	<b>(29.419.885)</b>
	<b><u>266.561.123</u></b>	<b>-</b>	<b><u>35.210.734</u></b>	<b><u>(2.898.419)</u></b>	<b><u>298.873.438</u></b>



**State Grid Brazil Holding S.A.**  
Demonstrações financeiras individuais e  
consolidadas em 31 de dezembro de 2021

	31/12/2019	Transf.	Adições/ baixas	Depreciação	31/12/2020
Prédios e instalações (i)	122.943.059	-	163.525.735	-	286.468.794
Máquinas e equipamentos	3.613.312	-	28.108	-	3.641.420
Móveis e utensílios	2.673.692	-	14.570	-	2.688.262
Outros	84.279	-	(3.959)	-	80.320
<b>Custo</b>	<b>129.314.342</b>	<b>-</b>	<b>163.564.454</b>	<b>-</b>	<b>292.878.796</b>
(-) Máq. equipamentos	(2.423.566)	-	-	(400.780)	(2.824.346)
(-) Móveis e utensílios	(1.571.192)	-	-	(276.799)	(1.847.991)
(-) Prédios e instalações	(18.431.300)	-	744.551	(3.958.587)	(21.645.336)
<b>(-) Depreciação</b>	<b>(22.426.058)</b>	<b>-</b>	<b>744.551</b>	<b>(4.636.166)</b>	<b>(26.317.673)</b>
	<b><u>106.888.284</u></b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>164.309.005</u></b>	<b><u>(4.636.166)</u></b>	<b><u>266.561.123</u></b>

As variações do imobilizado consolidado, estão demonstrados conforme segue:

	31/12/2020	Transf.	Adições/ baixas	Depreciação	31/12/2021
Prédios e instalações (i)	286.570.797	-	34.847.508	-	321.418.305
Máquinas e equipamentos	30.844.369	-	2.374.329	-	33.218.698
Móveis e utensílios	3.218.442	-	467.609	-	3.686.051
Outros	11.683.641	-	289.376	-	11.973.017
<b>Custo</b>	<b>332.317.249</b>	<b>-</b>	<b>37.978.822</b>	<b>-</b>	<b>370.296.071</b>
(-) Máq. equipamentos	(15.468.800)	-	28.903	(3.844.634)	(19.284.531)
(-) Móveis e utensílios	(2.058.041)	-	116	(306.094)	(2.364.020)
(-) Prédios e instalações	(21.652.459)	-	(203.793)	(2.267.420)	(24.123.672)
(-) Outros	(2.654.006)	-	101.480	(844.051)	(3.396.577)
<b>(-) Depreciação</b>	<b>(41.833.306)</b>	<b>-</b>	<b>(73.294)</b>	<b>(7.262.200)</b>	<b>(49.168.800)</b>
	<b><u>290.483.943</u></b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>37.905.528</u></b>	<b><u>(7.262.200)</u></b>	<b><u>321.127.271</u></b>

	31/12/2019	Transf.	Adições/ baixas	Depreciação	31/12/2020
Prédios e instalações (i)	123.045.062	-	163.525.735	-	286.570.797
Máquinas e equipamentos	29.124.567	19.673	1.700.129	-	30.844.369
Móveis e utensílios	3.204.452	-	13.990	-	3.218.442
Outros	11.970.594	(19.673)	(267.280)	-	11.683.641
<b>Custo</b>	<b>167.344.675</b>	<b>-</b>	<b>164.972.574</b>	<b>-</b>	<b>332.317.249</b>

	31/12/2019	Transf.	Adições/ baixas	Depreciação	31/12/2020
(-) Máq. equipamentos	(12.036.203)	195	121.758	(3.554.550)	(15.468.800)
(-) Móveis e utensílios	(1.740.512)	-	767	(318.296)	(2.058.041)
(-) Prédios e instalações	(18.436.398)	(195)	744.551	(3.960.417)	(21.652.459)
(-) Outros	(2.413.854)	-	572.177	(812.329)	(2.654.006)
<b>(-) Depreciação</b>	<b>(34.626.967)</b>	<b>-</b>	<b>1.439.253</b>	<b>(8.645.592)</b>	<b>(41.833.306)</b>
	<b><u>132.717.708</u></b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>166.411.827</u></b>	<b><u>(8.645.592)</u></b>	<b><u>290.483.943</u></b>

- (i) Valor correspondente a 57% do imóvel localizado à Avenida Presidente Vargas, nº 955 (mais detalhes veja Nota Explicativa nº 15). As adições em 2020 e 2021 referem-se principalmente a aquisição e construção de propriedade imobiliária residencial localizada no Leblon, Rio de Janeiro em Abril de 2020, pela Controladora State Grid Brazil Holding S.A.

## 16 Intangível (controladora e consolidado)

As variações do intangível da controladora, estão demonstrados conforme segue:

	31/12/2020	Transf.	Adições/ baixas	Amortização/ realização	31/12/2021
Servidões e Softwares (ii)	683.898	-	220.637	(215.875)	688.660
	<b><u>683.898</u></b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>220.637</u></b>	<b><u>(215.875)</u></b>	<b><u>688.660</u></b>

	31/12/2019	Transf.	Adições/ baixas	Amortização/ realização	31/12/2020
Servidões e Softwares (ii)	541.362	-	320.997	(178.461)	683.898
	<b><u>541.362</u></b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>320.997</u></b>	<b><u>(178.461)</u></b>	<b><u>683.898</u></b>

As variações do intangível consolidado, estão demonstrados conforme segue:

	31/12/2020	Adições/ baixas	Amortização/ realização	31/12/2021
Ágio (i)	377.831.515	-	-	377.831.515
Créditos fiscais (ii)	133.507.737	-	(12.917.432)	120.590.305
Servidões e Softwares (iii)	4.050.176	1.990.570	(1.187.810)	4.852.936
	<b><u>515.389.428</u></b>	<b><u>1.990.570</u></b>	<b><u>(14.105.242)</u></b>	<b><u>503.274.756</u></b>

	31/12/2019	Adições/ baixas	Amortização/ realização	31/12/2020
Ágio (i)	377.831.515	-	-	377.831.515
Créditos fiscais (ii)	146.425.169	-	(12.917.432)	133.507.737
Servidões e Softwares (iii)	3.648.988	1.468.493	(1.067.305)	4.050.176
	<b><u>527.905.672</u></b>	<b><u>1.468.493</u></b>	<b><u>(13.984.737)</u></b>	<b><u>515.389.428</u></b>

- (i) Ágio que não é amortizado contabilmente, mas sujeito à avaliação anual para fins de *impairment*, vide nota explicativa 13.3. A Companhia avalia a recuperação do valor contábil dos ágios utilizando o conceito do “valor em uso”, através de modelos de fluxo de caixa descontado das unidades geradoras de caixa, representativas dos conjuntos de bens tangíveis e intangíveis utilizados no desenvolvimento.

- (ii) Valor refere-se a Crédito fiscal calculado sobre os intangíveis de aquisição das controladas SGBH-E e SGBH-T, os quais foram incorporados na ETEE e ETIM, respectivamente. O benefício é realizado de forma proporcional à amortização fiscal dos intangíveis incorporados que o originaram.
- (iii) Os valores apresentados estão líquidos da amortização acumulada. As servidões são faixas de passagem da linha de transmissão legalmente instituída em favor das companhias, para as quais se impõem restrições ao uso e ocupação do solo. A área que compõe a faixa de servidão continua sob o domínio do proprietário.

## 17 Fornecedores - Terceiros (controladora e consolidado)

	31/12/2021		31/12/2020	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Provisão para encerramento de obra (i)	-	143.211.868	-	183.754.643
Fornecedores relacionados à construção (ii)	-	89.927.575	-	102.374.443
Gastos ambientais e fundiários	1.064	596.830	-	1.165.362
Prestadores de serviços	1.596.515	4.586.220	270.236	5.189.586
Outros (iii)	260.319	8.170.476	153.670	2.982.704
	<b>1.857.898</b>	<b>246.492.969</b>	<b>423.906</b>	<b>295.466.738</b>

- (i) Refere-se a baixa da provisão de encerramento de obra em função de notas fiscais emitidas de fornecedores na fase pré-operacional. As medições continuam sendo realizadas mesmo após a entrada em operação em função do cronograma de pagamentos estabelecidos com os fornecedores, cujo encerramento está previsto para o exercício de 2022.
- (ii) Variação refere-se à pagamentos de finalização de contratos com Epecistas referente à fase pré operacional.
- (iii) Aumento refere-se a novas apólices de seguros patrimonial e de responsabilidade civil no exercício de 2021.

## 18 Empréstimos e financiamentos (controladora e consolidado)

### a. Total da dívida com terceiros (consolidado)

Empresa	Descrição	Moeda do contrato (iii)	Início	Vencimento	Garantias	Covenants	Encargos a.a.	31/12/2021	31/12/2020
ETEE	Debêntures	R\$	mar/18	fev/21	Fidejussória	N/A	105% da Taxa DI	-	136.028.337
LTMC	Debêntures	R\$	ago/12	abr/29	(ii)	(e)	IPCA + 8,75%	80.019.190	74.642.163
PPTE	Debêntures	R\$	fev/19	fev/29	(iv)	(e)	IPCA + 4,45%	132.293.256	125.127.500
MRTE	Debêntures	R\$	dez/16	jun/26	(iii)	(e)	IPCA + 8,00%	17.800.541	17.285.708
XRTE	Debêntures	R\$	jul/21	dez/34	(v)	(e)	IPCA + 4,8304%	1.134.234.766	-
XRTE	BNDES	R\$	nov/18	nov/42	(i)	(e)	IPCA + 5,62%	5.318.249.901	5.033.351.090
CNTE	BNDES	R\$	out/18	jan/33	(i)	(e)	TJLP + 1,93%	117.851.232	128.443.182
PRTE	BNDES	R\$	out/18	jan/34	(i)	(e)	TJLP + 2,33%	547.453.021	592.570.416
								<b>7.347.901.907</b>	<b>6.107.448.396</b>

<b>Empresa</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Circulante - terceiros	<b>359.299.381</b>	<b>448.655.386</b>
Não circulante - terceiros	<b>6.988.602.526</b>	<b>5.658.793.010</b>

(i) Debêntures

**ETEE**

Em 08 de fevereiro de 2018, foi assinada a Escritura Particular da Primeira Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A. e desembolsado em 14 de março de 2018 o valor de R\$ 135.000.000,00 (cento e trinta e cinco milhões de reais), sendo a amortização bullet, em 08 de fevereiro de 2021. A partir da data de emissão, incidirá sobre o valor nominal unitário a taxa de juros equivalente a 105% do CDI. Conforme Escritura, o pagamento dos juros foi realizado semestralmente, a partir de 08 de agosto de 2018 até o vencimento, em 08 de fevereiro de 2021. Na devida data de vencimento ocorreu a liquidação total desse empréstimo no valor de R\$135.000.000 (cento e trinta e cinco milhões de reais) de principal e R\$ 1.329.869 (um milhão, trezentos e vinte e nove mil, oitocentos e sessenta e nove reais) de juros

**LTMTC**

Em 09 de agosto de 2012 foi assinado o Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Adicional a ser Convolada em Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Oferta Pública de Distribuição, com Esforços Restritos de Colocação, da Linhas de Transmissão Montes Claros S.A., com desembolso em 15 de agosto do mesmo ano no valor de R\$ 25.000.000 (vinte e cinco milhões de reais), sendo a primeira amortização em 15 de julho de 2020 com o término em 15 de abril de 2029. A partir da data de emissão incidirá sobre o valor nominal unitário a taxa de juros equivalentes a IPCA + 8,75% a.a. Em 2021 houve pagamento de principal no valor de R\$ 497.553 (quatrocentos e noventa e sete mil, quinhentos e cinquenta e três reais) e juros no valor de R\$ 6.194.872 (seis milhões, cento e noventa e quatro mil, oitocentos e setenta e dois reais)

**PPTE**

Em 11 de fevereiro de 2019 foi assinado o Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Porto Primavera Transmissora de Energia S.A., com desembolsos em 01 e 08 de março do mesmo ano totalizando o valor de R\$ 112.310.000 (cento e doze milhões trezentos e dez mil reais), sendo a primeira amortização em 15 de fevereiro de 2021 com o término em 15 de fevereiro de 2029. A partir da data de emissão incidirá sobre o valor nominal unitário a taxa de juros equivalentes a IPCA + 4,45% a.a.

**MRTE**

Em 15 de dezembro de 2016 foi assinado o Instrumento Particular da 2ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, Com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição e desembolso em 29 de dezembro do mesmo ano no valor de R\$ 15.000.000 (quinze milhões de reais), sendo a primeira amortização em 30 de dezembro 2021 com o término em 30 de junho de 2026. A partir da data de emissão incidirá sobre o valor nominal unitário a taxa de juros equivalentes a IPCA + 8,00% a.a. Em 2021 houve o pagamento de principal de R\$ 1.339.826 (um milhão, trezentos e trinta e nove mil, oitocentos e vinte e seis reais) e de juros no valor de R\$ 1.454.889 (um milhão, quatrocentos e cinquenta e quatro mil, oitocentos e oitenta e nove reais)

**XRTE**

Em 25 de junho de 2021 foi celebrado o Instrumento Particular de Escritura da 7ª Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia fidejussória adicional, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos, com desembolso em 02 de julho do mesmo ano no valor de R\$ 1.100.000.000 (um bilhão e cem milhões de reais), sendo a primeira amortização em 15 de dezembro de 2021 com o término em 15 de dezembro de 2034. A partir da data de emissão incidirá sobre o valor nominal unitário a taxa de juros equivalentes a IPCA + 4,8304% a.a.

(ii) BNDES

**XRTE**

Em 01 de novembro de 2018, em Assembleia Geral Extraordinária, foram deliberadas (i) as condições do Contrato de Financiamento de longo prazo firmado entre a XRTE e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES"), assim como (ii) a celebração do Contrato de Cessão Fiduciária e (iii) celebração do Contrato de Penhor de Ações, como interveniente. As aprovações indicadas referem-se à abertura de crédito direto em favor da XRTE no valor de até R\$ 5.213.550.000 (cinco bilhões, duzentos e treze milhões, quinhentos e cinquenta mil reais), indexado à TLP (IPCA + 3,10%) + 2,52% para os subcréditos A e B e TLP (IPCA + 3,10%) + 2,12 para o subcrédito C.

Em 21 de dezembro de 2018 a Companhia recebeu o primeiro desembolso do contrato de financiamento no valor de R\$ 3.606.505.000 (três bilhões, seiscentos e seis milhões, quinhentos e cinco mil reais) junto ao BNDES e em 27 de dezembro de 2018 foram quitadas a primeira, segunda e quinta emissões de debêntures, com o pagamento do principal e juros.

Em 29 de janeiro de 2019 a Companhia recebeu o segundo desembolso do contrato de financiamento no valor de R\$ 817.237.447 (oitocentos e dezessete milhões duzentos e trinta e sete mil e quatrocentos e quarenta e sete reais) junto ao BNDES.

Os subcréditos A e B serão pagos em 268 (duzentos e sessenta e oito) parcelas mensais e sucessivas. A primeira parcela venceu em 15 de junho de 2020 e a última vencerá em 15 de outubro de 2042.

Em 19 de junho de 2020 a Companhia recebeu o primeiro desembolso relativo ao subcrédito "C" no valor de R\$ 1.107.735 (um milhão, cento e sete mil, setecentos e trinta e cinco reais) junto ao BNDES.

O subcrédito "C" será pago em 199 (cento e noventa e nove) parcelas mensais e sucessivas. A primeira parcela vencendo em 15 de abril de 2022 e a última vencerá em 15 de outubro de 2038.

**CNTE**

Em 18 de outubro de 2018, foi firmado um contrato de financiamento junto ao BNDES no montante de R\$ 180.983.105 (cento e oitenta milhões novecentos e oitenta e três mil cento e cinco reais) destinado a aquisição de máquinas e equipamentos, compra de materiais e serviços para a construção de da linha de transmissão. Até 31 de dezembro de 2021 havia de principal um montante de R\$ 117.485.148 (cento e dezessete milhões, quatrocentos e oitenta e cinco mil, cento e quarenta e oito reais) sobre os quais incidiram 1,93% (um vírgula noventa e três por cento) ao ano a título de remuneração, acima da taxa de juros de longo prazo (TJLP). Esse financiamento será pago em 168 (cento e sessenta e oito) parcelas mensais e sucessivas. A primeira parcela vencendo em 15 de fevereiro de 2019 e a última vencerá em 15 de janeiro de 2033.

**PRTE**

Em 16 de outubro de 2018, foi firmado um contrato de financiamento junto ao BNDES. Nesse contrato foi liberado um limite no montante de R\$ 922.672.768 (novecentos e vinte e dois milhões seiscentos e setenta e dois mil setecentos e sessenta e oito reais) destinado a aquisição de máquinas e equipamentos, compra de materiais e serviços para a construção de da linha de transmissão. Até 31 de dezembro de 2021 havia de principal um montante de R\$ 545.662.158 (quinhentos e quarenta e cinco milhões, seiscentos e sessenta e dois mil, cento e cinquenta e oito reais) sobre os quais incidiram sobre os quais incidiram juros de 2,33% (dois vírgula trinta e três por cento) ao ano a título de remuneração, acima da taxa de juros de longo prazo (TJLP). Esse financiamento será pago em 168 (cento e sessenta e oito) parcelas mensais e sucessivas. A primeira parcela vencendo em 15 de fevereiro de 2020 e a última vencerá em 15 de janeiro de 2034.

**b. Total da dívida com partes relacionadas (controladora e consolidado)**

Empresa	Descrição	Moeda do contrato (iii)	Início	Vencimento	Garantias	Covenants	Encargos a.a.	31/12/2021	31/12/2020
SGBH	SGID - Subcrédito D	US\$	nov/14	dez/23	N/A	N/A	Libor + 2 %	2.180.496.307	2.030.653.344
SGBH	SGID - Subcrédito E	US\$	dez/14	dez/23	N/A	N/A	Libor + 2,706 %	632.449.033	588.990.222
SGBH	SGID - Subcrédito F	US\$	jun/15	dez/23	N/A	N/A	Libor + 2,706 %	376.052.902	350.212.382
SGBH	SGID - Subcrédito G	US\$	dez/15	dez/23	N/A	N/A	Libor + 2,706 %	223.221.025	207.882.366
SGBH	SGID - Subcrédito H	US\$	jun/16	dez/23	N/A	N/A	Libor + 2,706 %	129.584.793	120.680.358
SGBH	SGID - Subcrédito I	US\$	set/16	dez/23	N/A	N/A	Libor + 2,706 %	55.484.222	51.671.617
SGBH	SGID - Subcrédito J	US\$	dez/16	dez/23	N/A	N/A	Libor + 2,706 %	167.736.804	156.210.749
SGBH	SGID - Subcrédito K	US\$	jun/17	dez/23	N/A	N/A	Libor + 2,706 %	225.796.129	210.280.521
SGBH	SGID - Subcrédito L	US\$	dez/17	dez/23	N/A	N/A	Libor + 2,706 %	163.388.515	152.161.254
SGBH	SGID - Subcrédito M	US\$	jul/18	dez/23	N/A	N/A	Libor + 2,706 %	163.388.515	152.161.254
SGBH	SGID - Subcrédito N	US\$	set/18	dez/23	N/A	N/A	Libor + 2,706 %	16.185.553	15.073.361
SGBH	SGID - Subcrédito O	US\$	dez/18	dez/23	N/A	N/A	Libor + 2,706 %	139.378.644	129.801.224
SGBH	SGID - Subcrédito P	US\$	jun/19	dez/23	N/A	N/A	Libor + 2,706 %	139.326.209	129.752.395
SGBH	SGID - Subcrédito Q	US\$	dez/19	dez/23	N/A	N/A	Libor + 2,706 %	144.610.260	134.673.352
SGBH	SGID - Subcrédito R	US\$	aug/20	dez/23	N/A	N/A	Libor + 2,706 %	68.501.515	63.794.425
SGBH	SGID - Subcrédito S	US\$	jul/21	dez/23	N/A	N/A	Libor + 2,706 %	237.580.878	-
SGBH	SGID - Subcrédito T	US\$	set/21	dez/23	N/A	N/A	Libor + 2,706 %	682.602.267	-
<b>Controladora</b>								<b><u>5.745.783.571</u></b>	<b><u>4.493.998.824</u></b>

**State Grid Brazil Holding S.A.**  
*Demonstrações financeiras individuais e  
consolidadas em 31 de dezembro de 2021*

<b>Empresa</b>	<b>Descrição</b>	<b>Moeda do contrato (iii)</b>	<b>Início</b>	<b>Vencimento</b>	<b>Garantias</b>	<b>Covenants</b>	<b>Encargos a.a.</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
SMTE	SGID	US\$	nov/14	set/23	N/A	N/A	Libor + 2,85%	-	281.318.664
SPTE	SGID	US\$	nov/14	set/24	N/A	N/A	Libor + 2,85%	-	95.369.586
ITE	SGID	US\$	dez/14	jun/21	N/A	N/A	Libor + 2,65%	-	117.685.432
PCTE	SGID	US\$	nov/14	dez/28	N/A	N/A	Libor + 2,85%	-	225.800.695
RPTE	SGID	US\$	nov/14	jun/27	N/A	N/A	Libor + 2,85%	-	136.850.948
<b>Consolidado</b>								<b><u>5.745.783.571</u></b>	<b><u>5.351.024.149</u></b>
Circulante - partes relacionadas ( <b>Controladora</b> )								<b>6.001.886</b>	<b>5.256.399</b>
Não circulante - partes relacionadas ( <b>Controladora</b> )								<b>5.739.781.685</b>	<b>4.488.742.425</b>
Circulante - partes relacionadas ( <b>Consolidado</b> )								<b>6.001.886</b>	<b>290.824.794</b>
Não circulante - partes relacionadas ( <b>Consolidado</b> )								<b>5.739.781.685</b>	<b>5.060.199.355</b>

Com relação aos empréstimos com a SGID, as cláusulas contratuais dizem que as Companhias têm o direito de decidir se pagarão ou não os empréstimos nas datas de vencimento, dependendo da situação financeira e operacional da Companhia. Os saldos dos empréstimos são alocados entre Curto e Longo Prazo mediante a previsão de que não haverá pagamento de principal nos próximos 12 meses e desta forma nas datas de vencimentos os valores devidos são sempre renovados por um período de dois anos.

Em 2020 e 2021 dada a relevante desvalorização do Real em relação ao Dólar norte-americano, os empréstimos intercompany entre SGID e as SPEs (ITE, SMTE, SPTE, RPTE e PCTE) vêm deteriorando as demonstrações financeiras locais dessas empresas e também exigindo reescalonamento regular da dívida com a SGID para manter uma condição mínima de fluxo de caixa das SPEs.

Por estes motivos foi feito uma análise e se chegou a conclusão de que seria melhor para as empresas a implementação da Assunção destas dívidas em dólar para concentrar os empréstimos da SGID apenas na SGBH e com posterior capitalização das SPEs.

A Assunção da Dívida traria benefícios claros para as empresas tais como: melhoria nos resultados das empresas, melhorias no índice de endividamento, possibilidade de pagamento de maiores dividendos e alavancagem futura através de uma dívida local para melhorar a estrutura de capital das SPEs.

No dia 15 de julho de 2021, a controlada ITE quitou integralmente o empréstimo com a SGID no valor de R\$ 111.982.377 (cento e onze milhões e novecentos e oitenta e dois mil e trezentos e setenta e sete reais) de principal e R\$ 1.870.026 (um milhão, oitocentos e setenta mil reais e vinte e seis reais) de juros.

No dia 30 de setembro de 2021, a Companhia celebrou um contrato de assunção da dívida com a SGID onde a SGBH realiza no mesmo valor de quitação do empréstimo, um aumento de capital com emissão de novas ações nas controladas SMTE, SPTE, RPTE e PCTE nos termos previstos no Contrato de Assunção da Dívida, onde a SGBH como Controladora passa a ser a credora da dívida com a SGID. O valor total desta transação foi de R\$ 656.384.385 (seiscentos e cinquenta e seis milhões, trezentos e oitenta e quatro mil e trezentos e oitenta e cinco reais) de principal através de um aumento do capital social no mesmo valor, conforme demonstrado abaixo:

	<b>Assunção da dívida</b>	<b>Aumento de capital</b>
SMTE	(245.858.824)	245.858.824
SPTE	(76.196.455)	76.196.455
RPTE	(121.001.097)	121.001.097
PCTE	(213.328.009)	213.328.009
	<u>(656.384.385)</u>	<u>656.384.385</u>



**c. Movimentação dos empréstimos (controladora e consolidado)**

Financiador	Saldo inicial Bruto 31/12/2020	Juros, variação monetária e cambial	Liquidação juros	Novas captações	Assunção da dívida de controladas	Liquidação principal	Custo de transação a amortizar	Saldo final Bruto 31/12/2021
SGID - Subcrédito D	2.030.653.344	196.500.364	(46.657.401)	-	-	-	-	2.180.496.307
SGID - Subcrédito E	588.990.221	61.265.427	(17.806.615)	-	-	-	-	632.449.033
SGID - Subcrédito F	350.212.382	36.558.010	(10.717.490)	-	-	-	-	376.052.902
SGID - Subcrédito G	207.882.367	21.700.448	(6.361.790)	-	-	-	-	223.221.025
SGID - Subcrédito H	120.680.358	12.597.595	(3.693.160)	-	-	-	-	129.584.793
SGID - Subcrédito I	51.671.617	5.393.903	(1.581.298)	-	-	-	-	55.484.222
SGID - Subcrédito J	156.210.750	16.306.545	(4.780.491)	-	-	-	-	167.736.804
SGID - Subcrédito K	210.280.521	21.950.787	(6.435.179)	-	-	-	-	225.796.129
SGID - Subcrédito L	152.161.254	15.883.826	(4.656.565)	-	-	-	-	163.388.515
SGID - Subcrédito M	152.161.254	15.883.826	(4.656.565)	-	-	-	-	163.388.515
SGID - Subcrédito N	15.073.361	1.573.480	(461.288)	-	-	-	-	16.185.553
SGID - Subcrédito O	129.801.224	13.549.705	(3.972.285)	-	-	-	-	139.378.644
SGID - Subcrédito P	129.752.395	13.546.099	(3.972.285)	-	-	-	-	139.326.209
SGID - Subcrédito Q	134.673.352	14.059.845	(4.122.937)	-	-	-	-	144.610.260
SGID - Subcrédito R	63.794.425	6.658.970	(1.951.880)	-	-	-	-	68.501.515
SGID - Subcrédito S	-	30.097.187	(3.082.693)	210.566.384	-	-	-	237.580.878
SGID - Subcrédito T	-	30.812.451	(4.594.569)	-	656.384.385	-	-	682.602.268
<b>Controladora</b>	<b>4.493.998.825</b>	<b>514.338.468</b>	<b>(129.504.491)</b>	<b>210.566.384</b>	<b>656.384.385</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>5.745.783.571</b>
Debêntures	353.083.707	127.018.644	(39.749.571)	1.100.000.000	-	(149.290.230)	(26.714.797)	1.364.347.753
SGID	857.025.325	28.623.764	(18.698.320)	-	(656.384.385)	(210.566.384)	-	-
BNDES	5.754.364.687	858.049.904	(331.871.685)	-	-	(296.988.752)	-	5.983.554.154
<b>Consolidado</b>	<b>11.458.472.544</b>	<b>1.528.030.780</b>	<b>(519.824.067)</b>	<b>1.310.566.384</b>	<b>-</b>	<b>(656.845.365)</b>	<b>(26.714.797)</b>	<b>13.093.685.478</b>

**State Grid Brazil Holding S.A.**  
*Demonstrações financeiras individuais e  
consolidadas em 31 de dezembro de 2021*

<b>Financiador</b>	<b>Saldo final Bruto 31/12/2021</b>
Circulante - partes relacionadas	6.001.886
Não circulante - partes relacionadas	5.739.781.685
Circulante - terceiros	359.299.381
Não circulante - terceiros	6.988.602.526

<b>Financiador</b>	<b>Saldo inicial Bruto 31/12/2019</b>	<b>Juros, variação monetária e cambial</b>	<b>Liquidação juros</b>	<b>Novas captações</b>	<b>Liquidação principal</b>	<b>Custo de transação a amortizar</b>	<b>Saldo final Bruto 31/12/2020</b>
SGID - Subcrédito D	1.577.462.772	515.503.305	(62.312.733)	-	-	-	2.030.653.344
SGID - Subcrédito E	457.104.576	154.878.745	(22.993.100)	-	-	-	588.990.221
SGID - Subcrédito F	271.793.446	92.101.270	(13.682.334)	-	-	-	350.212.382
SGID - Subcrédito G	161.333.715	54.670.341	(8.121.689)	-	-	-	207.882.367
SGID - Subcrédito H	93.657.826	31.737.354	(4.714.822)	-	-	-	120.680.358
SGID - Subcrédito I	40.101.400	13.588.959	(2.018.742)	-	-	-	51.671.617
SGID - Subcrédito J	121.232.315	41.081.382	(6.102.947)	-	-	-	156.210.750
SGID - Subcrédito K	163.194.880	55.301.022	(8.215.381)	-	-	-	210.280.521
SGID - Subcrédito L	118.089.576	40.016.417	(5.944.739)	-	-	-	152.161.254
SGID - Subcrédito M	118.089.576	40.016.417	(5.944.739)	-	-	-	152.161.254
SGID - Subcrédito N	11.698.160	3.964.097	(588.896)	-	-	-	15.073.361
SGID - Subcrédito O	100.736.364	34.136.022	(5.071.162)	-	-	-	129.801.224
SGID - Subcrédito P	100.736.374	34.087.183	(5.071.162)	-	-	-	129.752.395
SGID - Subcrédito Q	104.556.877	35.379.965	(5.263.490)	-	-	-	134.673.352
SGID - Subcrédito R	-	508.889	(990.294)	64.275.830	-	-	63.794.425
<b>Controladora</b>	<b>3.439.787.857</b>	<b>1.146.971.368</b>	<b>(157.036.230)</b>	<b>64.275.830</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>4.493.998.825</b>

**State Grid Brazil Holding S.A.**  
*Demonstrações financeiras individuais e  
consolidadas em 31 de dezembro de 2021*

<b>Financiador</b>	<b>Saldo inicial Bruto 31/12/2019</b>	<b>Juros, variação monetária e cambial</b>	<b>Liquidação juros</b>	<b>Novas captações</b>	<b>Liquidação principal</b>	<b>Custo de transação a amortizar</b>	<b>Saldo final Bruto 31/12/2020</b>
Debêntures	339.726.983	24.063.141	(10.134.427)	-	(1.470.265)	898.275	353.083.707
SGID	714.445.804	243.074.875	(36.219.524)	-	(64.275.830)	-	857.025.325
BNDES	5.647.028.658	531.619.715	(194.243.822)	1.107.735	(231.147.599)	-	5.754.364.687
<b>Consolidado</b>	<b>10.140.989.302</b>	<b>1.945.729.099</b>	<b>(397.634.003)</b>	<b>65.383.565</b>	<b>(296.893.694)</b>	<b>898.275</b>	<b>11.458.472.544</b>
Circulante - partes relacionadas							290.824.794
Não circulante - partes relacionadas							5.060.199.355
Circulante - terceiros							448.655.386
Não circulante - terceiros							5.658.793.010

**d. Garantias**

- (i) **Garantias BNDES:** Penhor de direitos emergentes do contrato de concessão; caução, dada por todos os acionistas em favor do BNDES, da totalidade das ações da Companhia e caução dos direitos creditórios decorrentes da prestação de serviços de transmissão.
- (ii) **Garantia debêntures LTMC:** Penhor de direitos emergentes do contrato de concessão; caução, dada por todos os acionistas em favor dos debenturistas, da totalidade das ações da Companhia e caução dos direitos creditórios decorrentes da prestação de serviços de transmissão, sendo as Contas Reservas constituídas a partir de 15 de janeiro de 2020 no valor de três vezes o serviço da dívida considerando juros e amortização.
- (iii) **Garantia debêntures MRTE:** Penhor de direitos emergentes do contrato de concessão; caução, dada por todos os acionistas em favor dos debenturistas, da totalidade das ações da Companhia e caução dos direitos creditórios decorrentes da prestação de serviços de transmissão, sendo as Contas Reservas constituídas a partir de 15 de janeiro de 2017 no valor de uma parcela do serviço da dívida, considerando juros e amortização.
- (iv) **Garantia debêntures PPTE:** Penhor proporcional de direitos emergentes do contrato de concessão; caução, dada por todos os acionistas em favor dos debenturistas, de 22% das ações da Companhia e caução de 35% dos direitos creditórios decorrentes da prestação de serviços de transmissão. Também há garantia fidejussória adicional até o *completion* físico e financeiro.
- (v) **Garantia debêntures XRTE:** Garantias compartilhadas com BNDES: (i) penhor de direitos emergentes do contrato de concessão; (ii) caução, dada por todos os acionistas em favor dos debenturistas, da totalidade das ações da Companhia e (iii) caução dos direitos creditórios decorrentes da prestação de serviços de transmissão. As Contas Reservas constituídas a partir de 15 de julho de 2021 no valor de três vezes o serviço da dívida considerando juros e amortização. Também há garantia fidejussória adicional até o *completion* físico e financeiro.

**e. Covenants**

- (i) Covenants CNTE, LTMC, MRTE, PPTE, PRTE e XRTE.

	CNTE	LTMC	MRTE	PPTE	PRTE	XRTE
A Companhia deve apresentar o fluxo de caixa disponível para pagamento da dívida no período dividido pelo montante de juros a pagar:	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
ICSD requerido:	1,2 vezes	1,3 vezes	1,2 vezes	1,2 vezes	1,2 vezes	1,3 vezes
O índice foi cumprido pela Companhia em 31 de dezembro de 2021:	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Índice de Capitalização Cumprido pela Companhia em 31 de dezembro de 2021:	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim

**f. Fluxos de pagamentos futuros da dívida (longo prazo)**

	<b>Amortização</b>
2023	6.119.688.311
2024	407.148.926
2025	445.709.919
2026	477.450.967
2027-2042	<u>5.278.386.088</u>
	<b><u>12.728.384.211</u></b>

**19 Impostos e contribuições sociais a pagar**

**Imposto de renda e contribuição social a pagar**

	31/12/2021		31/12/2020	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
IRPJ (i)	19.150	69.847.742	19.150	73.625.426
CSLL (i)	<u>1.961.253</u>	<u>41.137.641</u>	<u>1.961.253</u>	<u>52.754.061</u>
	<b><u>1.980.403</u></b>	<b><u>110.985.383</u></b>	<b><u>1.980.403</u></b>	<b><u>126.379.487</u></b>

**Outros impostos a pagar**

	31/12/2021		31/12/2020	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
PIS (ii)	1.956.965	5.144.120	3.060.407	6.988.522
COFINS (ii)	9.088.641	23.889.531	14.181.475	32.282.196
INSS	247.659	5.393.225	293.684	6.553.945
IR retido da fonte	92.428	2.351.604	99.201	2.346.290
FGTS	3.122	1.221.680	2.915	1.057.943
ISS	141.586	2.527.969	143.776	3.976.632
Outros	<u>1.862.895</u>	<u>4.481.395</u>	<u>1.826.126</u>	<u>3.638.632</u>
	<b><u>13.393.296</u></b>	<b><u>45.009.524</u></b>	<b><u>19.607.584</u></b>	<b><u>56.844.160</u></b>

- (i) Variação refere-se substancialmente na controlada XRTE devido mudança na base de cálculo referente as planilhas de IFRS15 e IFRIC12 gerando pagamento a maior de antecipação, consequentemente um saldo negativo.
- (ii) Variação refere-se substancialmente na controladora devido a redução da base de PIS e COFINS em consequência da redução da provisão do Juros sobre capital próprio de 2021 e da controlada ITE devido a utilização de créditos de insumos.

## 20 Taxas regulamentares (consolidado)

	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Reserva Global de Reversão (RGR) (i)	2.547.981	2.547.503
Taxa de fiscalização (TFSEE) (ii)	5.212.464	5.400.009
Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) (iii)	39.652.165	53.834.774
Proinfa (iv)	512.977	-
	<b>47.925.587</b>	<b>61.782.286</b>

**(i) RGR**

Taxa criada pelo Decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, que tem a finalidade de prover recursos para melhoria do serviço público de energia elétrica, financiamento de fontes alternativas de energia elétrica, estudos de inventário e viabilidade de aproveitamentos de potenciais hidráulicos e para desenvolvimento e implantação de programas e projetos destinados ao combate ao desperdício e uso eficiente da energia elétrica. Conforme art. 20 da Lei nº 12.431, a vigência dessa taxa ocorrerá até 2035.

Em 12 de agosto de 2021, através do Despacho nº 2.437 da ANEEL, estabeleceu-se um valor fixo mensal para a RGR relativa às competências de julho de 2021 a junho de 2022.

**(ii) TFSEE**

Instituída pela Lei nº 9.427 de 1996 e regulamentado pelo Decreto nº 2.410 de 1997 pela Aneel com a finalidade de constituir sua receita para a cobertura do custeio de suas atividades. O percentual da taxa foi atualizado pela Lei nº 12.783 de 2013, em que foi fixada alíquota de 0,4%, que incide sobre o saldo da receita operacional líquida regulatória.

Em 28 de julho de 2021, através do Despacho nº 2.278 da ANEEL, estabeleceu-se um valor fixo mensal para a TFSEE relativa às competências de julho de 2021 a junho de 2022.

**(iii) P&D**

Conforme as Resoluções nº 316 de 2008 e nº 504 de 2012 da ANEEL, as concessionárias e permissionárias de serviço público devem destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida regulatória para destinação a projetos de pesquisa e desenvolvimento. Os saldos não aplicados são atualizados mensalmente pela taxa Selic, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização. A resolução normativa 929 de 30 de março de 2021, estabeleceu que o saldo não aplicado até 31 de agosto de 2020 deveria ser pago. No exercício de 2021 foi efetuado o pagamento conforme resolução.

**(iv) Proinfa**

Em 21 de Outubro de 2021, através do despacho 3.352, estabeleceu-se um valor fixo das quotas de custeio referentes ao Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – Proinfa, para o mês de dezembro de 2021, relativos às concessionárias do serviço público de transmissão de energia elétrica que atendam consumidor livre e/ou autoprodutor com unidade de consumo conectada às instalações da Rede Básica do Sistema Interligado Nacional.

## 21 Outros passivos circulantes

	<b>31/12/2021</b>		<b>31/12/2020</b>	
	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>
Provisão de férias	96.527	19.346.319	66.621	19.092.789
IRRF funcionários	31.527	3.705.106	62.855	3.433.048
Provisão de bônus (i)	96.289	22.558.586	65.624	15.643.179
Outros	-	98.295	-	154.784
	<b>224.343</b>	<b>45.708.306</b>	<b>195.100</b>	<b>38.323.800</b>

(i) Variação refere-se a aumento de admissões ocorridas em 2021 e alteração da premissa utilizada para o cálculo de provisão de Bônus.

## 22 Partes relacionadas

Os principais saldos com partes relacionadas apresentados em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 na Companhia decorrem de transações com a Controladora e empresas do Grupo, os quais:

### 22.1 Ativo

	Nota	31/12/2021		31/12/2020	
		Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Contas a receber - partes relacionadas		3.330.317	957.006	3.819.173	1.116.290
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)		2.533.694	-	2.821.373	-
Aluguéis a receber (ii)		760.953	767.032	975.783	937.322
Outros		35.670	189.974	22.017	178.968
Empréstimos a receber - partes relacionadas	11	<u>739.079.128</u>	<u>739.079.128</u>	<u>1.818.935.527</u>	<u>797.831.900</u>
		<b><u>742.409.445</u></b>	<b><u>740.036.134</u></b>	<b><u>1.822.754.700</u></b>	<b><u>798.948.190</u></b>

### 22.2 Passivo

	Nota	31/12/2021		31/12/2020	
		Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Fornecedores - partes relacionadas		2.159.713	16.645	1.896.986	16.645
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)		2.159.713	-	1.795.850	-
Outros		-	16.645	101.136	16.645
Empréstimos a pagar - partes relacionadas	18	<u>5.745.783.571</u>	<u>5.745.783.571</u>	<u>4.493.998.824</u>	<u>5.351.024.149</u>
		<b><u>5.747.943.284</u></b>	<b><u>5.745.800.216</u></b>	<b><u>4.495.895.810</u></b>	<b><u>5.351.040.794</u></b>

### 22.3 Resultado

	Nota	31/12/2021		31/12/2020	
		Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Resultado - partes relacionadas					
Receita de aluguel (ii)		9.276.765	5.064.297	8.285.545	4.796.456
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)		791.577	-	1.062.829	-
Receita de juros de empréstimo	32	87.413.626	71.098.438	117.041.775	76.543.845
Despesa de juros de empréstimo	32	(173.760.247)	(198.812.670)	(205.290.685)	(253.040.655)
Variação cambial ativa de empréstimo	32	719.579.720	845.025.830	792.725.981	949.358.183
Variação cambial passiva de empréstimo	32	<u>(1.103.699.817)</u>	<u>(1.238.950.039)</u>	<u>(1.786.797.924)</u>	<u>(2.150.865.031)</u>
		<b><u>(460.398.376)</u></b>	<b><u>(516.574.144)</u></b>	<b><u>(1.072.972.479)</u></b>	<b><u>(1.373.207.202)</u></b>

- (i) Em setembro de 2017, tendo como objetivo principal a racionalização e simplificação da estrutura administrativa das Transmissoras e do Grupo e o cumprimento do regulamento da Aneel - Resolução Normativa nº 699 de 26 de janeiro de 2016 —, o Grupo celebrou contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre a SGBH e suas controladas. As despesas dos recursos humanos compartilhados, bem como a infraestrutura associada são alocadas proporcionalmente entre as empresas compartilhantes de acordo com o critério regulatório de rateio firmado em contrato, por meio de notas de débito emitidas trimestralmente entre as empresas envolvidas.

- (ii) O saldo refere-se a contas a receber de receita de aluguel para controladas, coligadas e outras empresas em relação ao imóvel registrado como propriedade para investimento na Controladora (Nota Explicativa nº 15).

## 22.4 Dividendos e JCP a pagar e a receber

### a) Dividendos e JCP a receber

A movimentação dos dividendos e juros sobre capital próprio a receber, está apresentada a seguir:

	Saldo em 31/12/2020	Movimento 2021					Saldo em 31/12/2021
		Adição		Reversão	Recebimento		
		Dividendos	JCP	Dividendos	Dividendos	JCP	
<b>Controladas</b>	<b>157.105.179</b>	<b>520.968.490</b>	<b>103.478.544</b>	<b>(25.037.535)</b>	<b>(496.362.212)</b>	<b>(257.687.596)</b>	<b>2.464.870</b>
ETEE	668.002	61.966.092	5.082.454	-	(62.634.094)	(5.082.454)	-
ETIM	538.256	48.359.425	-	-	(48.303.915)	-	593.766
ACTE	-	83.399	-	-	-	-	83.399
Araraquara	83.903	8.648.958	-	-	(8.306.442)	-	426.419
Catxerê	496.472	36.224.117	-	-	(36.292.464)	-	428.125
Iracema	-	-	-	-	-	-	-
ITE	15.970.763	100.079.537	14.967.908	(17.609.304)	(82.470.233)	(30.938.671)	-
Itatim	312.763	50.068.948	-	-	(49.981.596)	-	400.115
LTMC	187.961	24.092.810	-	-	(24.064.932)	-	215.839
MRTE	112.570	10.431.184	-	(7.428.231)	(3.000.000)	-	115.523
PCTE	-	-	-	-	-	-	-
PPTE	8.090.501	39.216.624	7.664.647	-	(39.216.623)	(15.755.149)	-
RPTE	-	-	-	-	-	-	-
SMTE	-	-	-	-	-	-	-
SPTE	-	15.188.114	-	-	(15.000.000)	-	188.114
XRTE	98.341.756	49.575.471	49.848.256	-	(50.064.522)	(147.700.961)	-
CNTE	7.327.360	8.750.751	3.317.968	-	(8.750.751)	(10.645.328)	-
PRTE	24.967.722	68.276.640	22.597.311	-	(68.276.640)	(47.565.033)	-
SGSE	7.150	2.942	-	-	-	-	10.092
STE	-	3.478	-	-	-	-	3.478
<b>Controladas em conjunto</b>	<b>119.167.588</b>	<b>92.887.485</b>	<b>-</b>	<b>(19.756.267)</b>	<b>(101.132.612)</b>	<b>-</b>	<b>91.166.194</b>
Matrinchã	45.499.951	24.350.178	-	(12.843.760)	(45.499.951)	-	11.506.418
Guaraciaba	22.114.976	13.105.938	-	(6.912.507)	-	-	28.308.407
Luziânia	1.549.379	5.566.191	-	-	(5.629.379)	-	1.486.191
Paranaíba	14.358.857	10.351.650	-	-	(14.358.857)	-	10.351.650
Belo Monte	35.644.425	39.513.528	-	-	(35.644.425)	-	39.513.528
<b>Total</b>	<b>276.272.767</b>	<b>613.855.975</b>	<b>103.478.544</b>	<b>(44.793.802)</b>	<b>(597.494.824)</b>	<b>(257.687.596)</b>	<b>93.631.064</b>

	Saldo em 31/12/2019	Movimento 2020					Saldo em 31/12/2020
		Adição		Reversão	Recebimento		
		Dividendos	JCP	Dividendos	Dividendos	JCP	
<b>Controladas</b>	<b>168.547.036</b>	<b>262.929.845</b>	<b>154.209.051</b>	<b>-</b>	<b>(268.819.187)</b>	<b>(159.761.566)</b>	<b>157.105.179</b>
ETEE	14.101.798	16.566.205	-	-	(15.898.203)	(14.101.798)	668.002
ETIM	7.982.626	538.256	-	-	(31.148)	(7.951.478)	538.256
ACTE	-	-	-	-	-	-	-
Araraquara	38.928	3.937.696	-	-	(3.892.721)	-	83.903
Catxerê	384.531	35.111.941	-	-	(35.000.000)	-	496.472
Iracema	-	-	-	-	-	-	-
ITE	27.446.592	-	15.970.763	-	(35.775)	(27.410.817)	15.970.763
Itatim	299.723	40.013.040	-	-	(40.000.000)	-	312.763
LTMC	136.297	187.961	-	-	(136.297)	-	187.961
MRTE	82.789	112.570	-	-	(82.789)	-	112.570
PCTE	-	-	-	-	-	-	-
PPTE	15.745.875	29.254.125	8.090.501	-	(29.293.302)	(15.706.698)	8.090.501
RPTE	-	-	-	-	-	-	-
SMTE	11.779.807	-	-	-	-	(11.779.807)	-
SPTE	187.023	15.000.000	-	-	(15.187.023)	-	-



XRTE	6.629.939	110.859.112	97.852.705	-	(117.000.000)		98.341.756
CNTE	13.072.897	-	7.327.360	-	(42.373)	(13.030.524)	7.327.360
PRTE	70.658.211	11.341.789	24.967.722	-	(12.219.556)	(69.780.444)	24.967.722
SGSE	-	7.150	-	-	-	-	7.150
STE	-	-	-	-	-	-	-
<b>Controladas em conjunto</b>	<b>92.811.481</b>	<b>73.804.060</b>	<b>-</b>	<b>(1.188.577)</b>	<b>(46.259.376)</b>	<b>-</b>	<b>119.167.588</b>
Matrinchã	33.091.070	13.597.458	-	(1.188.577)	-	-	45.499.951
Guaraciaba	15.451.331	6.663.645	-	-	-	-	22.114.976
Luziânia	1.532.622	5.119.379	-	-	(5.102.622)	-	1.549.379
Paranaíba	13.989.355	12.779.153	-	-	(12.409.651)	-	14.358.857
Belo Monte	28.747.103	35.644.425	-	-	(28.747.103)	-	35.644.425
<b>Total</b>	<b>261.358.517</b>	<b>336.733.905</b>	<b>154.209.051</b>	<b>(1.188.577)</b>	<b>(315.078.563)</b>	<b>(159.761.566)</b>	<b>276.272.767</b>

## b) Dividendos a pagar

A movimentação dos dividendos a pagar, está apresentada a seguir:

	Saldo em 31/12/2020	Movimento 2021		Saldo em 31/12/2021
		Adição	Pagamento	
Controladora	3.527.266	2.007.451.189	(2.000.000.000)	10.978.455

	Saldo em 31/12/2019	Movimento 2020		Saldo em 31/12/2020
		Adição	Pagamento	
Controladora	15.492.126	945.170.730	(957.135.590)	3.527.266

## 22.5 Garantias

A SGBH está como garantidora de contratos de empréstimos e financiamentos das controladas e controladas em conjunto, como se segue:

Controlada em conjunto	Tipo de empréstimo	Valor garantido em 31/12/2021	Data de assinatura do contrato	Data de Vencimento
PPTE (i)	Financiamento LP	112.000.000	11/02/2019	30/06/2022
ETIM (i)	Execução Fiscal	661.041	03/10/2016	03/10/2026
ETIM (i)	Execução Fiscal	138.284	17/07/2020	17/07/2025
SMTE (i)	Execução Fiscal	1.066.240	14/10/2016	14/10/2026
SMTE (i)	Execução Fiscal	5.644.115	27/04/2016	26/04/2026
XRTE (i)	Financiamento LP	4.442.502.598	21/11/2018	31/03/2022
XRTE (i)	Financiamento LP	1.100.000.000	25/06/2021	31/03/2023
XRTE (i)	Execução Fiscal	113.092	14/05/2021	14/05/2026
Guaraciaba (ii)	Financiamento LP	224.183.727	28/09/2016	30/06/2022
Guaraciaba (ii)	Financiamento LP	60.180.000	16/07/2018	30/06/2022
Paranaíba (i)	Financiamento LP	580.084.321	16/10/2018	31/03/2022
CNTE (i)	Financiamento LP	-	-	-
PCTE (i)	Execução Fiscal	24.753	01/06/2018	01/06/2023
ITE (i)	Execução Fiscal	80.860	30/06/2020	01/06/2023

ITE (i)	Execução Fiscal	1.101.564	21/10/2021	21/10/2026
ITE (i)	Execução Fiscal	552.908	21/10/2021	21/10/2026
ITE (i)	Execução Fiscal	102.055	23/09/2021	23/09/2026
RPTE (i)	Execução Fiscal	35.717	17/07/2020	17/07/2025

Controlada em conjunto	Tipo de empréstimo	Valor garantido em 31/12/2020	Data de assinatura do contrato	Data de Vencimento
MRTE (i)	Financiamento LP	15.000.000	15/12/2016	30/05/2021
PPTE (i)	Financiamento LP	112.000.000	11/02/2019	30/04/2022
PPTE (i)	Execução Fiscal	2.843.209	20/07/2016	20/07/2021
ETIM (i)	Execução Fiscal	661.041	03/10/2016	03/10/2021
ETIM (i)	Execução Fiscal	138.284	17/07/2020	17/07/2025
SMTE (i)	Execução Fiscal	1.066.240	14/10/2016	14/10/2021
SMTE (i)	Execução Fiscal	5.944.209	27/04/2016	26/04/2021
BMTE (ii)	Financiamento LP	418.631.305	22/12/2020	22/12/2021
BMTE (ii)	Financiamento LP	35.037.000	13/07/2017	13/04/2021
BMTE (ii)	Financiamento LP	295.800.000	31/10/2017	31/07/2021
XRTE (i)	Risco de construção	700.000.000	30/09/2015	27/3/2021
XRTE (i)	Financiamento LP	4.442.502.598	21/11/2018	31/12/2021
Guaraciaba (ii)	Financiamento LP	224.183.727	28/09/2016	31/03/2021
Guaraciaba (ii)	Financiamento LP	60.180.000	16/07/2018	31/03/2021
CNTE (i)	Financiamento LP	147.478.528	16/10/2018	31/03/2021
Paranaíta (i)	Financiamento LP	580.084.321	16/10/2018	30/10/2021
ETEE (i)	Financiamento LP	135.000.000	08/02/2018	08/02/2021
PCTE (i)	Execução Fiscal	24.753	01/06/2018	01/06/2023
ITE (i)	Execução Fiscal	80.860	01/06/2018	01/06/2023
ITE (i)	Execução Fiscal	418.091	21/10/2016	21/10/2021

Controlada em conjunto	Tipo de empréstimo	Valor garantido em 31/12/2020	Data de assinatura do contrato	Data de Vencimento
ITE (i)	Execução Fiscal	1.066.984	23/09/2016	23/09/2021
ITE (i)	Execução Fiscal	535.551	21/10/2016	21/10/2021
RPTE (i)	Execução Fiscal	35.717	17/07/2020	17/07/2025

- (i) Valor garantido referente a 100% do valor financiado/emprestado.
- (ii) A Companhia possui o capital social de 51% das empresas, com isso o valor garantido dos empréstimos e financiamentos é de 51% sobre o valor total.

## 22.6 Remuneração da Administração (pessoal - chave)

As remunerações de empregados das funções executivas da Companhia reconhecidos no resultado do período, estão apresentadas como segue:

Valores reconhecidos no resultado	31/12/2021		31/12/2020	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Remuneração fixa e variável (*)				
Salário	966.380	10.749.259	680.284	12.666.576
Benefícios diretos e indiretos	37.369	2.698.530	13.488	1.178.871
Encargos	283.820	5.774.670	190.842	4.839.438
Provisões (13 salário, férias e bônus)	-	6.378.285	-	5.901.902
<b>Valor total da remuneração</b>	<b>1.287.569</b>	<b>25.600.745</b>	<b>884.614</b>	<b>24.586.787</b>

- (\*) Pró-labore, encargos, benefícios diretos e indiretos (plano de saúde, plano odontológico, seguro de vida e ticket refeição/alimentação) e Bonus.

## 23 Impostos diferidos (controladora e consolidado)

Os tributos diferidos ativos foram constituídos sobre o prejuízo fiscal e sobre o ativo de contrato das Controladas XRTE e IRTE. Os tributos diferidos passivos foram constituídos sobre o saldo do ativo contratual da Companhia.

	31/12/2021		31/12/2020	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
IR e CSLL Diferidos ativo (ativo de contrato)	-	5.333.084	-	10.866.356
IR e CSLL Diferidos ativo (prejuízos fiscais)	-	53.941.386	-	77.493.669
IR Diferido Passivo	(112.022.809)	(1.902.955.986)	(110.910.656)	(1.674.319.752)
CSLL Diferida Passiva	(40.328.212)	(695.426.889)	(39.927.836)	(613.198.401)
Pis Diferido Passivo	-	(328.895.360)	-	(322.821.936)
Cofins Diferido Passivo	-	(1.515.108.588)	-	(1.487.133.804)
	<b>(152.351.021)</b>	<b>(4.383.112.353)</b>	<b>(150.838.492)</b>	<b>(4.009.113.868)</b>

As variações dos tributos diferidos consolidados são as seguintes:

	<b>Ativo</b>	<b>Passivo</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>88.360.024</b>	<b>(4.097.473.893)</b>
Efeitos reconhecidos no resultado (pis e cofins)	-	(34.048.209)
Efeitos reconhecidos no resultado (IR e CSLL)	(42.002.987)	(310.864.721)
Transferências entre ativos e passivos	12.917.433	-
	<u>59.274.470</u>	<u>(4.442.386.823)</u>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>59.274.470</b>	<b>(4.442.386.823)</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>143.740.488</b>	<b>(3.933.823.742)</b>
Efeitos reconhecidos no resultado (pis e cofins)	-	(25.405.468)
Efeitos reconhecidos no resultado (IR e CSLL)	(68.297.896)	(138.244.683)
Transferências entre ativos e passivos	12.917.433	-
	<u>88.360.025</u>	<u>(4.097.473.893)</u>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>88.360.025</b>	<b>(4.097.473.893)</b>

## 24 Provisão para contingências

### a. Contingências prováveis (provisionadas)

A Companhia e suas controladas são partes em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias, cíveis, trabalhistas e outros assuntos.

A Companhia e suas controladas, constituem provisões para riscos fiscais, cíveis, servidões, ambientais e trabalhistas, em montantes considerados suficientes para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso para processos legais quando é provável de acontecer um desembolso de caixa futuro por conta de uma obrigação presente proveniente de um evento passado e com base na opinião de seus assessores jurídicos, internos e externos, e na análise das demandas judiciais pendentes.

Essas provisões são apresentadas de acordo com a natureza das correspondentes causas, conforme segue:

	31/12/2021		31/12/2020	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Fiscal	-	7.791.180	-	2.015.576
Cível	-	2.736.565	-	2.140.181
Servidões	-	8.012.915	-	6.836.819
Ambiental	-	2.416.678	-	33.007.524
Trabalhista	1.634.932	4.087.397	1.168.996	2.675.582
	<u>1.634.932</u>	<u>25.044.735</u>	<u>1.168.996</u>	<u>46.675.682</u>

A movimentação das provisões prováveis na controladora, justificada substancialmente por alteração nos prognósticos dos processos, está apresentada a seguir:

	<b>Controladora</b>	
	<b>Trabalhistas</b>	<b>Total</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>1.168.996</b>	<b>1.168.996</b>
Adições e reversões, líquidas	427.175	427.175
Pagamentos	(4.306)	(4.306)
Atualizações monetárias	43.067	43.067
Transferências	-	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>1.634.932</b>	<b>1.634.932</b>

	<b>Controladora</b>	
	<b>Trabalhistas</b>	<b>Total</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>702.239</b>	<b>702.239</b>
Adições e reversões, líquidas	471.099	471.099
Pagamentos	(4.342)	(4.342)
Atualizações monetárias	-	-
Transferências	-	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>1.168.996</b>	<b>1.168.996</b>

A movimentação das provisões prováveis no consolidado, justificada substancialmente por alteração nos prognósticos dos processos, está apresentada a seguir:

	<b>Consolidado</b>					
	<b>Cíveis</b>	<b>Trabalhistas</b>	<b>Fiscais</b>	<b>Ambiental</b>	<b>Servidões</b>	<b>Total</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>2.140.181</b>	<b>2.675.582</b>	<b>2.015.576</b>	<b>33.007.524</b>	<b>6.836.819</b>	<b>46.675.682</b>
Adições e reversões, líquidas (i)	491.415	1.220.563	5.772.123	(30.895.000)	1.176.096	(22.234.803)
Pagamentos	-	4.306	-	-	-	(4.306)
Atualizações monetárias	104.969	195.558	3.481	304.154	-	608.162
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>2.736.565</b>	<b>4.087.397</b>	<b>7.791.180</b>	<b>2.416.678</b>	<b>8.012.915</b>	<b>25.044.735</b>

	<b>Consolidado</b>					
	<b>Cíveis</b>	<b>Trabalhistas</b>	<b>Fiscais</b>	<b>Ambiental</b>	<b>Servidões</b>	<b>Total</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>4.431.780</b>	<b>1.781.765</b>	<b>3.092.346</b>	<b>32.752.608</b>	<b>2.163.956</b>	<b>44.222.455</b>
Adições e reversões, líquidas	(2.299.615)	882.972	1.281.902	(626.433)	4.672.863	3.911.689
Pagamentos	-	(4.343)	(2.358.672)	-	-	(2.363.015)
Atualizações monetárias	8.016	15.188	-	881.349	-	904.553
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>2.140.181</b>	<b>2.675.582</b>	<b>2.015.576</b>	<b>33.007.524</b>	<b>6.836.819</b>	<b>46.675.682</b>

- (i) As adições ocorreram, basicamente, em razão da movimentação dos processos, com ocorrência de decisão judicial, mudanças de prognóstico e por conta da atualização monetária; e as provisões constituídas referem-se a riscos relacionados a verbas legais e contratuais, terceirização, execuções fiscais e manifestações de inconformidade referentes a compensações de impostos e contribuições federais (IRPJ, CSLL, PIS, COFINS, IRRF e CSRF) não homologadas pela RFB e ações judiciais e/ou autos de infração de natureza ambiental recebidos pela SGBH e suas controladas, nos quais se discute, por exemplo, condicionantes de licenças. As reversões ocorreram basicamente pela Controlada ATE, onde em 14/05/2021 o IBAMA disponibilizou as decisões homologatórias de primeira instância aos Autos de Infração dos processos administrativos n. 02027.001141/2012-19 e 02027.001143/2012-16 minorando os valores originais de R\$ 3.000.000,00 para 2.010.500 e R\$ 15.000.000 para R\$ 2.555.000, respectivamente. Posteriormente, por ser um processo em âmbito administrativo, o departamento jurídico da companhia, em conjunto com os escritórios externos, classificou os mesmos processos com prognóstico possível, sendo necessário o estorno de todo o montante.

**b. Reembolso de contingências**

Por meio dos contratos de compra e vendas das controladas do Grupo que já estavam em operação (conforme apresentado na nota explicativa 3). Foram firmados contratos e seus respectivos aditamentos com as vendedoras. Elas se comprometeram a assumir todos os custos de defesa e condenação relativos às quaisquer demandas administrativas e/ou judiciais, relacionadas às empresas, nos termos e condições previstos no Contrato. Assim, a Companhia efetuou o registro de direito a reembolso para as contingências apresentadas como prováveis, visto que estas estão suportadas pelo Contrato.

Apresentamos a seguir os montantes de causas prováveis por controlada para as quais foram registrados montantes correspondentes a reembolsos na linha de outros ativos não circulantes:

	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
<b>Controladas</b>		
ITE	7.800.977	7.415.059
SMTE (i)	9.677.299	3.260.775
ETEE	597.775	591.679
Catxerê	2.091.840	2.338.552
PCTE	5.160.041	5.132.751
Araraquara	111.193	23.023
RPTE	2.613.889	2.222.538
SPTE	82.767	82.767
ETIM	1.212.152	1.841.206
LTMC	1.050.571	98.512
XRTE	3.344.260	2.617.073
CNTE	-	167.006

	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
PPTE	150.731	55.005
SGBH	2.410.270	1.814.044
	<b>36.303.765</b>	<b>27.659.990</b>

- (i) Variação refere-se a provisão fiscal na Controlada SMTE devido à mudança de prognóstico de possível para provável.

**c. Contingências possíveis (não provisionadas)**

As principais causas classificadas com expectativa de perda considerada possível estão relacionadas a riscos fiscais, cíveis, servidões, ambientais e trabalhistas, conforme segue:

	31/12/2021		31/12/2020	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Fiscal (i)	37.198.579	342.810.688	32.934.824	275.508.056
Cível (ii)	-	11.193.507	-	8.427.178
Servidões (iii)	-	1.355.382	-	3.601.743
Ambiental (iv)	-	10.270.973	-	5.439.779
Trabalhista (v)	2.878.505	10.379.514	4.044.024	12.515.446
	<b>40.077.084</b>	<b>376.010.064</b>	<b>36.978.848</b>	<b>305.492.203</b>

- (i) **Processos Fiscais:** Referem-se às ações judiciais e processos administrativos fiscais, que discutem diversos tributos, tais como, ICMS, ISS, IRPJ e CSLL. Variação refere-se substancialmente a processos fiscais do exercício de 2021 na controlada ETIM referentes a ações ordinárias relativos a IRPJ e CSLL, novos processos de ISS movidos pela Receita Federal e mudança de prognóstico de remoto para possível do processo de amortização do ágio. Os principais casos nos quais se discute os temas aqui referidos são os seguintes: processos número 5003229-44.2019.4.02.5101 com valor de exposição de aproximadamente 38 milhões de reais da esfera processual do Estado do Rio de Janeiro, onde em Julho 2021 os autos foram remetidos à conclusão para julgamento, processos números 17227-720.037/2020-58 e 10348.720859/2021-02, no valor total de exposição de aproximadamente 30,5 milhões de reais do Estado do Espírito Santo, onde na presente data, aguarda-se distribuição do processo e desfecho da ação ordinária, respectivamente. E na Controlada ITE, onde ocorreu a inclusão de um processo iniciado em 2021 visando a cobrança de suposto crédito tributário de ICMS, discutidos na Execução Fiscal nº 1000755-83.2021.8.11.0003, ajuizada pelo Estado de Mato Grosso, e que teve seu trâmite suspenso por força de decisão proferida em favor da Companhia nos autos da Ação Anulatória nº 1038359-03.2017.8.11.0041, que determinou a suspensão da exigibilidade do crédito tributário de ICMS que o Estado cobrava da Companhia. Aguarda-se decisão final de mérito na ação anulatória ajuizada pela Companhia.
- (ii) **Processos cíveis:** Referem-se a duas ações judiciais principalmente na Controlada IRTE, autuadas respectivamente sob os números 0169414-92.2016.8.06.0001 e 0025826-86.2016.4.01.3400, com trâmite por Fortaleza e Brasília, nas quais se discute ocupação de faixa de domínio e suposto atraso na entrada em operação de linha de transmissão, respectivamente. Os feitos foram ajuizados em 2016, conforme numeração dos processos, e não há detalhes relevantes a serem reportados acerca dos dois casos, senão o cerne das discussões neles contidas, conforme reportado, sobretudo porque no primeiro caso aguarda-se julgamento de primeiro grau após a fase de produção de provas, e o segundo feito teve decisão de primeiro grau decretando sua extinção sem análise do mérito, e aguarda-se julgamento de recurso interposto pela ONS
- (iii) Referem-se a ações ajuizadas pelas Controladas para implementar servidão administrativa de passagem em áreas específicas (fração de imóveis) onde são instaladas as torres de transmissão de energia elétrica. A variação refere-se principalmente à alteração de prognóstico de possível para remoto do Processo nº 0309742-98.2016.8.09.0127 na Controlada ETEE.

- (iv) Processos ambientais: Referem-se a ações judiciais e/ou autos de infração de natureza ambiental recebidos pela SGBH e suas controladas, nos quais se discute, por exemplo, condicionantes de licenças. Na Controlada ATE ocorreu uma autuação administrativa por, supostamente, ter desatendido a uma das condicionantes da Licença de Instalação nº 704/2010, o que caracterizaria infração ao art. 66, parágrafo único, inciso II do Decreto Federal nº 6.514/2008. E gerou a maior variação apresentada no quadro acima, além disso, o processo foi alterado de provável para possível em 2021.
- (v) Processos trabalhistas: Referem-se a ações movidas por empregados e ex-empregados e empregados de terceiros (responsabilidade subsidiária e/ou solidária) envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras. Variação refere-se substancialmente na mudança de prognóstico e alteração dos valores de perda possível.

## 25 Outros passivos não circulantes

	31/12/2021		31/12/2020	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Obrigações especiais (i)	-	15.770.543	-	16.277.273
Compensação ambiental (ii)	-	46.513.772	-	54.664.275
Outras provisões passivas (iii)	-	-	2.615.493	35.102.127
	-	62.284.315	2.615.493	106.043.675

- (i) Recebimento antecipado na Itatim pelas centrais geradoras para o custeio de aquisição de instalações de transmissão de interesse exclusivo;
- (ii) Valores destinados a manutenção ou criação de Unidades de Conservação de acordo com a Lei Federal nº 9.985/00.
- (iii) Variação refere-se a baixa de provisão de tributação e atualização monetária de benefícios a expatriados enquadrados como remuneração que no passado não passavam por folha em função da extinção dos créditos tributários conforme art 173, inciso I da CTN

## 26 Patrimônio líquido (controladora)

### a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, o capital totalmente subscrito e integralizado, em moeda corrente nacional, é de R\$ 9.787.203.751 (nove bilhões, setecentos e oitenta e sete milhões, duzentos e três mil setecentos e cinquenta e um reais), dividido em 9.787.203.751 (nove bilhões, setecentos e oitenta e sete milhões, duzentas e três mil setecentas e cinquenta e uma) idênticas ações ordinárias nominativas com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada. A composição acionária está demonstrada a seguir:

	31/12/2021
International Grid Holdings Limited	99,9999%
Top View Grid Investment Limited	0,0001%
	<u>100%</u>

### b. Reserva legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76.



**c. Reserva de retenção de lucros**

Considerando o saldo acumulado de reserva de lucros existente na Companhia, a Administração da Companhia aprovou em 2020 a distribuição de dividendos adicionais e intermediários a serem pagos ao longo do exercício no montante total de R\$ 942.223.502 (novecentos e quarenta e dois milhões, duzentos e vinte e três mil, quinhentos e dois reais)

Conforme Ata da Assembléia Geral Ordinária de 30 de abril de 2021, a Companhia destinou o montante de R\$ 291.775.606 (duzentos e noventa e um milhões, setecentos e setenta e cinco mil, seiscentos e seis reais) para a conta de reserva de retenção de lucros os lucros excedentes após o cálculo de reserva legal e dividendos mínimos obrigatório.

Em 2021, a reserva especial de lucros a realizar decorrentes dos ajustes do CPC 47/ IFRS 15, que entrou em vigor em 01 de janeiro de 2018 foi realizada, sendo integrada a reserva de retenção de lucro, com base na lei 10.303/2001 artigo 197, § 2o e art. 202, inciso III, no montante total de R\$ 757.478.446 (setecentos e cinquenta e sete milhões, quatrocentos e setenta e oito mil, quatrocentos e quarenta e seis reais).

Em 2021, a Companhia destinou o montante de R\$ 1.086.866.996 (um bilhão, oitenta e seis milhões, oitocentos e sessenta e seis mil, novecentos e noventa e seis reais) para a conta de reserva de retenção de lucros os lucros excedentes após o cálculo de reserva legal e dividendos mínimos obrigatório.

Em 2021 a Administração da Companhia aprovou a distribuição de dividendos intermediários referentes à reserva de lucros no valor conforme quadro abaixo. Esses valores, assim como todo o montante decorrente de dividendos provisionados foram pagos até dezembro de 2021.

<b>Ata</b>	<b>Valor</b>
AGE realizada em 25/06/2021	300.000.000
AGE realizada em 29/07/2021	310.800.000
AGE realizada em 18/08/2021	912.676.330
AGE realizada em 17/11/2021	<u>472.996.404</u>
	<u><b>1.996.472.734</b></u>

**d. Reserva especial de lucros a realizar**

Companhia destinou para a conta de reserva especial de lucros a realizar os resultados decorrentes dos ajustes do CPC 47/ IFRS 15, que entrou em vigor em 01 de janeiro de 2018. Esses valores também foram base para a constituição de reserva legal e dividendos mínimos obrigatórios. Em 2021 a reserva especial foi realizada com base na lei 10.303/2001 artigo 197, § 2o e art. 202, inciso III.

**e. Reserva de incentivos fiscais**

A constituição da reserva de incentivos fiscais reflexa nas investidas está demonstrado conforme segue:

<b>Empresa</b>	<b>Participação</b>	<b>Saldo acumulado</b>	<b>Reflexo SGBH</b>
CNTE (i)	100%	22.395.590	22.395.590
PRTE (ii)	100%	96.321.718	96.321.718
XRTE (iii)	100%	34.005.120	34.005.120
BMTE (iv)	51%	12.468.639	6.359.006
MTE (v)	51%	30.369.852	15.488.624
PTE (vi)	51%	<u>10.172.605</u>	<u>5.188.028</u>
<b>Total</b>		<b><u>205.733.524</u></b>	<b><u>179.758.086</u></b>

(i) CNTE

A controlada CNTE goza de incentivos fiscais de imposto de renda sobre o resultado auferido na exploração da concessão de serviços públicos de transmissão de energia elétrica no Estado do Mato Grosso/MT, incluído na área incentivada pela SUDAM (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia). Assim, goza de benefício para a redução do imposto de renda concedido por meio do Ato Declaratório Executivo nº 1, de 21 de maio de 2020, pela Receita Federal do Brasil - RFB. Sua destinação é submetida a aprovação, considerando as restrições previstas nos respectivos laudos constitutivos e na legislação fiscal vigente. O valor acumulado do benefício concedido à Companhia foi R\$ 13.645.430 (treze milhões seiscentos e quarenta e cinco mil quatrocentos e trinta reais) em 31 de dezembro de 2020.

O saldo em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 22.395.590 (vinte e dois milhões, trezentos e noventa e cinco mil e quinhentos e noventa reais).

(ii) PRTE

A controlada PRTE é elegível a incentivo fiscal regional por meio de redução do imposto de renda pessoa jurídica (CIT) com base em método de cálculo denominado “Lucro da Exploração” por estar localizada na região sob jurisdição da SUDAM (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia). Esse benefício corresponde a uma redução de 75% sobre as receitas auferidas com a concessão do serviço público das linhas de transmissão de energia elétrica localizadas na área incentivada pelo período de 10 anos.

O incentivo fiscal foi concedido à Companhia pela Receita Federal do Brasil (RFB) por meio do despacho decisório nº 102/2021 de fevereiro de 2021, podendo ser fruído de janeiro de 2020 a dezembro de 2029.

De acordo com a legislação em vigor, o valor dos tributos não recolhidos em decorrência das isenções e reduções da carga tributária não pode ser distribuído aos acionistas e deve ser registrado como reserva de incentivos fiscais à pessoa jurídica. Essa reserva só deve ser utilizada para compensar prejuízos ou para aumentar o capital da Companhia.

Embora tenha sido emitido no ano calendário de 2021, o despacho decisório da RFB retroage ao ano anterior, portanto, o incentivo fiscal pode ser gozado a partir de janeiro de 2020. O valor acumulado do benefício concedido à Companhia foi R\$ 39.140.672 (trinta e nove milhões cento e quarenta mil seiscentos e setenta e dois reais) em 31 de dezembro de 2020.

De acordo com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC 24, o valor deve ser registrado na reserva de incentivos fiscais das demonstrações financeiras correntes por se tratar de um evento ocorrido entre o encerramento do exercício e a data final de emissão das demonstrações financeiras. O saldo em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 96.321.718 (noventa e seis milhões, trezentos e vinte e um mil e setecentos e dezoito reais).

(iii) XRTE

A controlada XRTE é elegível a incentivo fiscal regional por meio de redução do imposto de renda pessoa jurídica (CIT) com base em método de cálculo denominado “Lucro da Exploração” por estar localizada na região sob jurisdição da SUDAM (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia).

Esse benefício corresponde a uma redução de 75% sobre as receitas auferidas com a concessão do serviço público das linhas de transmissão de energia elétrica localizadas na área incentivada pelo período de 10 anos.

O incentivo fiscal foi concedido à Companhia pela Receita Federal do Brasil (RFB) por meio do despacho decisório nº 103/2021 de fevereiro de 2021, podendo ser fruído de janeiro de 2020 a dezembro de 2029.

De acordo com a legislação em vigor, o valor dos tributos não recolhidos em decorrência das isenções e reduções da carga tributária não pode ser distribuído aos acionistas e deve ser registrado como reserva de incentivos fiscais à pessoa jurídica. Essa reserva só deve ser utilizada para compensar prejuízos ou para aumentar o capital da Companhia.

Embora tenha sido emitido no ano calendário de 2021, o despacho decisório da RFB retroage ao ano anterior, portanto, o incentivo fiscal pode ser gozado a partir de janeiro de 2020. O valor acumulado do benefício concedido à Companhia foi no montante de R\$ 37.647.579 (trinta e sete milhões, seiscentos e quarenta e sete mil, quinhentos e setenta e nove mil reais) em 31 de dezembro de 2020.

De acordo com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC 24, o valor deve ser registrado na reserva de incentivos fiscais das demonstrações financeiras correntes por se tratar de um evento ocorrido entre o encerramento do exercício e a data final de emissão das demonstrações financeiras. O saldo em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 34.005.120 (trinta e quatro milhões, cinco mil, cento e vinte reais).

(iv) **Belo Monte**

A controlada em conjunto Belo Monte goza de incentivos fiscais de imposto de renda sobre o resultado auferido na exploração da concessão de serviços públicos de transmissão de energia elétrica, que foi concedido pela SUDAM a redução de 75% do imposto de renda pelo prazo de 10 anos, iniciado no ano calendário 2018 conforme Laudo Constitutivo nº 97/2018 de 10 de setembro de 2018. Em 31 de dezembro de 2020 esse montante é de R\$ 8.000.153 (oito milhões e cento e cinquenta e três mil reais) e em 31 de dezembro de 2021 esse montante é de R\$ 12.468.639 (doze milhões, quatrocentos e sessenta e oito mil e seiscentos e trinta e nove reais).

(v) **Matrinchã**

Em setembro de 2019, foi aprovado o Ato Declaratório Executivo nº 103 a RFB, por meio de intermédio de sua delegacia no Rio de Janeiro, onde reconheceu o direito à redução do imposto sobre a renda e adicionais não restituíveis (calculados com base no lucro da exploração) a favor da Matrinchã nos termos do Laudo Constitutivo nº 270/2018 de 31 de dezembro de 2018 da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). Desde então o IRPF apurado, com base no lucro da exploração, é reduzido em 75%, com prazo de vigência de 10 anos, sendo seu período de fruição a partir de 2018 com término em 2027. Em 31 de dezembro de 2020 esse montante é de R\$ 12.849.192 (doze milhões, oitocentos e quarenta e nove mil e cento e noventa e dois reais) e em 31 de dezembro de 2021 esse montante é de R\$ 30.369.852 (trinta milhões, trezentos e sessenta e nove mil e oitocentos e cinquenta e dois reais).

(vi) **Paranaíba**

Em setembro de 2020 a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) emitiu Laudo Constitutivo de nº 0168/2020, que outorga à Paranaíba o direito à redução do imposto de renda de 75%, calculados sobre o lucro da exploração da atividade de transmissão de energia elétrica, com prazo de vigência de 10 anos contados a partir de 2020 até 2029. Em 31 de dezembro de 2020 esse montante é de R\$ 4.332.406 (quatro milhões, trezentos e trinta e dois mil e quatrocentos e seis reais) e em 31 de dezembro de 2021 esse montante é de R\$ 10.172.605 (dez milhões, cento e setenta e dois mil e seiscentos e cinco reais).

**f. Dividendos**

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76. Os dividendos mínimos obrigatórios foram calculados conforme segue:

	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Lucro líquido do exercício	1.228.699.806	310.234.564
Reserva de incentivos fiscais	(69.419.365)	-
Reserva legal (5%)	<u>(61.434.990)</u>	<u>(15.511.728)</u>
Base de cálculo para os dividendos	<u>1.097.845.451</u>	<u>294.722.836</u>
Dividendos mínimos obrigatórios (1%)	<u><b>10.978.455</b></u>	<u><b>2.947.228</b></u>

Conforme AGO de 30 de Abril de 2021 , foi aprovado o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios no valor de R\$ 2.947.228 (dois milhões, novecentos e quarenta e sete mil e duzentos e vinte e oito reais) referente ao exercício de 2020 e R\$ 580.038 (quinhentos e oitenta mil e trinta e oito reais) de dividendos mínimos obrigatórios referentes a reapresentações ocorridas em exercícios anteriores.

Conforme mencionado na nota explicativa 26.c, em 2021 a Administração da Companhia aprovou a distribuição de dividendos intermediários no montante total de R\$ 1.996.472.734 (um bilhão, novecentos e noventa e seis milhões, quatrocentos e setenta e dois mil, setecentos e trinta e quatro reais). Todo esse montante bem como os dividendos mínimos obrigatórios de 2020 e de exercícios anteriores foram pagos no exercício de 2021, totalizando R\$ 2.000.000.000 (dois bilhões de reais).

## 27 Receita operacional líquida

	31/12/2021		31/12/2020	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
<b>Receita operacional bruta</b>	<b>9.276.765</b>	<b>3.619.398.183</b>	<b>8.285.545</b>	<b>3.285.213.986</b>
Receita de operação e manutenção	-	555.131.352	-	532.266.144
Remuneração dos ativos de contrato	-	2.767.743.481	-	2.737.300.123
Receita de construção (i)	-	18.301.833	-	35.591.160
Receita de aluguel	9.276.765	5.064.297	8.285.545	4.796.456
Outras receitas (ii)	-	273.157.220	-	(24.739.897)
<b>Deduções da receita operacional</b>	<b>(858.101)</b>	<b>(399.742.665)</b>	<b>(766.413)</b>	<b>(365.971.448)</b>
PIS/Cofins (correntes)	(858.101)	(266.651.225)	(766.413)	(249.648.706)
PIS/Cofins (diferidos)	-	(34.048.209)	-	(25.405.468)
ISS	-	(106.738)	-	(274.347)
RGR	-	(30.357.664)	-	(31.408.932)
P&D	-	(28.801.015)	-	(26.532.442)
CDE	-	(20.918.912)	-	(18.696.330)
TFSEE	-	(13.497.228)	-	(10.713.347)
Proinfra	-	(5.361.674)	-	(3.291.876)
	<b>8.418.664</b>	<b>3.219.655.518</b>	<b>7.519.132</b>	<b>2.919.242.538</b>

- (i) A variação refere-se substancialmente no encerramento dos projetos de reforço do autotransformador na subestação Nova Primavera (PPTE), New Bay na subestação Paracatu4 (SMTE) e subestação Pirapora II (SPTE).
- (ii) Tendo em vista o fato de que a homologação da RAP do ciclo 2021-2022 ocorreu dentro do ano de 2021 e que tal receita é um direito de recebimento garantido pela ANEEL, a Companhia entende que é razoável considerar a diferença entre a RAP projetada no modelo e a RAP homologada pela ANEEL dentro do próprio ano de homologação da RAP, respeitando o princípio da competência. Na prática, o que ocorre é um reconhecimento do direito já adquirido de receber as RAPs reajustadas referentes aos meses de janeiro a junho do ano subsequente à homologação da RAP já dentro do exercício fiscal da própria homologação, de forma a sempre trazer para o próprio ano de homologação um impacto mais completo e corrigir parcialmente eventuais descasamentos da inflação.

## 28 Custo da operação

	31/12/2021		31/12/2020	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Pessoal (i)	(3.013.573)	(147.709.788)	(2.754.544)	(131.460.565)
Material	(101.523)	(14.901.055)	(76.373)	(17.985.914)
Serviços de terceiros	(1.419.642)	(37.083.011)	(1.404.228)	(34.987.869)
Depreciação (ii)	(930)	505.800	(2.156.713)	(1.649.983)
Custo de construção	-	(17.165.183)	-	(17.884.678)
Custo de operação e manutenção (iii)	-	(32.787.664)	-	(40.181.858)
Outros	(1.186.259)	(32.940.264)	(1.479.399)	(33.820.592)
	<b>(5.721.927)</b>	<b>(282.081.165)</b>	<b>(7.871.257)</b>	<b>(277.971.459)</b>

- (i) Variação refere-se substancialmente no aumento do quadro de funcionários em 2021 e alteração da premissa utilizada para o cálculo de provisão de Bônus nas empresas do grupo.
- (ii) Variação refere-se na reclassificação da depreciação sobre propriedade para investimento em 2020 conforme ICPC 10 na controladora.
- (iii) Variação refere-se substancialmente no encerramento dos projetos de melhoria das empresas do grupo.

## 29 Despesas gerais e administrativas

	31/12/2021		31/12/2020	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Pessoal	(7.011.681)	(89.973.302)	(6.904.924)	(91.179.628)
Serviços de terceiros	(7.017.578)	(20.004.015)	(4.293.815)	(16.614.197)
Arrendamentos e aluguéis	(30.613)	403.324	(31.066)	(521.157)
Provisão (i)	1.666.617	42.116.620	(4.432.684)	(4.430.953)
Tributos	(72.750)	(376.673)	(2.811.172)	(7.099.598)
Depreciação e amortização	(5.297.255)	(7.313.327)	(3.162.146)	(4.899.159)
Gastos diversos	(5.040.854)	(19.174.809)	(5.915.400)	(13.626.299)
Doações (ii)	(272.079)	(2.585.323)	(33.970.046)	(45.425.155)
Outros (iii)	(525.740)	1.151.794	(497.001)	5.869.001
	<b>(23.601.933)</b>	<b>(95.755.711)</b>	<b>(62.018.254)</b>	<b>(177.927.145)</b>

- (i) Em 14/05/2021 na Controlada ATE, o IBAMA disponibilizou as decisões homologatórias de primeira instância aos Autos de Infração dos processos administrativos n. 02027.001141/2012-19 e 02027.001143/2012-16 minorando os valores originais de R\$ 3.000.000,00 para 2.010.500 e R\$ 15.000.000 para R\$ 2.555.000, respectivamente. Posteriormente, por ser um processo em âmbito administrativo, o departamento jurídico da companhia em conjunto com os escritórios externos classificou os mesmos processos com prognóstico possível, porque o feito encontra-se em discussão na fase administrativa perante o IBAMA, na qual a ATE já obteve redução no valor da multa imposta, e continuará a discutir as razões fáticas e jurídicas da autuação sendo necessário o estorno de todo o montante.
- (ii) Variação refere-se substancialmente a doações feitas pela controlada XRTE para contribuir com os esforços governamentais e mitigar os efeitos da pandemia e doação na Controladora SGBH através do Instrumento Particular de Cessão de Quotas onde State Grid Brazil Holding S.A (“SGBH”) e International Grid Holdings Limited (“IGHL”) cedem gratuitamente para ShanDong Luneng Tai Shan Football Club Limited (“SHANDONG”), 40.000.000 (quarenta milhões) de quotas de que são titulares, representativas do capital social da empresa Luneng Brasil Sports Center Ltda. (“LUNENG”), no valor nominal de R\$40.000.000 (quarenta milhões de reais) no exercício de 2020;
- (iii) Variação refere-se substancialmente no custo de recuperação de despesas devido a ajuste de inventário de almoxarifado conforme levantamento físico no exercício de 2020

### 30 Outras receitas/(despesas) operacionais

Nesse grupo são registradas receitas e despesas provenientes atividades não vinculadas a concessão: Contrato de Prestação de Serviço de Operação e Manutenção (CPSOM), Centro de Operação do Sistema (COS) e Contratos de Compartilhamento de Infraestrutura (CCI) referentes as controladas.

	31/12/2021		31/12/2020	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Rendas da prestação de serviços	95.593	24.957.954	-	23.163.777
Demais receitas e rendas (i)	-	63.201.782	-	198.407
Tributos sobre receitas	(8.842)	(3.219.373)	-	(3.413.991)
Perdas na alienação de bens e serviços (ii)	-	(6.349.891)	-	(1.071.073)
Pessoal	(471.148)	(6.929.088)	(500.300)	(6.906.959)
Serviços de terceiros	-	(2.206.525)	-	(1.767.766)
Depreciação e amortização	-	(3.147.079)	-	(3.155.628)
Outros	(20.608)	(7.816.602)	-	(7.783.950)
	<b>(405.005)</b>	<b>58.491.178</b>	<b>(500.300)</b>	<b>(737.183)</b>

- (i) Valor refere-se a reserva incentivo fiscal que foi concedido à Companhia pela Receita Federal do Brasil (RFB) por meio do despacho decisório nº 103/2021 de fevereiro de 2021 das Controladas XRTE, PRTE e CNTE. Em 2020 os incentivos fiscais das controladas foram diretamente para o patrimônio líquido.
- (ii) Variação refere-se na baixa do ativo imobilizado por sucata e material obsoleto da controlada ITE.

### 31 Resultado financeiro

	31/12/2021		31/12/2020	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
<b>Receita financeira</b>	<b>938.839.308</b>	<b>999.168.833</b>	<b>1.079.848.463</b>	<b>1.045.628.525</b>
Receitas de aplicações financeiras (i)	23.626.812	87.453.227	11.399.861	42.758.634
Juros sobre empréstimos - Partes relacionadas (ii)	87.413.626	71.098.438	117.041.775	76.543.845
Variação cambial	719.579.720	845.025.830	792.725.981	949.358.183
Receita de atualização monetária (iii)	3.043.521	12.564.616	-	440.995
Outras	2.065	2.573.106	13.154	500.585
Juros sobre capital próprio	121.739.465	-	181.422.413	-
(-) Tributos sobre receitas financeiras	(16.565.901)	(19.546.384)	(22.754.721)	(23.973.717)
<b>Despesa financeira</b>	<b>(1.404.435.318)</b>	<b>(2.418.962.666)</b>	<b>(2.196.328.743)</b>	<b>(3.007.161.046)</b>
Variações cambial	(1.310)	(1.320)	(596)	(596)
Variação cambial partes relacionadas (iv)	(1.103.699.817)	(1.238.950.039)	(1.786.797.924)	(2.150.865.031)
Variação monetária empréstimos (iv)	-	(85.903.954)	-	(7.358.359)
Atualização TJLP (v)	-	(524.212.057)	-	(167.622.293)
Juros sobre empréstimos e financiamentos - Terceiros	-	(376.773.361)	-	(381.600.479)
Juros sobre empréstimos - Partes relacionadas	(173.760.247)	(198.812.670)	(205.290.685)	(253.040.655)
IOF e comissões sobre empréstimos (vi)	(2.653.368)	(3.309.610)	(1.416.399)	(1.373.468)
Reversão de juros sobre capital próprio	(121.739.465)	-	(181.422.413)	-

	31/12/2021		31/12/2020	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Multas e juros (vii)	(11.211)	(3.318.024)	(46.417)	(14.898.483)
Outras (viii)	(2.569.900)	12.318.369	(21.354.309)	(30.401.682)
	<b>(465.596.010)</b>	<b>(1.419.793.833)</b>	<b>(1.116.480.280)</b>	<b>(1.961.532.521)</b>

- (i) Variação devido as altas aplicações ao longo de 2021 das empresa do grupo.
- (ii) Variação na controladora devido a quitação do empréstimo da controlada XRTE.
- (iii) Variação refere-se substancialmente na atualização SELIC de saldo negativo de IR e CS de anos anteriores da SGBH, e suas Controladas XRTE, CNTE e PRTE.
- (iv) Variação monetária devido ao empréstimo com a SGID e debêntures. Redução devido a variação na LIBOR.
- (v) Atualização monetária do empréstimo com o BNDES, aumento devido a inflação em 2021.
- (vi) Variação devido ao IOF sobre a assunção de dívida no empréstimo com a SGID em 2021.
- (vii) Devido a pagamentos de juros sobre impostos das controladas em 2020.
- (viii) Na controladora redução devido as baixas de atualização monetária devido a doação da Luneng em 2020 e nas controladas a variação refere-se substancialmente no estorno de atualização monetária de anos anteriores do processo ambiental na Controlada ATE por mudança de prognóstico e redução no valor e reversão e baixa de atualização monetária de benefícios a expatriados enquadrados como remuneração que no passado não passavam por folha em função da extinção dos créditos tributários conforme art 173, inciso I da CTN

## 32 Conciliação do imposto de renda e contribuição social (IR e CS)

	Controladora	Controladora
	31/12/2021	31/12/2020
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	1.230.212.334	311.751.923
Adições/Exclusões não dedutíveis	(735.572)	59.503.114
Variação Cambial	67.929.702	417.822.934
Juros Indedutíveis	46.011.685	24.823.505
Equivalência Patrimonial	(1.717.118.545)	(1.491.102.882)
Juros s/ Capital Próprio	121.739.465	181.422.413
Outros	-	-
Lucro Real	<b>(251.960.931)</b>	<b>(495.778.993)</b>
Compensação PF/BN (30%)	-	-
Lucro Real (Após Compensação)	<b>(251.960.931)</b>	<b>(495.778.993)</b>
IRPJ Antes Inc. Fiscais (25%)	-	-
Inc. Fiscais	-	-
IRPJ devido (25%)	-	-
CSLL (9%)	-	-
IR e CS correntes	-	-
IR e CS diferidos	<b>(1.512.528)</b>	<b>(1.517.359)</b>

Para as controladas, SGBH, ETEE, ITE, IRTE, PPTE, SMTE, PRTE, CNTE e XRTE a tributação do imposto de renda e contribuição social é feita tendo como base o lucro real. Abaixo resultado consolidado das companhias que aderiram ao lucro real:

### Resultado consolidado das companhias que aderiram ao lucro real

	<u>Consolidado</u>	<u>Consolidado</u>
	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	1.487.805.242	797.775.456
Adições/Exclusões não dedutíveis	29.601.555	98.304.609
Variação Cambial	54.803.016	499.406.530
Juros Indedutíveis	51.238.489	37.513.511
Incentivos Fiscais (Lei Rouanet/Desportivo)	-	-
Equivalência Patrimonial	(98.852.429)	(98.844.016)
Ajustes de IFRIC	(783.067.295)	(636.576.929)
Doações e subvenções para investimento	(62.288.746)	(90.433.680)
Amortização Ágio (Goodwill)	(30.035.845)	(30.035.845)
<b>Lucro Real</b>	<b><u>649.203.987</u></b>	<b><u>577.109.636</u></b>
Compensação PF/BN (30%)	-	-
<b>Lucro Real (Após Compensação)</b>	<b><u>649.203.987</u></b>	<b><u>577.109.636</u></b>
IRPJ Antes Inc. Fiscais (25%)	(152.460.419)	(191.846.925)
Inc. Fiscais	6.000.755	(148.127)
IRPJ devido (25%)	<b>(146.459.664)</b>	<b>(191.995.052)</b>
CSLL (9%)	<b><u>(54.954.871)</u></b>	<b><u>(69.101.647)</u></b>
<b>IR e CS correntes (ajuste de anos anteriores)</b>	<b>27.659.397</b>	-
IR e CS correntes	<b>(201.414.535)</b>	<b>(261.096.699)</b>
IR e CS diferidos	<b><u>(350.851.659)</u></b>	<b><u>(234.416.633)</u></b>
Alíquota efetiva	14%	33%

### Resultado consolidado das companhias que aderiram ao lucro presumido

Para as controladas, ETIM, MRTE, Araraquara, RPTE, PCTE, LTMC, SPTE, LTI, Catxerê, ACTE e SGSE a tributação do imposto de renda e contribuição social é feita tendo como base o lucro presumido, sendo que na controlada SGSE a alíquota de presunção é de 32% para IRPJ e para CSLL. Abaixo resultado consolidado das companhias que aderiram ao lucro presumido:

	<u>Consolidado</u>	<u>Consolidado</u>
	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
<b>Receitas brutas (i)</b>	<b><u>464.848.191</u></b>	<b><u>406.229.873</u></b>
Base de cálculo (8%/32%)	37.618.914	33.154.258
Outras receitas	<u>15.139.349</u>	<u>6.907.308</u>
<b>Base de cálculo</b>	<b>52.758.263</b>	<b>40.061.566</b>



	<b>Consolidado</b>	<b>Consolidado</b>
	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
IR devido	(12.925.023)	(10.270.139)
Ajuste provisao IR anos anteriores	2.489.748	1.238.962
(+) IR diferido/Outros	(1.541.621)	20.720.495
<b>Total de IRPJ</b>	<b>(11.976.896)</b>	<b>11.689.318</b>
Base de cálculo (12%/32%)	56.140.998	49.294.295
Outras receitas	15.139.349	6.907.309
<b>Base de cálculo</b>	<b>71.280.347</b>	<b>56.201.604</b>
CSLL devida	(6.415.231)	(5.244.346)
Ajuste provisão CSLL anos anteriores	914.734	357.440
(+) CSLL diferida/Outros	(474.428)	7.153.559
<b>Total de CSLL</b>	<b>(5.974.925)</b>	<b>2.266.653</b>
<b>IR e CS correntes</b>	<b>(15.935.772)</b>	<b>(13.918.083)</b>
<b>IR e CS diferidos</b>	<b>(2.016.049)</b>	<b>27.874.054</b>
<b>Total de IRPJ/CSLL</b>	<b>(17.951.821)</b>	<b>13.955.971</b>

- (i) As Companhias do grupo SGBH tributadas pelo Lucro Presumido, tributam as receitas efetivamente auferidas (Aviso de Crédito - AVC). A natureza das receitas auferidas pelas Transmissoras decorre exclusivamente da prestação dos serviços de transmissão de energia, não comportando seu desmembramento tal qual as Concessionárias fornecessem serviços de construção ao Poder Concedente. Ainda que para fins contábeis as transmissoras devam reconhecer suas receitas a medida da execução da obra de infraestrutura, tais valores devem ser considerados como uma mera expectativa de benefícios futuros; as receitas a que fazem jus as transmissoras decorrem unicamente da prestação de transmissão remuneradas por meio da RAP. Dessa forma, as controladas em fase pré operacional somente terão suas receitas operacionais auferidas após a entrada em operação das linhas de transmissão.

### 33 Instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros. A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando à segurança, à rentabilidade e à liquidez. A política de controle é previamente aprovada pela Diretoria.

O valor justo dos instrumentos financeiros relacionados no item 33.1, não difere dos saldos contábeis, pois estes têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, exceto pelo saldo de propriedade para investimentos.

Os diferentes níveis foram definidos conforme: (a) Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; (b) Nível 2 - “inputs”, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e (c) Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (“inputs” não observáveis).

Os instrumentos financeiros da Companhia demonstrado no quadro abaixo estão classificados hierarquicamente no nível 2. Não houve mudança de nível para esses instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

### 33.1 Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

		31/12/2021		31/12/2020	
<b>Ativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado</b>					
	Nota	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Caixa e equivalentes de caixa	7	104.714.711	1.589.947.576	38.645.043	1.084.267.944
Títulos e valores mobiliários	8	-	175.328.834	100.016.657	258.190.069
		<b>104.714.711</b>	<b>1.765.276.410</b>	<b>138.661.700</b>	<b>1.342.458.013</b>

		31/12/2021		31/12/2020	
<b>Ativos mensurados pelo custo amortizado</b>					
	Nota	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Contas a receber - partes relacionadas	22.1	3.330.317	957.006	3.819.173	1.116.290
Concessionárias e permissionárias	9	-	332.964.638	-	311.303.282
Empréstimos a receber - partes relacionadas	11	739.079.128	739.079.128	1.818.935.527	797.831.900
		<b>742.409.445</b>	<b>1.073.000.772</b>	<b>1.822.754.700</b>	<b>1.110.251.472</b>

		31/12/2021		31/12/2020	
<b>Passivos mensurados pelo custo amortizado</b>					
	Nota	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Fornecedores - terceiros	17	1.857.897	246.492.969	423.906	295.466.738
Fornecedores - partes relacionadas	22.2	2.159.713	16.645	1.896.986	16.645
Empréstimos e financiamentos - terceiros	18	-	7.347.901.907	-	6.107.448.396
Empréstimos - partes relacionadas	18	5.745.783.571	5.745.783.571	4.493.998.824	5.351.024.149
		<b>5.749.801.181</b>	<b>13.340.195.092</b>	<b>4.496.319.716</b>	<b>11.753.955.928</b>

Para o cálculo do valor de mercado das debêntures, projetaram-se os recebimentos provenientes desta ao longo de um fluxo de caixa considerando as seguintes premissas: (a) índice e taxa indicativa ANBIMA provenientes de debêntures semelhantes (setor, indexador, duration) para os casos onde a debênture analisada não constar na base ANBIMA e (b) curva de amortização do agente fiduciário. O valor deste fluxo a valor presente é a abordagem de mensuração do valor justo, conforme segue para o exercício de 2021 nas Controladas PPTE, LTMC e MRTE:

	PPTE	LTMC	MRTE
Saldo contábil	132.293.256	80.019.190	17.800.542
Cálculo valor justo	124.813.773	85.130.805	18.507.994

### 33.2 Gestão de risco

As operações financeiras da Companhia e suas controladas são realizadas por intermédio da área Financeira, de acordo com uma estratégia conservadora, visando à segurança, à rentabilidade e à liquidez, previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia e suas controladas são:

#### a. *Riscos de mercado*

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia e suas controladas têm como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer *hedge* contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração do Grupo, que, periodicamente, avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia e suas controladas também não praticam aplicações de caráter especulativo ou nenhum outro ativo de risco.

#### b. *Riscos de taxa de juros*

Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo de seus empréstimos e financiamentos indexados a taxas de juros prefixadas, no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia e suas controladas efetuarem o monitoramento constante desses índices, até o momento não se identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros.

O perfil da taxa de juros dos instrumentos financeiros do Grupo remunerados por juros, conforme reportado à Administração, está apresentado abaixo:

Efeito em Reais	31/12/2021		31/12/2020	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
<b>Ativos Financeiros</b>				
Caixa e equivalente	104.714.711	1.589.947.576	38.645.043	1.084.267.944
Títulos de Valores Mobiliários	-	175.328.834	-	258.190.069
Contas a receber parte relacionadas	3.330.317	957.006	3.819.173	1.116.290
Concessionária e Permissionárias	-	332.964.638	-	311.303.282
Empréstimos a receber – partes relacionadas	739.079.128	739.079.128	1.818.935.527	797.831.900
<b>Passivos Financeiros</b>				
Empréstimos e financiamentos - terceiros	-	7.347.901.907	-	6.107.448.396
Empréstimos e financiamentos – partes relacionadas	5.745.783.571	5.745.783.571	4.493.998.824	5.351.024.149

#### c. *Riscos cambiais*

Os resultados da Companhia e de algumas de suas controladas estão suscetíveis de sofrer variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre as transações atreladas às moedas estrangeiras, principalmente em operações de empréstimos. O Grupo faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e, até o presente momento, não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção, visto que os principais empréstimos do Grupo em Dólar são contratados com a SGID, assim, os ganhos e perdas em função da variação das taxas cambiais ficam consolidados no Grupo.

*Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira*

A Companhia calcula a sensibilidade a uma variação cabível que possa ocorrer na taxa de câmbio do US\$, mantendo-se todas as outras variáveis constantes, dos empréstimos com contratação em moeda estrangeira. A análise de sensibilidade foi realizada para o valor justo dos instrumentos financeiros de moeda estrangeira. O cenário atual é o valor justo em 31 de dezembro de 2021. Consideramos a mudança na variável de risco de -5% e +5% respectivamente, em:

	31/12/2021	(5%)	5%
Empréstimos	5.745.783.571	(287.289.178)	287.289.178

**d. Risco de crédito**

Os riscos de crédito são minimizados em virtude dos recebíveis das controladas serem essencialmente com a ONS, apresentando baixo nível de atrasos nos recebimentos.

**e. Risco de liquidez**

A Companhia e suas controladas acompanham o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e empréstimos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada.

A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração do Grupo através de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender às necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

## **34 Gestão do capital**

A Companhia e suas controladas utilizam capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, e a utilização de capital de terceiros visa a otimizar sua estrutura de capital, bem como monitora sua estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração de capital é assegurar a continuidade dos negócios e maximizar o retorno ao acionista.

Não houve alterações quanto a objetivos, políticas ou processos durante o período findo em 31 de dezembro de 2020 e 2021.

## **35 Cobertura de seguros**

A Companhia e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração financeira, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2021, a cobertura de seguros da Companhia e suas controladas contra riscos operacionais era composta por danos materiais, para lucros cessantes e para responsabilidade civil.

Natureza	31/12/2021		31/12/2020	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Responsabilidade civil	10.000.000	60.000.000	10.000.000	60.000.000
Seguro patrimonial	123.232.682	8.611.915.347	120.278.959	8.488.682.665
Veículos	-	25.034.619	-	16.298.212
Transporte	-	33.000.000	-	28.000.000
Equipamentos	-	9.324.860	-	951.600
	<b>133.232.682</b>	<b>8.739.274.826</b>	<b>130.278.959</b>	<b>8.593.932.477</b>

### 36 Compromissos assumidos

As controladas assinaram até o presente momento contratos de construção e fornecimento de materiais da linha de transmissão, cujo o saldo a pagar refere-se ao montante total de R\$ 436.013.877 (quatrocentos e trinta e seis milhões, treze mil e oitocentos e setenta e sete reais). Esses contratos serão pagos conforme medições realizadas por pessoal técnico e recebimento de materiais conforme previstos nas suas cláusulas. As datas de assinatura e o cronograma de vencimentos estão abaixo:

Número Contrato	Fornecedor	Descrição	Data	Total
IRTE-PM-2020-3719	CET	EPC para IRTE-Milagres II	30/12/2020	6.509.446
IRTE-PM-2021-4081	GE	IPARO do EPC para IRTE-Milagres II	07/06/2021	3.223.899
IRTE-PM-2021-4065	Sieyuan	IPARO do EPC para IRTE-Milagres II - TC e TPC	29/06/2021	443.008
IRTE-PM-2021-4102	Siemens	IPARO do EPC para IRTE-Milagres II - Disjuntores e Chaves Secc	16/07/2021	217.370
IRTE-PM-2021-4022	Sae Towers	IPARO do EPC para IRTE-Milagres II - Estruturas Metálicas	01/06/2021	1.166.112
IRTE-PM-2021-4000	Marte	IPARO do EPC para IRTE-Milagres II - Projeto Executivo	28/04/2021	224.055
IRTE-PM-2021-4321	Better Systems	IPARO - Construção e Montagem	11/08/2021	4.743.792
IRTE-PM-2021-4328	GE - SPCS	IPARO - SPCS	23/08/2021	2.095.115
IRTE-PM-2021-4156	Prysmian	IPARO - Varios Cabos	21/10/2021	4.236.618
IRTE-PM-2021-4485	Fiberx	IPARO - Telecom	29/10/2021	1.139.120
IRTE-PM-2021-4199	Sadel	IPARO - hardware da cadeira do isolador	19/11/2021	705.774
IRTE-PM-2021-5092	Riseline Giovanni	IPARO - disc isoladores	07/12/2021	675.459
GSTE - 001/2020	Sanguinetti	CCI GSTE x IRTE	30/11/2020	224.163
PO-009434	Extimac	Prevenção e Combate a Incêndio e Pânico	17/12/2021	5.500
PPTE-PM-2018-2379	Nari	EPC para PPTE - 3o banco de transformador	26/04/2018	76.940
PPTE-PM-2020-3507	Nari	Remobilização	24/09/2020	46.157
PPTE-PM-2020-3371	Nari	EPC para PPTE - Cubículos	22/07/2020	564.444
PPTE-PM-2020-3685	Dolar Engenharia	IPARO do EPC para PPTE - Cubículos - Obra civil e montagem	30/11/2020	5.841
PRTE-ENG-2016-0009	Sepeco1	EPC TP2 - Lote C2	28/11/2016	1.608.950

<b>Número Contrato</b>	<b>Fornecedor</b>	<b>Descrição</b>	<b>Data</b>	<b>Total</b>
PRTEPM20203520	Sepco1	Termo Encerramento e Quitação - C2	16/09/2020	1.700.000
PRTEPM20203519	Sepco1	Termo Encerramento e Quitação - C3	30/09/2020	4.466.858
PRTE-PM-2020-3870	Engelineas	TEQ C3 - Diagnóstico de inconformidades	04/02/2021	315.490
PRTE-PM-2021-4177	Brametal	TEQ C3 - Estruturas metálicas	22/11/2021	299.833
EXP-SMTE-2019-008	Nari	Contrato EPC para SMTE - Paracatu 4	15/08/2019	277.230
IRACEMA-PM-2017-2222	Nari	Contrato EPC para IRTE- Curral Novo II	27/12/2013	996.184
EXP-SPTE-2019-0023	Nari	Contrato EPC para SPTE - Pirapora 2	27/09/2019	335.523
PRTE-ENG-2018-177	Nari	Contrato EPC para PRTE - Ribeirãozinho IB	28/09/2018	38.607
PRTE-ENG-2016-0012	CET	Contrato EPC para PRTE Sistema siget para LTMC- Padre Fialho (Aneel)	21/12/2016	2.778.539
LTMC-PM-2021-3909	E-GUANA	Projeto Básico para LTMC -Padre Fialho	18/03/2021	19.080
LTMC-PM-2021-3965	Marte	Contrato EPC - Autorizado pela ANEEL (R.E.A.)	15/04/2021	19.800
LTMC-PM-2021-4446	Grantel (REA)	Contrato EPC - Parecer Autorizativo ONS (P.A.)	20/10/2021	42.400.000
LTMC-PM-2021-4447	Grantel (PA1)	Disjuntor para SMTE- PR4 6th bay	20/10/2021	7.100.000
SMTE-PM-2021-3954	GE - Grid Solutions	Chave Seccionadora para SMTE_PR4_6th bay	17/03/2021	12.520
SMTE-PM-2021-4061	HUBBEL	TP e TC para SMTE_PR4_6th bay	14/06/2021	22.000
SMTE-PM-2021-3993	Pfiffner	Para-raio para SMTE_PR4_6th bay	31/05/2021	35.923
SMTE-PM-2021-3887	TE Connectivity SGSE - State Grid	Serviços de Engenharia S.A.	09/06/2021	33.666
SMTE-PM-2021-4432	CEL Eengenharia (Iparo SGSE)	Contrato EPC IPARO - Serviços de Obra Civil, Montagem Eletromecânica e Suporte no Commissionamento	27/09/2021	962.407
SMTE-PM-2021-4186	CIELT (Iparo SGSE)	IPARO -Fornecimento de Estruturas Metálicas	07/12/2021	2.570.467
SMTE-PM-2021-4154	Smart (Iparo SGSE)	IPARO -Fornecimento do SPCS e elaboração de projeto elétrico	06/11/2021	329.870
SMTE-PM-2021-4181	SGSE)	IRTE - SE MILAGRES II - Contrato de Engenharia do Proprietario	24/11/2021	1.013.622
SGBH(8)-PM-2021-4351	Bureau Veritas	SMTE - SE PARACATU 4 - 6° Bay - Contrato de Engenharia do Proprietario	28/08/2021	366.456
SGBH(8)-PM-2021-4351	Bureau Veritas	LTMC - SE PADRE FIALHO - Contrato de Engenharia do Proprietario	28/08/2021	386.196
SGBH(8)-PM-2021-4351	Bureau Veritas	SPTE - SE LUZIÂNIA - Contrato de Engenharia do Proprietario	28/08/2021	462.644
SGBH(8)-PM-2021-4351	Bureau Veritas	PPTE - SE NOVA PORTO PRIMAVERA - Contrato de Engenharia do Proprietario	28/08/2021	451.766
SGBH(8)-PM-2021-4351	Bureau Veritas		28/08/2021	451.766

<b>Número Contrato</b>	<b>Fornecedor</b>	<b>Descrição</b>	<b>Data</b>	<b>Total</b>
SGBH(8)-PM-2021-4351	Bureau Veritas	ATE - SE ARARAQUARA - Owner's Engineering Contract Contrato de Engenharia do Proprietario	28/08/2021	451.766
SGBH(8)-PM-2021-4351	Bureau Veritas	Owner's Engineering Contract - Bureau Veritas	28/08/2021	728.586
RPTE-PM-2017-2170	Nari Guaraciaba	Contrato EPC para RPTE - Marimbondo	13/09/2017	199.053
RPTE-OM-2016-1488	Transmissora (GTE)	CCI entre GTE e RPTE - Marimbondo	20/04/2016	267.580
STE-PM-2021-4093	XPTT	EPC - Linha de transmissão	14/06/2021	136.002.540
STE-PM-2021-4101	Topocart	Topografia	18/06/2021	11.956
STE-PM-2021-4107	Marte	Projeto básico e executivo	17/06/2021	574.946
STE-PM-2021-4358	GEO Advance	Sondagem	24/08/2021	451.526
STE-PM-2021-4380	Alubar	Cabos	24/08/2021	71.180.492
STE-PM-2021-4187	Prysmian	OPGW	04/11/2021	10.150.000
STE-PM-2021-4126	CET	EPC - Subestação	14/07/2021	114.973.280
STE-PM-2021-4144	Tractebel	Projeto básico e executivo	17/09/2021	1.315.000
		Contrato para elaboração e construção de 10 (dez) instalações / sedes e subdes de manutenção e operação		
XRTE-ENG-2018-0547	ACX Engenharia LTDA		31/10/2018	632.043
XRTE-ADM-2019-0985	Doraci Maria Faiz Kuster	Contrato aluguel apto chineses em Altamira	30/09/2020	46.442
XRTE-AD-2021-3908	Lacus Service	Contrato serviço de limpeza SS		
	Locação EIRELI	Xingu	08/03/2021	590.626
XRTE-AD-2021-4164	J. S. Soares	Contrato serviço de transporte SS		
	Transportes LTDA	Xingu	03/11/2021	839.300
	Bird Solutions e Tecnologia –			
XRTE-UHV-2021-4172	EIRELI	Contrato de locação de repetidoras para SS Xingu	12/11/2021	84.000
	Wecom Com. Dist. e Serv. em Tec. da			
XRTE-UHV-2021-4473	Informação S.A.	Contrato de fornecimento de byne table	16/12/2021	154.581
	Amaro, Antunes e Mourão			
	Advogados			
XRTE-LD-2019-0987	Associados	Consultoria e assessoria jurídica	02/09/2019	<u>1.601.950</u>
				<b>436.013.877</b>
<b>Cronograma de vencimento</b>				<b>Em R\$</b>
				2022
				248.850.201
				2023
				159.392.529
				2024 em diante
				<u>27.771.147</u>
				<b><u>436.013.877</u></b>

## **37 Eventos subsequentes**

### **Emissão de Debentures Silvânia Transmissora de Energia S.A (“STE”)**

Em 17 de janeiro de 2022, em assembleia geral extraordinária, foi deliberada a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária para Controlada da Silvânia Transmissora de Energia S.A.

Conseqüentemente, em 18 de janeiro de 2022 foi celebrado o Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, Com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Silvânia Transmissora de Energia S.A., com desembolso em 31 de janeiro do mesmo ano no valor de R\$ 235.000.000 (duzentos e trinta e cinco milhões de reais), sendo o pagamento da amortização previsto para ocorrer em 25 de janeiro de 2025.

A partir da data de emissão incidirá sobre o valor nominal unitário a taxa de juros equivalentes a CDI + 1,40% a.a.

### **Liberação das garantias da Controlada Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A. (“PRTE”) pelo BNDES**

Em 25 de janeiro de 2022, o BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e social, em razão do cumprimento integral das condições exigidas pelo Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 18.2.0426.1, decidiu autorizar a exoneração da fiança corporativa prestada pela State Grid Brazil Holding S.A., no montante de R\$ 580.084.321 (quinhentos e oitenta milhões, oitenta e quatro mil, trezentos e vinte e um reais) constituída no âmbito do mencionado Contrato de Financiamento, celebrado entre o BNDES e a Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A.